



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 553

Segunda-feira - 16 de Agosto de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos	1
Arroio Trinta.....	3
Braço do Trombudo.....	3
Caçador.....	8
Campo Alegre	8
Campos Novos	12
Canoinhas.....	21
Capinzal	23
Catanduvas.....	23
Chapadão do Lageado	24
Concórdia	24
Coronel Martins.....	25
Curitibanos	26
Ermo	27
Erval Velho	28
Forquilha.....	28
Fraiburgo.....	37
Garopaba.....	46
Gaspar	47
Governador Celso Ramos	47
Guaramirim.....	48
Herval do Oeste	49
Imbituba	49
Irineópolis	54
Joaçaba.....	59
Lauro Muller	66
Luzerna	66
Meleiro	67
Nova Trento	68
Novo Horizonte	68
Paulo Lopes	68
Pinheiro Preto	69
Porto União.....	73
Rio do Sul.....	109
Santa Terezinha do Progresso	114
São Lourenço do Oeste.....	116
São Pedro de Alcântara.....	117
Schroeder.....	122
Três Barras	124
Turvo	128
Videira.....	128

Associações

EGEM	133
------------	-----

Alto Bela Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 119

Concede Licença para Tratamento de Saúde

SERGIO LUIZ SCHMITZ; Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do artigo 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, PAULO CESAR BRITO ocupante do cargo de MOTORISTA; no Período de TRES(03) dias, á contar do dia 11 de Agosto de 2010, conforme, atestado médico expedido na mesma data desta Portaria; Dr Alex Sandro Vergara Borges-CRM/SC8328.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC, 11 de Agosto de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ALICE SCHWAMBACH

Responsável pelas Publicações.

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 100/2010

DECRETO Nº. 100/2010 de 12 de Agosto de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2010.

PEDRO PAULO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tibúrcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0003.2.016-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0003.2.016-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa Intra-Orçamentária
R\$ 3.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 12 de agosto de 2010.

PEDRO PAULO DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 12 de Agosto de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 340/2010

PORTARIA Nº 340/2010

Concede Férias a servidor.

PEDRO PAULO DOS SANTOS - Prefeito em Exercício de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias a servidora, LYDIANE TAKIMOTO, ocupante do Cargo temporario de MEDICO - 40H, a partir de 16 de Agosto de 2010, referente ao periodo aquisitivo de 17/02/2009 a 16/02/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de Agosto de 2010.

PEDRO PAULO DOS SANTOS

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 13 de Agosto de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 341/2010

PORTARIA Nº 341/2010

Concede Férias a servidor.

PEDRO PAULO DOS SANTOS - Prefeito em Exercício de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias a servidora, ZENILDE

DE CASSIA BERNS, ocupante do Cargo temporario de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 23 de Agosto de 2010, referente ao periodo aquisitivo de 30/06/2009 a 29/06/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de Agosto de 2010.

PEDRO PAULO DOS SANTOS

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 13 de Agosto de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 342/2010

PORTARIA Nº 342/2010

Concede Licença Premio a servidor.

PEDRO PAULO DOS SANTOS - Prefeito em Exercício de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 621/93,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, uma LICENÇA PREMIO, convertida em pecunia a servidora, EDNEIA PAULI BESEN, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, referente ao periodo aquisitivo de Março/2005 a Março/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de Agosto de 2010.

PEDRO PAULO DOS SANTOS

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 13 de Agosto de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Comunicado de Audiencia Pública - LDO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCAÇÃO

PEDRO PAULO DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício, em cumprimento ao disposto no Artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA às 18:00 horas do dia 19 de agosto de 2010, no Auditório da Câmara de Vereadores, para discutir e definir as prioridades e metas da Administração Municipal, relacionadas a investimentos e geração de despesas a serem incluídas na LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2011, extraídas dos objetivos e metas constantes do PLANO PLURIANUAL aprovado para o período de 2010 a 2013.

Antônio Carlos, 13 de agosto de 2010.

Pedro Paulo dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL em Exercício

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO RECURSOS FEDERAIS

A Prefeitura Municipal de Arroio Trinta – Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º., da Lei Federal Nº 9452/97, notifica a comunidade, partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais, com sede instaladas no Município de Arroio Trinta/SC, a liberação de recursos do Governo Federal, conforme abaixo relacionados:

Data Recebimento	Banco/Agencia/Conta	Origem	Recursos	Valor (R\$)
12/08/2010	Banco do Brasil Agencia: 5.322-8 Conta: 24.884-3	Ministério da Saúde	Programa Agente Comunitário de Saúde – PACS – Comp. 07/2010	R\$ 5.208,00

Arroio Trinta/SC, 13 de agosto de 2010.

JOÃO LEISMANN

Prefeito Municipal em Exercício

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato 8/2010 - Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 8/2010, referente ao Pregão 10/2009.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 11.481.782/0001-44, sito a Rua Leopoldo Joenck, 119, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Auto Posto Braço do Trombudo

CNPJ: 04.971.113/0001-95, sito a Rua Dom Pedro, 955

Centro - Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Aquisição de gasolina comum.

Valor: R\$ 15.954,00 (quinze mil, novecentos e cinquenta e quatro reais).

Vigência: 31.10.2010

Data da assinatura: 12.08.2010

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 4/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010

Número do Registro de Preços: 4/2010 Data do Registro: 17/02/2010 Válido até: 17/02/2011

Objeto da Compra: Aquisição de Toners e Cartuchos de Tinta Remanufaturado

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	CARTUCHO DE TINTA 15 REMANUFATURADO HP COMPLETO (3805)	UND	REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	14,2015	1
			CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	16,4223	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	24,2400	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	35,0000	4
2	CARTUCHO DE TINTA 15 REMANUFATURADO HP C/TROCA (3806)	UND	REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	12,0713	1
			CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	12,3167	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	19,0324	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	30,0000	4
3	CARTUCHO DE TINTA 25 REMANUFATURADO HP COMPLETO (3807)	UND	REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	26,9829	1
			CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	28,7390	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	40,1688	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	55,0000	4
4	CARTUCHO DE TINTA 25 REMANUFATURADO HP C/TROCA (3808)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	24,6334	1
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	24,8527	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	28,6920	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	45,0000	4
5	CARTUCHO DE TINTA 27 REMANUFATURADO HP COMPLETO (3809)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	16,4223	1
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	19,8821	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	27,7356	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	45,0000	4
6	CARTUCHO DE TINTA 27 REMANUFATURADO HP C/TROCA (3810)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	12,3167	1
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	16,3317	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	19,0324	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	30,0000	4
7	CARTUCHO DE TINTA 28 REMANUFATURADO HP COMPLETO (3811)	UND	REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	24,8527	1
			CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	28,7390	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	40,1688	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	50,0000	4
8	CARTUCHO DE TINTA 28 REMANUFATURADO HP C/TROCA (3812)	UND	SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	19,0324	1
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	21,3023	2
			CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	24,6334	3



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010

Número do Registro de Preços: 4/2010 Data do Registro: 17/02/2010 Válido até: 17/02/2011 Objeto da Compra: Aquisição de Toners e Cartuchos de Tinta Remanufaturado						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
9	CARTUCHO DE TINTA 56 REMANUFATURADO HP COMPLETO (3813)	UND	NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	30,0000	4
			CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	16,4223	1
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	19,1720	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	27,7356	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	45,0000	4
10	CARTUCHO DE TINTA 56 REMANUFATURADO HP C/TROCA (3814)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	12,3167	1
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	16,3317	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	19,0324	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	30,0000	4
11	CARTUCHO DE TINTA 57 REMANUFATURADO HP COMPLETO (3815)	UND	REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	26,9829	1
			CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	28,7390	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	40,1688	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	50,0000	4
12	CARTUCHO DE TINTA 57 REMANUFATURADO HP C/TROCA (3816)	UND	SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	19,0324	1
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	24,1426	2
			CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	24,6334	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	30,0000	4
13	CARTUCHO DE TINTA 29 REMANUFATURADO HP COMPLETO (3817)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	16,4223	1
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	17,0418	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	23,9100	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	40,0000	4
14	CARTUCHO DE TINTA 49 REMANUFATURADO HP C/TROCA (3820)	UND	REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	14,2015	1
			CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	20,5279	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	23,9100	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	40,0000	4
15	CARTUCHO DE TINTA 21 REMANUFATURADO HP COMPLETO (3831)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	18,8856	1
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	19,8821	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	27,7356	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	45,0000	4
16	CARTUCHO DE TINTA 21 REMANUFATURADO HP C/TROCA (3832)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	14,7801	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010

Número do Registro de Preços: 4/2010 Data do Registro: 17/02/2010 Válido até: 17/02/2011 Objeto da Compra: Aquisição de Toners e Cartuchos de Tinta Remanufaturado						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
17	CARTUCHO DE TINTA 22 REMANUFATURADO HP COMPLETO (3833)	UND	REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	16,3317	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	17,2152	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	30,0000	4
18	CARTUCHO DE TINTA 22 REMANUFATURADO HP C/TROCA (3834)	UND	REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	26,9829	1
			CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	28,7390	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	40,1688	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	55,0000	4
19	TONER 12 A 1º LINHA REMANUFATURADO (C/CILINDRO E FITA LIMPADORA NOVA), IMPRESSORA HP. (5706)	UND	REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	18,4620	1
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	19,0324	2
			CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	24,6334	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	30,0000	4
20	CARTUCHO DE TINTA 22 REMANUFATURADO HP C/TROCA (3834)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	28,7795	1
			SC COPIAS LTDA (8634)	SC COPIAS	29,7163	2
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	30,4516	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	70,0000	4
21	CARTUCHO DE TINTA 74 REMANUFATURADO HP C/TROCA (5944)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	16,4223	1
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	17,0418	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	19,0324	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	30,0000	4
22	CARTUCHO DE TINTA 75 REMANUFATURADO HP C/TROCA (5945)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	16,4223	1
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	19,0324	2
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	19,8821	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	30,0000	4
23	CARTUCHO DE TINTA 74 REMANUFATURADO HP COMPLETO (5946)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	20,5279	1
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	21,3023	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	27,7356	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	45,0000	4
24	CARTUCHO DE TINTA 75 REMANUFATURADO HP COMPLETO (5947)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	20,5279	1
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	26,9829	2
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	37,1083	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010

Número do Registro de Preços: 4/2010 Data do Registro: 17/02/2010 Válido até: 17/02/2011

Objeto da Compra: Aquisição de Toners e Cartuchos de Tinta Remanufaturado

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	50,0000	4
24	TONER REMANUFATURADO 1° LINHA E120 IMPRESSORA LEXMARK (C/ CILINDRO E FITA LIMPADORA NOVA), IMPRESSORA HP (6570)	UND	SC COPIAS LTDA (8634)	SC COPIAS	29,7163	1
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	34,1804	2
			CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	40,2913	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	75,0000	4
25	TONER 36A 1° LINHA REMANUFATURADO (C/ CILINDRO E FITA LIMPADORA NOVA), IMPRESSORA HP (6571)	UND	SC COPIAS LTDA (8634)	SC COPIAS	29,7163	1
			CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	31,6574	2
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	35,4233	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	70,0000	4
26	Toner 12 A completo (6578)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	28,7795	1
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	44,5745	2
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	49,0954	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	120,0000	4
27	Toner 36 A completo (6579)	UND	CINTIA SILVESTRE DA SILVA HITNER (8647)	BLACK WHITE	31,6574	1
			SC COPIAS LTDA (8634)	POTENCIAL	44,5745	2
			REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA (8441)	REINKJET	61,5247	3
			NEI INFORMÁTICA LTDA - ME (8378)	HP	130,0000	4

BRACO DO TROMBUDO , 17 de Fevereiro de 2010.

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 4.580

DECRETO nº 4.580, de 10 de agosto de 2010.

Fixa tabela de preços para contratação serviço de publicidade governamental, veiculadas em jornais ou revistas e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fixa tabela de preços para contratação serviço de publicidade governamental, para veiculação na forma impressa, através de jornais e ou revistas no município, na região e no estado, em especial a publicidade de utilidade pública e a publicidade institucional, conforme segue:

Descrição	Unidade	Valor (R\$)
Serviço de divulgação de publicidade de utilidade pública e ou publicidade institucional, para veiculação na forma impressa/4x0 cores, através de Jornal no Município ou Jornal na Região.	½ Página, com tiragem e circulação máxima de 2.000 exemplares dentro do Município de Caçador	600,00
Serviço de divulgação de publicidade de utilidade pública e ou publicidade institucional, para veiculação na forma impressa/4x0 cores, através de Jornal no Município ou Jornal na Região.	½ Página, com tiragem e circulação mínima de 2.000 a 3.000 exemplares dentro do Município de Caçador	800,00
Serviço de divulgação de publicidade de utilidade pública e ou publicidade institucional, para veiculação na forma impressa/4x0 cores, através de jornal Diário no Estado, de segunda-feira a sábado.	½ Página, com tiragem e circulação mínima de 1.000 exemplares dentro do Município de Caçador	4.000,00
Serviço de divulgação de publicidade de utilidade pública e ou publicidade institucional, para veiculação na forma impressa/4x0 cores, através de jornal no Município ou jornal na Região.	1 Página, com tiragem e circulação mínima de 1.000 exemplares dentro do Município de Caçador	500,00
Serviço eletrônico internet.	Página principal banner 480x60 pixels, inserções diária	400,00
Serviço de divulgação de publicidade de utilidade pública e ou publicidade institucional, 05 programetes semanais com inserção no Jornal do Meio Dia, com sede local e abrangência regional.	1 Página, com tiragem e circulação mínima de 1.000 exemplares dentro do Município de Caçador	4.000,00

Art. 2º A "Publicidade de Utilidade Pública" deverá ser utilizada para divulgação de campanhas. Ex: campanha orientando a população para não deixar a água empoeirar e, assim, combater a dengue; campanhas de educação no trânsito, matrícula escolar e vacinação de idosos.

Art. 3º A "Publicidade de Institucional" deverá ser utilizada para levar ao conhecimento da população informações sobre o que foi planejado, o que está sendo executado e sobre os resultados de planos, programas, obras, serviços e campanhas. Ex: divulgação

de matéria mostrando como a conscientização da população permitiu o controle da dengue ou uma matéria explicativa sobre a importância de uma nova lei para o desenvolvimento do município de Caçador.

Art. 4º A publicidade dos programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos do Município de Caçador, deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 5º A contratação deverá ser feita através de Chamamento Público para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas interessadas na prestação dos serviços acima citados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogados os Decretos de nº 4.196, de 02 de março de 2009 e de nº 4.574, de 04 de agosto de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de agosto de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Resumo Ata de Habilitação CV 04/2010 - FUNDEMA

RESUMO ATA DE HABILITAÇÃO CV 04/2010 - FUNDEMA

Após análise da documentação verificou-se que a empresa Meio-este apresentou os documentos faltantes nas alíneas "f" e "c" e trouxe os documentos originais para autenticação dos documentos nas alíneas "g" e "h", estando habilitada, a empresa Roltre apresentou os documentos das alíneas "a" e "d", no entanto, não apresentou os documentos das alíneas "c", "e", "f", "g", "h", "i" e "j" do item 3.1 do Edital, sendo inabilitada. Como os representantes não estão presentes abre-se o prazo legal de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 6.184

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.184 DE 12 DE AGOSTO DE 2010

ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) As Entidades sem fins Lucrativos, estabelecidas no Município de Campo Alegre/SC, interessadas em receber Subvenção Social; Contribuições e ou Fimar Convênio com a Municipalidade, deverão apresentar previamente os seguintes Documentos, Anexo I, II, III devidamente preenchidos em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Fica atribuído ao Controle Interno do Município, verificar a documentação exigida no Artigo anterior deste Decreto, notificando as Entidades para que apresentem os respectivos documentos até a data de 30 de setembro de 2010.

Parágrafo único: As Entidades que deixarem de apresentar a documentação, ou que apresentarem documentação em desacordo com seu Estatuto Social, com seu Regimento Interno ou com a Legislação aplicável à espécie, serão consideradas inabilitadas a perceber Recursos Públicos Municipais.

Art.3º) O Controle Interno encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças os Documentos elencados nos Anexos, que fazem parte integrante deste Decreto, após análise dos mesmos até a data de 30 de outubro de 2010.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 5.800 de 02 de setembro de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 12 de agosto de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/08/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

FICHA CADASTRAL DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Entidade recebedora: _____	
E-mail: _____	
CNPJ/MF: _____	Inscrição no CMAS: _____
Endereço: _____	
Ponto de referência: _____	
CEP: _____	Bairro: _____
Cidade: _____	
Estado: _____	
Telefone para contato: () _____	

Presidente da Entidade: _____	
E-mail: _____	
CPF nº: _____	
Identidade nº: _____	Data: __/__/__ Órgão Expedidor: _____
Endereço residencial: _____ Nº: _____	
Ponto de referência: _____	
CEP: _____	Bairro: _____
Cidade: _____	
Estado: _____	
Telefone para contato: () _____	

Endereço profissional: _____ nº: _____	
CEP: _____	Bairro: _____
Cidade: _____	
Estado: _____	
Telefone para contato: () _____	

Campo Alegre/SC, ____/____/2010.

Assinatura do Presidente

Doc. 1 – FICHA CADASTRAL

PLANO DE APLICAÇÃO

Entidade recebedora: _____
Nome do responsável: _____

Título do Projeto: _____		
Finalidade: _____		
Item	Especificação (unidade, quantidade, etc)	Valor R\$
	Soma R\$	
	TOTAL R\$	

1ª via – Processo de solicitação – 2ª via – arquivo da entidade para controle do projeto.

Campo Alegre/SC, ____/____/2009.

Assinatura do Presidente

Doc. 2 – PLANO DE APLICAÇÃO

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da _____, estabelecida a Rua _____ nº _____, Bairro: _____, Cidade: _____, CEP: _____/SC, Inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, Declaro para os devidos fins que nos comprometemos em receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo Governo do Município de Campo Alegre, na forma de Subvenção Social no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, mas nunca excedendo o último dia do exercício.

Para maior clareza, firmo o presente.

Campo Alegre/SC, ____ de ____ de 2010.

Representante: _____
Assinatura com firma reconhecida

RG nº: _____ CPF/MF nº: _____

Doc. 3 – DECLARAÇÃO

HABILITAÇÃO

Nº	DOCUMENTAÇÃO
1	Ofício do Presidente da Entidade dirigido ao Prefeito solicitando o recurso.
2	Prova de mandato da Diretoria em exercício (cópia da ata da última eleição da diretoria), registrada em Cartório.
3	Cópia do Estatuto da Entidade, atualizado pelo Código Civil.
4	Certidão de registro e arquivamento dos Atos Constitutivos no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
5	Prova de funcionamento regular da Instituição (atestado pelo Conselho Municipal de Assistência Social), responsável por acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população, em conformidade com o inciso VII, do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.149/96.



6	Prova que a Entidade é correntista do BESC (declaração da gerência, extrato de conta ou comprovante de depósito que conste o nº da agência e da conta corrente individualizada e vinculada).
7	Cópia do CPF/MF e Carteira de Identidade do Presidente da Entidade.
8	Cópia do CNPJ/MF da Entidade.
9	Cópia do comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social nos casos de Entidades de Assistência Social.
10	Relação nominal dos associados.
11	Relatório das atividades realizadas pela Entidade no período de junho a dezembro do ano anterior e de janeiro a junho do corrente ano, contendo as seguintes informações: objetivo, justificativa, número de pessoas atendidas, e se os resultados propostos foram atingidos ou não, justificando.
12	Ficha cadastral preenchida e assinada, conforme Doc. 01.
13	Plano de aplicação de recursos devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade, conforme Doc. 02.
14	Declaração assinada pelo Presidente atual da Entidade, responsabilizando-se quanto ao recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos, conforme Doc. 03.

Campo Alegre/SC, ____/____/2010.

Doc. 4 – HABILITAÇÃO

MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

PARECER DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO:

Campo Alegre/SC, ____/____/2010.

Agente de Controle Interno

PARECER SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS:
DEFERIDO () INDEFERIDO ()

Campo Alegre/SC, ____/____/2010.

Secretária Municipal de Finanças

Doc. 5 – MANIFESTAÇÃO DA CONCEDENTE

Decreto Nº 6.181

DECRETO Nº 6.181 DE 11 DE AGOSTO DE 2010
HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO
SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2010.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar a lista dos aprovados no Edital do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 004/2010 - para o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, conforme abaixo relacionado:

NOME DO CANDIDATO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
ANA LUIZA DE LIMA	9,5	1º
MARIA CLAUDETE DE MELO	9,0	2º
MARISA RAMTHUN	9,0	3º
INES MICKUS CANDIDO	8,5	4º
FLÁVIA RIBEIRO DE LIMA	8,5	5º
SOENI CARDOSO BORGES	8,0	6º
VIVIANE KUHNEN	8,0	7º
PAULA ROSELIANE CORDEIRO DA CRUZ WALDMANN	7,5	8º
ROSANGELA GONÇALVES CAMARGO	7,5	9º

GIOVANE STEPANSKI FUCKNER	7,0	10º
ANGELA SUELEN AUGUSTIN	7,0	11º
IRACEMA ODA	6,0	12º
ANDREIA APARECIDA COSTA KUSCHAN	6,0	13º
ANDRESSA APARECIDA PISKI		Ausente
CRISTIANE APARECIDA CORREIA BORGES		Ausente

Art.2º) Os candidatos aprovados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 11 de agosto de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/08/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.185

DECRETO Nº 6.185 DE 12 DE AGOSTO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.623 de 12 de agosto de 2010; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 66.300,00 (sessenta e seis mil e trezentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.
08.03 - Serviços de Obras e Serviços Públicos
2.040 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil e Militar
400000.00.000 - Despesas de Capital
440000.00.000 - Investimentos
449000.00.000 - Aplicações Diretas
449052.00.153 - Equipamentos e Material Permanente
R\$ 18.400,00
449052.00.520 - Equipamentos e Material Permanente
R\$ 47.900,00
TOTAL R\$ 66.300,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos do Convênio Transito com a Polícia Militar (cód. 153) e Recursos do Convênio Radio Patrulha (cód. 520).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 12 de agosto de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal



AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/08/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.186

DECRETO Nº 6.186 DE 12 DE AGOSTO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO
DE DESPESA POR CONTA DE ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO VI-
GENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial
a Lei Municipal nº 3.625 de 12 de agosto de 2010; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar Especial e Cria Elemento de
Despesa no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) no Orça-
mento Vigente:

04.00 - Secretaria Municipal de Finanças
04.01 - Serviço do Controle Fazendário
6.014 - Amortização da Dívida junto ao INSS
400000.00.136 - Despesas de Capital
460000.00.136 - Amortização da Dívida
469000.00.136 - Aplicações Diretas
469071.00.136 - Principal da Dívida Contratual Resgatado
R\$ 14.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto,
correrá por conta de Anulação da seguinte Dotação do Orçamento
vigente:

04.00 - Secretaria Municipal de Finanças
04.01 - Serviço do Controle Fazendário
2.044 - Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças
300000.00.136 - Despesas Correntes
310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
319000.00.136 - Aplicações Diretas
319011.00.136 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
R\$ 14.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 12 de agos-
to de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/08/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.187

DECRETO Nº 6.187 DE 12 DE AGOSTO DE 2010
CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 006/2010.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no
Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade
com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 006,
de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Pro-
cesso Seletivo Simplificado Edital nº 006/2010, integrada pelos
membros abaixo descritos:

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes
membros:

Eliana Pessoa Machado Collet, matrícula nº. 954718;
Zurita Maria Pacheco Rückl, matrícula nº 282;
Gustavo Machado do Amaral, matrícula nº 000495.

Parágrafo único - Sob a Presidência do Primeiro, supervisionar,
nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para
a Seleção do seguinte Cargo: Médico IV, objeto do Edital de Pro-
cesso Seletivo Simplificado Edital nº 006/2010 desta Prefeitura
Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão avaliar, supervisio-
nar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado
Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mes-
mo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 12 de agos-
to de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/08/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.511

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.511 DE 11 DE AGOSTO DE 2010
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial
aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de
setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio ao Odontólogo - HERON ÉBER
STRADIOTO, matrícula nº 000444, lotado na Secretaria Municipal
de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisiti-
vo de 04 de julho de 2005 a 04 de julho de 2010.

Art.2º) O servidor gozará sua Licença Prêmio no período de 12 de
agosto de 2010 á 10 de setembro de 2010.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de agosto
de 2010.



VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
11/08/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.512

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.512 DE 12 DE AGOSTO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias ao Médico IV - IVAN COLERAUS, matrícula nº 000545, referente ao período aquisitivo 23 de abril de 2009 a 22 de abril de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 15 de agosto de 2010 á 26 de agosto de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de agosto de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
12/08/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.549

LEI Nº 3.549 DE 23/07/2010
AUTORIZA ADQUIRIR IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir de Alexandro Amalcaburio - CI11/R 4879.284-SC, CPF: 043.855.459-01, uma área de terra de 2.238m2 (dois mil, duzentos e trinta e oito metros quadrados) matriculado no CRI da Comarca de Campos Novos sob nº 17.843, localizada na sede do Distrito de Barra do Leão.

Art. 2º. A área mencionada no Art. 1º integra uma área maior de 7.728,04 (sete mil, setecentos e vinte e oito metros e quatro centímetros quadrados) e possui as seguintes confrontações:

Ao Norte: em 40,20m com um Lajeado sem denominação.
Ao Sul : em 20,00m com a rua Getúlio Vargas e em 20,00m, com terrenos do vendedor Alexandro Amalcabúrio;
Ao Leste : em 65,40 m, com servidão der acesso a captação de água do SAMAE
Ao Oeste: em 23,00m, e mais 46,50m, com terrenos do vendedor Alexandro Amalcabúrio.

Art. 3º. O valor da transação do imóvel será de R\$ 134.280,00 (cento e trinta e quatro mil, duzentos e oitenta reais), e o pagamento em 5(cinco) parcelas de R\$ 26.856,00 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e seis reais), a cada trinta dias, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a assinatura da escritura pública de promessa de compra e venda.

Art. 4º. Os encargos desta Lei será suportados por dotações do Orçamento vigente, consignados sob rubrica:
Secretaria de Esportes e Lazer
Departamento de Esporte
Gerência Administrativa
Construções, ampliações e reformas
Aplicações diretas
45.4.4.90.00.00.00.00.00.10000.0

Art. 5º. O Imóvel descrito no Art. 1º destina-se a construção de um Ginásio Poliesportivo na sede do Distrito de Barra do Leão.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de julho de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.550

LEI Nº 3.550 DE 23/07/2010
APROVA ACORDO JUDICIAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI

Art. 1º. Fica aprovado o acordo Judicial, celebrado nos Autos de Desapropriação nº 14.09.0-03735-2, na audiência realizada o dia 23 de junho de 2010.

Art. 2º. O acordo mencionado no Artigo anterior decorre de Decreto de Desapropriação nº 5.812 de 22 de julho de 2009, em que são desapropriados: Célia Thibes Bleyer, Terezinha de J.J. B.Martins Costa, Maria de Lourdes B. Cherem, Odete Maria Blyer Bresola, Doris T. de Oliveira Bleyer, Paulo de Tarso de O. Bleyer, Tania M.B.Eberhardt, Sandra Regina de O. Bleyer Bazzo, Silvio M.B. Eberhardt, Carlos Roberto de Oliveira Bleyer e a empresa Nossa Senhora de Lourdes Participações Ltda, representada por



Maria de Lourdes Bleyer Cherem.

Art. 3º. O valor do imóvel desapropriado, objeto do acordo celebrado é de R\$635.994,68(seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos), e será pago em cota única no dia 30 de julho de 2010.

§ Primeiro: do valor constante no caput, será abatida a importância de R\$ 187.837,76 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), valor este depositado em juízo por ocasião da propositada da ação de desapropriação.

§ Segundo: além do valor descrito no caput, o Município pagará o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de honorários advocatícios.

Art. 4º. Os encargos desta Lei serão suportados por dotações do orçamento vigente, consignada na rubrica orçamentária:

Secretaria de Esportes e Lazer
Departamento de Esportes
Gerência Administrativa
Construções, ampliações e reformas
Aplicações Diretas
45-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000,0

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de julho de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.551

LEI Nº 3.551 DE 12/08/2010
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, consignado sob as seguintes rubricas:

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj/Ativ: 2.053 Manutenção do Programa de Apoio Pessoas Portad. Necessidades Especiais
22 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0028.0 Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 2º. Para cobertura da abertura do crédito especial previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente a seguinte rubrica orçamentária:

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj/Ativ: 2.055 - Manutenção do Programa CRAS - Centro de Referência da Ass. Social.
6 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 20.000,00
Total: 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando especialmente a Lei 3.547/10 e Decreto 6.067/10.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 12 de agosto de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.066

DECRETO Nº 6.066 DE 19/07/2010
REGULAMENTA LEI Nº 3.546/2010

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, consignado sob as seguintes rubricas:

Órgão 09 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

Unidade: 27 DEPARTAMENTO DE ESPORTES-GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
Proj/Ativ: 1.056 Construções, ampliações e reformas no Esporte Municipal
45 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 595.000,00

Órgão 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
Proj/Ativ: 2.078 Recolhimento e destinação dos resíduos sólidos
69 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 45.000,00

Órgão 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
Proj/Ativ: 1.011 Reequipamento da Secretaria de Transportes e Obras
58 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 38.750,00

Órgão 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 25 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
Proj/Ativ: 2.037 Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem
61 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 150.000,00

Valor total R\$. 828.750,00

Art. 2º. Para cobertura da abertura do crédito previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente a seguinte rubrica orçamentária:

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 09 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
Proj/Ativ: 1.018 Reequipamento do Ensino Fundamental
81 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0074.0 Aplicações Diretas 146.996,27
82 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0066.0 Aplicações Diretas 76.573,73
83 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0063.0 Aplicações Diretas 45.000,00
84 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0036.0 Aplicações Diretas 49.430,00

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 10 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRE-ESCOLAR
Proj/Ativ: 1.013 Construção, ampliações e reformar no ensino infantil
140 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0066.0 Aplicações Diretas



184.000,00			
141	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0	Aplicações	Diretas
45.000,00			
142	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0	Aplicações	Diretas
50.000,00			
143	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações	Diretas
5.000,00			

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 10 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRE-ESCOLAR

Proj/Ativ: 1.016 Reequipamentos de creches

134	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0	Aplicações	Diretas
45.000,00			
135	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0	Aplicações	Diretas
5.000,00			

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 10 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRE-ESCOLAR

Proj/Ativ: 1.017 Reequipamento do ensino infantil

131	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.0	Aplicações	Diretas
50.000,00			
148	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0	Aplicações	Diretas
22.000,00			

Órgão 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 12 DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Proj/Ativ: 1.015 Construção, ampliações e reformar no ensino fundamental

120	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0	Aplicações	Diretas
45.000,00			
121	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0036.0	Aplicações	Diretas
55.250,00			
122	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0	Aplicações	Diretas
4.500,00			

Valor total R\$828.750,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de julho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.067

DECRETO Nº 6.067 DE 19/07/2010

REGULAMENTA LEI Nº 3.547/2010

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, consignado sob as seguintes rubricas:

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Proj/Ativ: 2.053 Manutenção do Programa de Apoio Pessoas Portad. Necessidades Especiais			
22	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0028.0	Aplicações	Diretas
20.000,00			

Art. 2º. Para cobertura da abertura do crédito especial previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente a seguinte rubrica orçamentária:

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Proj/Ativ: 2.053 Manutenção do Programa de Apoio Pessoas Portad. Necessidades Especiais			
6	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0020.0	Aplicações	Diretas
20.000,00			
Total.....			20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de julho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.068

DECRETO Nº 6.068 DE 22/07/10

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam suplementados no orçamento da Secretaria de Esporte e Lazer, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE: 27- Gerência Administrativa

PROJETO/ATIVIDADE: 1056 -Construções, ampliações e reformas no Esporte Municipal

Elementos de despesa:

43	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0063.0-Aplicações	Diretas.....
R\$292.500,00		

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art. 1º, fica anulado no projeto e na atividade abaixo o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE: 27- Gerência Administrativa

PROJETO/ATIVIDADE: 1056 -Construções, ampliações e reformas no Esporte Municipal

Elementos de despesa:

45	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações	Diretas.....
R\$292.500,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 22 de julho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.069

DECRETO Nº 6.069 DE 26/07/10

REVOGA DECRETO 6068/10 DE 22/07/2010.



Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Revogado o Decreto nº 6.068/10 de 22 de julho de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 26 de julho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.070

DECRETO Nº 6.070 DE 27/07/10

ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no projeto e na atividade abaixo discriminado, para despesas de contrapartida na construção do Ginásio na Escola Santa Júlia:

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12- Dpto de Ensino Fundamental

PROJETO/ATIVIDADE:1015 -Construções, ampliações e reformas no Ensino Fundamental

Elementos de despesa:

122 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....
R\$78.000,00

SUBTRAIR DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 27 de julho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.072

DECRETO Nº 6.072 DE 02/08/2010

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DE CONCURSO PÚBLICO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando o disposto no item 18 do Edital de Concurso da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio de 25/06/07;

Considerando a necessidade de prover vagas nos quadros de servidor da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica prorrogado até 13 de agosto de 2011, o prazo de validade do concurso público realizado pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, conforme Edital 01/2007 de 25/06/07.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 02 de agosto de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.073

DECRETO Nº 6.073 DE 03/08/10

ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no projeto e na atividade abaixo discriminado, para despesas com recursos do Programa Federal CREAS.

ÓRGÃO: 14- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE:2050 - Manutenção do Programa SENTINELA

Elementos de despesa:

10 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0028.0-Aplicações Diretas.....
R\$35.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 03 de agosto de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.074

DECRETO Nº 6.074 DE 03/08/10

ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no projeto e na atividade abaixo discriminado, para despesas com recursos do Bolsa Família.

ÓRGÃO: 14- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 PROJETO/ATIVIDADE:1051 - Reequip. da Assistência Social com recursos do Bolsa Familia
 Elementos de despesa:
 15 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0028.0-Aplicações Diretas.....
 R\$20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 03 de agosto de 2010.
 VILIBALDO ERICH SCHMID
 Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.075

DECRETO Nº 6.075 DE 04/08/2010

ALTERA ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 2.878/92 - TABELA DE VALORES VENAIIS DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

D E C R E T A:

Art. 1º - A Tabela de Valores Venais de Imóveis do Município constante do Anexo Único do Decreto nº 2.878/92 de 29/12/1992, passa a vigorar com os seguintes valores:

TABELA DE VALORES VENAIIS DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO

Zona Especial - preço por m²..... 120.3700 UFM
 1ª Zona - preço por m²..... 101.8500 UFM
 2ª Zona - preço por m².....55.5660 UFM
 3ª Zona - preço por m².....39.3500 UFM
 4ª Zona - preço por m².....23.1500 UFM
 5ª Zona - preço por m².....12.9600 UFM

EDIFICAÇÕES:

Acabamento em Alvenaria

Alto - valor por m²..... 365.7401 UFM
 Normal - valor por m²..... 273.1500 UFM
 Baixo - valor por m² 212.9600 UFM

Acabamento Misto

Alto - valor por m²..... 293.9800 UFM
 Normal - valor por m²..... 229.6300 UFM
 Baixo - valor por m² 161.1100 UFM

Acabamento em Madeira

Alto - valor por m²..... 136.5700 UFM
 Normal - valor por m²..... 118.0601 UFM
 Baixo - valor por m² 97.2200 UFM

TERRENOS RURAIS:

1ª Categoria - preço por ha.....4.953.2400 UFM
 2ª Categoria - preço por ha.....3.951.8510 UFM
 3ª Categoria - preço por ha.....2.881.9400 UFM
 4ª Categoria - preço por ha.....2.421.3000 UFM

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 04 de agosto de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.076

DECRETO Nº 6.076 DE 06/08/2010

FIXA OS VALORES DE DIÁRIAS DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas estabelecidas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando a necessidade do servidor se afastar da sede do município a serviço;

Com amparo no Art. 62, § 3º da Lei Complementar nº 03 de 04/12/2000 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

D E C R E T A:

Art. 1º. Os valores das diárias concedidas a servidores da administração, fundações e autarquia, que se deslocam a outras cidades e unidades da Federação a serviço, receberão o valor estabelecido no Anexo Único deste decreto.

Art. 2º. Os encargos decorrentes deste decreto, serão suportados por dotações orçamentárias consignadas sob rubricas próprias no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 6.003/2010 de 06 de maio de 2010.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado este decreto em, 06 de agosto de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA QUE DISPÕE VALORES DE DIÁRIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

GRUPOS	VALOR DA DIÁRIA		FORA DO ESTADO
	NO ESTADO		
	CAPITAL	INTERIOR (dento do Estado)	
1º Grupo: Cargos de Nível dos Grupos: 1, 2 e 3 e de Nível Auxiliar	90,00	70,00	90,00
2º Grupo: Cargos de Nível Técnico (médio) – Cargos em Comissão dos Níveis DAS 1, 2 e 3.	120,00	90,00	120,00
3º Grupo: Cargos de Diretores, Cargos de Chefia, Cargos de Nível Superior do Grupo 4 e demais cargos em comissão de Nível 4.	180,00	150,00	180,00



4º Grupo: Secretários Municipais, Chefe de Gabinete, Assessores Especiais do Gabinete, Executivos do gabinete ou Diretores Superintendentes das Fundações e Autarquia	280,00	200,00	280,00
5º Grupo: Prefeito e Vice-Prefeito	450,00	350,00	590,00

Obs:

1. Dentro do Estado, as cidades de Blumenau, Joinville, Criciúma, Lages e Chapecó têm o mesmo valor da diária atribuída à capital.
2. Não será considerado como diária fora do Estado, localidades com distância inferior a 200 quilômetros.

Prefeitura de Campos Novos, 06 de agosto de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.077

DECRETO Nº 6.077 DE 09/08/2010

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1.034 de 19/07/2010,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Técnico em Apoio Administrativo, integrante do Anexo IV do quadro de pessoal - Lei nº 1.981/93 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do pedido de exoneração do titular, João Francisco Nunes, retroagindo seus efeitos a 09 de julho de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 09 de agosto de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.078

DECRETO Nº 6.078 DE 09/08/2010

AUTORIZA LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os pareceres técnicos e jurídicos exarados no Processo Administrativo nº 28.932;

Com amparo no Artigo 95 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor, c/c Artigo 100, incisos VIII, XXVI e 8º, inciso I "H" da Lei Orgânica,

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica concedida Licença de Desmembramento do imóvel urbano de propriedade de Terezinha Geny Nunes, CPF 690.469.059-34, com a área de 600,00m² (seiscentos metros quadrados), matriculados no CRI da Comarca de Campos Novos, sob nº 19.687, localizado na Rua Juvelina G. de Almeida, esquina com a Rua Anil-

do Bleichwell, no bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade.

Art. 2º. O imóvel mencionado no Art. 1º possui as seguintes confrontações:

Área Total Atual: 600,00m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com Sebastião Rodrigues numa extensão de 16,30 metros;

Ao Sul: confronta com Rua Anildo Bleichwell numa extensão de 18,50 metros;

Ao Leste: confronta com Rua Juvelina Gonçalves de Almeida numa extensão de 34,60 metros;

Ao Oeste: confronta com Espólio de Iracy Bleichwell numa extensão de 34,60 metros.

Art. 3º - A Licença de Desmembramento autorizada por este Decreto, dará origem a 2 (duas) unidades imobiliárias, com as seguintes confrontações:

Área Desmembrada a fim de Anexação ao Terreno da Confrontante: Cristiane Borré de Souza: 250,00m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Sebastião Rodrigues numa extensão de 16,30 metros;

Ao Sul: confronta com Terezinha Geny Nunes numa extensão de 17,24 metros;

Ao Leste: confronta com Rua Juvelina Gonçalves de Almeida numa extensão de 14,90 metros;

Ao Oeste: confronta com Espólio de Iracy Bleichwell numa extensão de 14,90 metros.

Área Remanescente: 350,00m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com Terezinha Geny Nunes (Lote 1) numa extensão de 17,24 metros;

Ao Sul: confronta com Rua Anildo Bleichwell numa extensão de 18,50 metros;

Ao Leste: confronta com Rua Juvelina Gonçalves de Almeida numa extensão de 19,70 metros;

Ao Oeste: confronta com Espólio de Iracy Bleichwell numa extensão de 19,70 metros.

Art. 4º - Ficam aprovados a planta arquitetônica de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no Art. 3º deste Decreto.

Art. 5º - Ficam os cartórios de Tabelionato e do registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro dos imóveis objetos deste decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 09 de agosto de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.079

DECRETO Nº 6.079 DE 12/08/2010

REGULAMENTA LEI Nº 3.551/2010

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de

18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Especial no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na rubrica constante no Art. 1º da Lei nº 3.551/10.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no Art. 1º, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida Lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.067/10.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em 12 de agosto de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.080

DECRETO Nº 6.080 DE 12/08/2010

AUTORIZA LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os pareceres técnicos e jurídicos exarados no Processo Administrativo nº 28.902;

Com amparo no Artigo 95 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor, c/c Artigo 100, incisos VIII, XXVI e 8º, inciso I "H" da Lei Orgânica,

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica concedida Licença de Desmembramento do imóvel urbano de propriedade de João Antenor Dellabrida, CPF 182.489.859/20, com a área de 600,00m² (seiscentos metros quadrados), matriculados no CRI da Comarca de Campos Novos, sob nº 380, localizado na Avenida Sagrado Coração de Maria, esquina com a Rua Curitibaanos, no bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade.

Art. 2º. O imóvel mencionado no Art. 1º possui as seguintes confrontações:

Área Total Atual: 600,00m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com Valfrio Gonçalves Walter, em 40,00 metros;

Ao Sul: confronta com Rua Curitibaanos, em 40 metros;

Ao Leste: confronta com Angelo Coelho Muniz, em 15,00 metros;

Ao Oeste: confronta com Av. Sagrado Coração de Maria, em 15,00 metros.

Art. 3º - A Licença de Desmembramento autorizada por este Decreto, dará origem a 2 (duas) unidades imobiliárias, com as seguintes confrontações:

Área do Lote 01: 400,00m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Valfrio Gonçalves Walter, em 26,66 metros;

Ao Sul: confronta com Rua Curitibaanos, em 26,66 metros;

Ao Leste: confronta com (Lote 2) João Antenor Dallabrida, em

15,00 metros

Ao Oeste: confronta com Av. Sagrado Coração de Maria, em 15,00 metros.

Área do Lote 02: 200,00m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com Valfrio Gonçalves Walter, em 13,34 metros;

Ao Sul: confronta com Rua Curitibaanos, em 13,34 metros;

Ao Leste: confronta com Angelo Coelho Muniz, em 15,00 metros;

Ao Oeste: confronta com (Lote 1) João Antenor Dallabrida, em 15,00 metros

Art. 4º - Ficam aprovados a planta arquitetônica de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no Art. 3º deste Decreto.

Art. 5º - Ficam os cartórios de Tabelionato e do registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro dos imóveis objetos deste decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de agosto de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.081

DECRETO Nº 6.081 DE 12/08/2010

AUTORIZA LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os pareceres técnicos e jurídicos exarados no Processo Administrativo nº 28.999;

Com amparo no Artigo 95 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor, c/c Artigo 100, incisos VIII, XXVI e 8º, inciso I "H" da Lei Orgânica,

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica concedida Licença de Desmembramento do imóvel urbano de propriedade de Antônio Carlos Carpes, CPF 516.056.279-68, com a área de 600,00m² (seiscentos metros quadrados), matriculados no CRI da Comarca de Campos Novos, sob nº 4.612, localizado na Rua Rio do Sul a 15,00 metros da esquina mais próxima com a Rua Capinzal, no bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade.

Art. 2º. O imóvel mencionado no Art. 1º possui as seguintes confrontações:

Área Total Atual: 300,00m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com Antônio Gentil Coelho, em duas medidas de 20,00m, totalizando 40,00 metros;

Ao Sul: confronta com Salete França, em 22,00 metros; com

João Henrique Graeff, em 18,00 metros, totalizando 40,00 metros;

Ao Leste: confronta com Rua Rio do Sul, em 15,00 metros;

Ao Oeste: confronta com Angelo Ebert Locatelli, em 15,00 metros.

Art. 3º - A Licença de Desmembramento autorizada por este Decreto, dará origem a 2 (duas) unidades imobiliárias, com as se-



guintes confrontações:

Área do Lote 01: 300,00m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com (Lote 2) Antônio Carlos Carpes, em 25,00 metros;

Ao Sul: confronta com Salete França, em 22,00 metros; com João Henrique Graeff, em 3,00 metros, totalizando 25,00 metros;

Ao Leste: confronta com Rua Rio do Sul, em 12,00 metros;

Ao Oeste: confronta com (Lote 2) Antônio Carlos Carpes, em 12,00 metros;

Área do Lote 02: 300,00m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com Antônio Gentil Coelho, em duas medidas de 20,00m, totalizando 40,00 metros;

Ao Sul: confronta com (Lote 1) Antônio Carlos Carpes, em 25,00 metros; com João Henrique Graeff, em 15,00 metros;

Ao Leste: confronta com (Lote 1) Antônio Carlos Carpes, em 12,00 metros; com Rua Rio do Sul, em 3,00 metros;

Ao Oeste: confronta com Angelo Ebert Locatelli, em 15,00 metros.

Art. 4º - Ficam aprovados a planta arquitetônica de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no Art. 3º deste Decreto.

Art. 5º - Ficam os cartórios de Tabelionato e do registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro dos imóveis objetos deste decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de agosto de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.082

DECRETO Nº 6.082 DE 12/08/2010

AUTORIZA LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os pareceres técnicos e jurídicos exarados no Processo Administrativo nº 29.002;

Com amparo no Artigo 95 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor, c/c Artigo 100, incisos VIII, XXVI e 8º, inciso I "H" da Lei Orgânica,

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica concedida Licença de Desmembramento do imóvel urbano de propriedade de Ana Lopes de Abreu, CPF 296.251.659-91, com a área de 748,00m² (setecentos e quarenta e oito metros quadrados), com benfeitorias (Uma casa de madeira de 100,00m²), matriculados no CRI da Comarca de Campos Novos, sob nº 7.587, localizado na Rua Cel. Lucidoro a 44,70 metros da esquina mais próxima com a Rua Lucas Alves de Carvalho, nesta cidade.

Art. 2º. O imóvel mencionado no Art. 1º possui as seguintes confrontações:

Área Total Atual: 748,00m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com Rua Cel. Lucidoro, em 14,40 metros;

Ao Sul: confronta com Dione Maria Salmória, em 6,45 metros; com Ivan Carlos Zimmermann Lago, em 12,70 metros, totalizando 19,15 metros;

Ao Leste: confronta com Odete Maria de Lima, em 44,60 metros;

Ao Oeste: confronta com Bernardina Ribeiro Gonçalves, em linhas quebradas em 11,20 metros, em 0,80 metros e 35,65 metros, totalizando 47,65 metros.

Art. 3º - A Licença de Desmembramento autorizada por este Decreto, dará origem a 2 (duas) unidades imobiliárias, com as seguintes confrontações:

Área do Lote 01: 330,48m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Rua Cel. Lucidoro, em 11,40 metros;

Ao Sul: confronta com (Lote 2) Ana Lopes de Abreu, em 11,77 metros;

Ao Leste: confronta com Odete Maria de Lima, em 28,10 metros;

Ao Oeste: confronta com (Lote 2) Ana Lopes de Abreu, em 29,28 metros.

Área do Lote 02: 417,52m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com Rua Cel. Lucidoro, em 3,00 metros; com (Lote 1) Ana Lopes de Abreu, em 11,77 metros;

Ao Sul: confronta com Dione Maria Salmória, em 6,45 metros; com Ivan Carlos Zimmermann Lago, em 12,70 metros, totalizando 19,15 metros;

Ao Leste: confronta com (Lote 1) Ana Lopes de Abreu, em 29,28 metros; com Odete Maria de Lima, em 16,50 metros;

Ao Oeste: confronta com Bernardina Ribeiro Gonçalves, em linhas quebradas em 11,20 metros, em 0,80 metros e 35,65 metros, totalizando 47,65 metros.

Art. 4º - Ficam aprovados a planta arquitetônica de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no Art. 3º deste Decreto.

Art. 5º - Ficam os cartórios de Tabelionato e do registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro dos imóveis objetos deste decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de agosto de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.083

DECRETO Nº 6.083 DE 12/08/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, nos projetos e nas atividades abaixo

discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 09 - SECRET. DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE: 28 - DEPARTAMENTO DE JUVENTUDE E LAZER
PROJETO/ATIVIDADE: 2.040 - Manutenção Deptº da Juventude e Lazer
Elementos de despesa:
40-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....
R\$ 60.000,00

Art. 2º. Por conta da abertura de crédito adicional suplementar a que se refere o Art. 1º, ficam anulados nos projetos e nas atividades abaixo, os seguintes elementos de despesa:

ÓRGÃO: 09 - SECRET. DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE: 28 - DEPARTAMENTO DE JUVENTUDE E LAZER
PROJETO/ATIVIDADE: 2.040 - Manutenção Deptº da Juventude e Lazer
Elementos de despesa:
41-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....
R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de agosto de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.084

DECRETO Nº 6.084 DE 12/08/2010
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município - despesas com recursos do FUNDEB, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.020 - Construções e Reformas no Ensino c/Recursos do FUNDEB 40%
Elementos de despesa:
111-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0014.0-Aplicações Diretas.....
R\$ 45.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), subtraído do excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 12 de agosto de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Retificação - Decreto Nº 6.071 DE 30/07/10

RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº 6.071 DE 30/07/10

ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nos projetos e nas atividades abaixo discriminadas, para despesas de construção de ginásio na Escola Santa Júlia, recursos do Convênio Federal:

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12- Dpto. de Ensino Fundamental

PROJETO/ATIVIDADE:1015 -Construções, ampliações e reformas no Ensino Fundamental

Elementos de despesa:

120 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0063.0-Aplicações Diretas.....
R\$ 292.500,00

ÓRGÃO: 02- SECRETARIA DE PLANEJ. E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02- Dpto. de Organização e Coordenação Geral

PROJETO/ATIVIDADE:2001 -Manutenção do Deptº de Planej. Organização e Coord. geral

Elementos de despesa:

105 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....
R\$ 1.000,00
106 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....
R\$ 4.000,00

ÓRGÃO: 06- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 19- Dpto. da Agricultura - Gerência

PROJETO/ATIVIDADE:2028 -Manutenção do Deptº da Agricultura - Gerência

Elementos de despesa:

21 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 09- SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE: 27- Dpto. de Esportes - Gerência Administrativa

PROJETO/ATIVIDADE:2039 -Manutenção do Deptº de Esportes

Elementos de despesa:

48 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....R\$ 1.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais), subtraído do excesso de arrecadação de convênios federais; e R\$ 8.000,00 (oito mil reais) subtraído do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 30 de julho de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Resultado Convite FMS 10/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

CONVITE Nº FMS 10/09

PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 28/09

HOMOLOGAÇÃO: 01/10/09

CONTRATADO: J.B. LEANDRO COMERCIO DE TINTAS LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A REFORMA DO PRONTO

ATENDIMENTO MUNICIPAL, CONFORME MEMORIAL

DESCRIPTIVO, ORÇAMENTO E PROJETOS EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.332,39 (quinze mil trezentos e trinta e dois reais e trinta e nove centavos)

LEOBERTO WEINERT

Prefeito.

Resultado Convite FMS 11/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

CONVITE Nº FMS 11/09

PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 31/09

HOMOLOGAÇÃO: 11/11/09

CONTRATADO: SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS GÊNEROS

ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS AO CAPS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 637,54 (seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)

LEOBERTO WEINERT

Prefeito.

Resultado Convite FMS 11/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

CONVITE Nº FMS 11/09

PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 31/09

HOMOLOGAÇÃO: 11/11/09

CONTRATADO: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS GÊNEROS

ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS AO CAPS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.096,72 (quatro mil e noventa e seis reais e setenta e dois centavos)

LEOBERTO WEINERT

Prefeito.

Resultado Convite FMS 12/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

CONVITE Nº FMS 12/09

PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 33/09

HOMOLOGAÇÃO: 09/12/09

CONTRATADO: J.B. LEANDRO COMERCIO DE TINTAS LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DE LAVANDERIA NO POSTO DE SAÚDE NA COHAB I, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E PROJETOS EM ANEXO. VALOR DA DESPESA: R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais)

LEOBERTO WEINERT

Prefeito.

Resultado Convite FMS 14/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

CONVITE Nº FMS 14/09

PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 38/09

HOMOLOGAÇÃO: 21/12/09

CONTRATADO: WILSON VIEIRA DOS SANTOS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

CONFECÇÃO DE DIVERSOS IMPRESSOS, DESTINADOS AO

PROGRAMA ESF - EQUIPES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA

FAMÍLIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 56,00 (cinquenta e seis reais)

LEOBERTO WEINERT

Prefeito.

Resultado Convite FMS 14/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

CONVITE Nº FMS 14/09

PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 38/09

HOMOLOGAÇÃO: 21/12/09

CONTRATADO: GRAFICA MEDEIROS LTDA.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

CONFECÇÃO DE DIVERSOS IMPRESSOS, DESTINADOS AO

PROGRAMA ESF - EQUIPES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA

FAMÍLIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

LEOBERTO WEINERT

Prefeito.

Resultado Convite FMS 15/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

CONVITE Nº FMS 15/09

PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 39/09

HOMOLOGAÇÃO: 17/12/09

CONTRATADO: CONSTRUTORA E CERÂMICA LMR SUL LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

PINTURA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE MARCÍLIO

DÍAS, PARADO/CEACA, FARTURA, RIO DO PINHO E PAULA

PEREIRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO

EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.467,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e sessenta e sete reais)

LEOBERTO WEINERT

Prefeito.

Resultado Dispensa FMS 01/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº FMS 1/09



PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 40/09

HOMOLOGAÇÃO: 11/12/09
CONTRATADO: ORIVAL ADOLFO WITT
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DESTINADOS A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL, CAPS, SERVIÇO SOCIAL, FARMÁCIA BÁSICA E CEO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Resultado Dispensa FMS 01/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº FMS 1/09
PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 40/09

HOMOLOGAÇÃO: 11/12/09
CONTRATADO: ORLANDO TREML
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DESTINADOS A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL, CAPS, SERVIÇO SOCIAL, FARMÁCIA BÁSICA E CEO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.840,00 (quinze mil oitocentos e quarenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Resultado Dispensa FMS 01/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº FMS 1/09
PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 40/09

HOMOLOGAÇÃO: 11/12/09
CONTRATADO: ADRIANA MAYER
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DESTINADOS A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL, CAPS, SERVIÇO SOCIAL, FARMÁCIA BÁSICA E CEO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.400,00 (dezesete mil quatrocentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Resultado Dispensa FMS 01/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº FMS 1/09
PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 40/09

HOMOLOGAÇÃO: 11/12/09
CONTRATADO: VILI ERNESTO HAAG
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DESTINADOS A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL, CAPS, SERVIÇO SOCIAL, FARMÁCIA BÁSICA E CEO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.400,00 (onze mil quatrocentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Resultado Inexigibilidade FMS 03/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FMS 3/09
PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 30/09

HOMOLOGAÇÃO: 25/09/09
CONTRATADO: CLINICA MEDICA H J LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO-PSIQUIÁTRICO EM RECUPERAÇÃO DE DOENTES MENTAIS E DEPENDENTES QUÍMICOS ADOLESCENTES (12 A 18 ANOS), DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.815,00 (dezesesseis mil oitocentos e quinze reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Resultado Inexigibilidade FMS 04/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. FMS 4/09
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. FMS 41/09

HOMOLOGAÇÃO: 21/12/09
CONTRATADO: CLINICA MEDICA H J LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO-PSIQUIÁTRICO EM RECUPERAÇÃO DE DOENTES MENTAIS E DEPENDENTES QUÍMICOS ADOLESCENTES (12 A 18 ANOS) E MAIORES DE 18 (DEZOITO) ANOS, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 168.687,60 (cento e sessenta e oito mil seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Resultado Pregão Eletrônico FMS 13/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº FMS 13/09
PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 37/09

HOMOLOGAÇÃO: 29/12/09
CONTRATADO: VETTA LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 20 BEBEDOUROS ELETRICOS, 01 CORTADOR DE GRAMA ELETRICO DE 1050W. E 01 APARADOR DE GRAMA ELETRICO 700W., DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.588,80 (oito mil quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Pregão Eletrônico FMS 13/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº FMS 13/09
PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 37/09

HOMOLOGAÇÃO: 29/12/09
CONTRATADO: F. DE OLIVEIRA PASTORINI
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS



OBJETO: AQUISIÇÃO DE 20 BEBEDOUROS ELETRICOS, 01 CORTADOR DE GRAMA ELETRICO DE 1050W. E 01 APARADOR DE GRAMA ELETRICO 700W., DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. VALOR DA DESPESA: R\$ 652,00 (seiscientos e cinquenta e dois reais)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Resultado Pregão Presencial FMS 05/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 5/09
PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 29/09

HOMOLOGAÇÃO: 07/10/09
CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, DESTINADOS AO MICRO, AMBULÂNCIAS E VANS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.814,00 (dois mil oitocentos e quatorze reais)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Pregão Presencial FMS 05/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 5/09
PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 29/09

HOMOLOGAÇÃO: 07/10/09
CONTRATADO: J K PNEUS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, DESTINADOS AO MICRO, AMBULÂNCIAS E VANS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.878,40 (três mil oitocentos e setenta e oito reais e quarenta centavos)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Pregão Presencial FMS 06/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 6/09
PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 35/09

HOMOLOGAÇÃO: 18/12/09
CONTRATADO: SANDRO LUIZ TREVISANI
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE DROGARIA/FARMÁCIA, LOCALIZADO(A) NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA DA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ANO DE 2010.
VALOR DA DESPESA: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil e reais)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito..

Capinzal

SIMAE

Extrato de Contrato Nº CAO/24/2010

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº CAO/24/2010

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: IMC INFORMÁTICA LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO: 02.316.203/0001-17
OBJETO: TERMO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/27/2006, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.
VALOR: R\$ 0,14 (QUATORZE CENTAVOS) POR FATURA IMPRESSA E ENTREGUE AO SIMAE.
DATA DA ASSINATURA: 12/08/2010
VIGÊNCIA: 01.09.2010 A 31.08.2011

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria P/ 5040/10

PORTARIA P/ 5040/10, de 13.08.2010.
"Concede Função Gratificada a SÉRGIO ADELAR BERNARDINI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 19, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

R e s o l v e :
CONCEDER, atendendo interesse público municipal, Função Gratificada ao funcionário (a) Sérgio Adelar Bernardini, com Estabilidade no Cargo de Agente de Serviços e Manutenção, Nível CE-06A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, para desempenhar cumulativamente as atribuições de Responsável de Limpeza Urbana, Nível FG-06, com 40 horas semanais, aos vencimentos do cargo efetivo.

O presente ato tem seus efeitos retroativos a 1º de agosto de 2010, quando o Servidor passou exercer essas funções.

Catanduvas, 13 de agosto de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4135/07.

Portaria P/ 5041/10

PORTARIA P/ 5041/10, de 13.08.2010.
"Concede Função Gratificada a CLAUDEMIR FRANCISCO BIASI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 19, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

R e s o l v e :
CONCEDER, atendendo interesse público municipal, Função Gratificada ao funcionário (a) Claudemir Francisco Biasi, com Estabilidade no Cargo de Agente de Construção e Manutenção, Nível



CE-46A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, para desempenhar cumulativamente as atribuições de Responsável de Manutenção, Nível FG-06, com 40 horas semanais, aos vencimentos do cargo efetivo.

O presente ato tem seus efeitos retroativos a 1º de agosto de 2010, quando o Servidor passou exercer essas funções.

Catanduvas, 13 de agosto de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 4776/09.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 264/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 264/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 50, inciso VII, da Lei Orgânica do município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder e autorizar ORLI CARLOS PAUL, Agente Político desta Prefeitura, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Administração e Planejamento, em exercício na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, gozar as férias regulamentares, conforme art.78, da LC nº 008, de 23/12/99, relativas ao período aquisitivo de 2008/2009, para serem gozadas de 16.08.2010 à 30.08.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de agosto de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria nº 265.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 265/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 50, inciso VII, da Lei Orgânica do município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder e autorizar ADILCIO SEBOLD servidor desta Prefeitura, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, gozar as férias regulamentares, conforme art.78, da LC nº 008, de 23/12/99, relativas ao período aquisitivo de 2008/2009, para serem gozadas de 16.08.2010 à 30.08.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de agosto de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria nº 266.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 266/2010

CONSIDERANDO a apresentação da Certidão de conclusão do Curso de Administração.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, de acordo com o Art. 62 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99, e conforme Parecer Jurídico,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação a servidora VANDERLENE SOTELE, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, de 40% (quarenta por cento) de seu vencimento, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de agosto de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso Pregão Presencial Nº 92/2010 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2010- PMC

Objeto: Aquisição de lixeiras plásticas novas.

Forma de Pregão: Presencial

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 27/08/2010

Abertura: dia 27/08/2010, às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 10 de agosto de 2010.

BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso Pregão Presencial Nº 97/2010 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 97/2010- PMC



Objeto: Aquisição de Buffet elétrico novo.
Forma de Pregão: Presencial
Tipo: Menor Preço por Item.
Recebimento das propostas: até as 13:45hs do dia 02/09/2010.
Abertura: dia 02/09/2010, às 14:00hs.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 10 de Agosto de 2010.
BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso Pregão Presencial Nº 98/2010 - PMC
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 98/2010 - PMC

Objeto: Contratação de banda e serviço de locação de equipamentos e sonorização para realização do desfile de 7 de setembro, neste Município.

Forma de Pregão: Presencial.
Tipo: Menor Preço Por Item
Recebimento das propostas: até às 13:45 do dia 27/08/2010
Abertura: dia 27/08/2010 às 14:00.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 10 de agosto de 2010
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso Pregão Presencial Nº 99/2010 - PMC
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 99/2010- PMC

Objeto: Aquisição de Agendas Personalizadas.
Forma de Pregão: Presencial
Tipo: Menor Preço por Item.
Recebimento das propostas: até as 13:45hs do dia 08/09/2010.
Abertura: dia 08/09/2010, às 14:00hs.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 12 de Agosto de 2010.
BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso Pregão Presencial SRP Nº 100/2010 - PMC
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2010 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço(s) de manutenção preventiva e corretiva com aplicação de peças genuínas e/ou originais nas viaturas do 20º Batalhão de Polícia Militar de Concórdia.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 09/09/2010.

Abertura: dia 09/09/2010 às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 12 de agosto de 2010
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Aplicação de Penalidades TP 33/2009 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 321/2009 - PMC
TOMADA DE PREÇOS Nº 33/2009 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial das Ruas Emília Simioni, Magdalena Savoldi e Fioravante Angelo Massolini, neste Município.

EXTRATO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 77, 78, 80, 86, 87 da Lei 8.666/93, torna-se pública, a APLICAÇÃO DA SEGUINTE SANÇÃO a empresa CONSTRUTORA GAUSS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, situada na Rod BR 470, 5958, KM 14, sala 02, Canta Galo, Rio do Sul, SC, CEP 89160-000, pelo atraso na execução do Contrato nº 80/2010:

A) Multa no valor de R\$ R\$ 5.256,75 (cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos), pelos 43 dias de atraso, contados da data de 21/06/2010, até o termo de recebimento da obra em 03/08/2010.

Entretanto, abre-se prazo para recurso, nos termos das alíneas "e" e "f", do Inciso "I", do Art. 109, da Lei nº. 8.666/93, sem efeito suspensivo.

Concórdia, SC, 10 de agosto de 2010.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Anexo TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 008/2010 DE CONTRATO

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 008/2010 DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2009. NÚMERO CONTRATO: 118/2009
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/12/2009



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato nº. 118, de 28 de dezembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

A Cláusula Terceira do Contrato nº. 118/2009, passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

O objeto do presente contrato deverá ser executado no prazo máximo de 300 (trezentos) dias, a contar da data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula Terceira e as demais Cláusulas do referido contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 78.517.737/0005-05

CONTRATADO: VISOLI - IND.COM.DE MAT. DE CONST. LTDA

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 28/10/2010

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Anexo TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 015 DE 09/08/2010 DE CONTRATO DE REPASSE

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 015 DE 09/08/2010 DE CONTRATO DE REPASSE

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2009. NÚMERO CONTRATO: 0276098-92/2008

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo alterar o item/subitem nº.4.1 da Cláusula Quarta do Contrato de Repasse nº. 0276098-92/2008, de 26/12/2008 realizado segundo os termos do programa GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO do MCIDADES, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Quarta do Contrato 0276098-92/2008 passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR.

A título de contra partida, o MUNICÍPIO alocará a este contrato de Repasse de acordo com o cronograma de execução financeira o valor de R\$ 44.919,92 (Quarenta e quatro mil, novecentos e dezenove reais e noventa e dois centavos)."

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais alíneas Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04

CONTRATADO: CAIXA

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 26/12/2010.

Curitibanos**PREFEITURA MUNICIPAL****Minuta do Contrato****MINUTA DO CONTRATO**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SMELC, com sede administrativa, na Av. Frei Rogério Nº446, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 83.754.044/0001-34, representado neste ato pelo Secretário deste órgão público, Sr. LUIZ CESAR ABRAHÃO, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado [...], portador do CPF [...] e RG [...], residente e domiciliado na RUA: [...], na cidade de [...], doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam a prestação de serviços de arbitragem, que se regerá

pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de serviços de arbitragem para a modalidade futebol de campo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados nos locais onde estiverem ocorrendo os jogos, em datas e horários a serem determinados pela SMELC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil após o término de cada fase do evento, mediante a apresentação do documento fiscal correspondente a realização do respectivo serviço.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de não cumprimento as determinações do regulamento de cada evento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

O presente contrato terá vigência a partir da sua assinatura, com duração até o final do evento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Os serviços serão prestados por profissionais autônomos, não gerando qualquer tipo de vínculo empregatício.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO.

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Curitiba, SC, que é comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, ____ de _____ de 2010.

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Curitiba

LUIZ CESAR ABRAHÃO

Secretário SMELC

Contratado

Testemunhas

Assessora Jurídica

Edital De Credenciamento Nº 002

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002 DE 12 DE AGOSTO DE 2010.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede administrativa localizada na Av. Frei Rogério, 466, centro, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, representada neste ato pelo Secretário deste órgão público, o Sr. LUIZ CESAR ABRAHÃO, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, comunica que está procedendo ao chamamento público para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas físicas interessadas na prestação de serviço de arbitragem de jogos nas modalidades: Futebol de Campo, Futebol Suíço, Futebol de Salão (FUTSAL) e Voleibol.

1 – DO OBJETO

Contratação de pessoas físicas para prestação de serviços de arbitragem de jogos do Futebol de Campo, conforme tabela de preços aprovada pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Curitiba e homologadas pela resolução SMELC 02/2010, conforme segue:

SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO 1ª DIVISÃO

DESCRIÇÃO	Vagas	Valor
ÁRBITRO	06	R\$ 130,00
ÁRBITRO AUXILIAR	08	R\$ 49,00
ÁRBITRO RESERVA	06	R\$ 24,00

SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO SUB-16 ANOS

DESCRIÇÃO	Vagas	Valor
ÁRBITRO	06	R\$ 96,50
ÁRBITRO AUXILIAR	08	R\$ 49,00
ÁRBITRO RESERVA	06	R\$ 24,00

I – Os valores prescritos na tabela acima corresponde ao pagamento de atuação em uma partida;

2 – DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- I – uma foto 3x4;
- II - cópia Identidade;
- III – cópia CPF;
- IV – Comprovante de endereço;
- V – cópia do título de eleitor;
- VI – PIS ou PASEP ou Inscrição de Contribuinte Individual no INSS;
- VII - Telefone;
- VIII - Currículo
- IX - Apresentar declaração de empresa ou entidade onde conste que tenha atuado como árbitro ou auxiliar em jogos de Futebol de Campo, Futebol Suíço, Futebol de Salão (FUTSAL) e Voleibol.

3 – DO CREDENCIAMENTO

I – A escolha dos árbitros para credenciar-se será feita por uma comissão de arbitragem, que será nomeada através de uma resolução do Secretário da SMELC, contendo: Presidente, Vice-Presidente, Secretário e membro.

II – O critério para a seleção dos árbitros será realizado de acordo com o maior tempo de experiência em arbitragens comprovadas no currículo ou declaração das entidades dos eventos que tenha participado.

III - É de inteira responsabilidade destes a escolha e divulgação dos árbitros que farão parte do quadro de credenciados pela SMELC

O credenciamento será realizado nas dependências da SMELC, entre 13h00 e 19h00, dentro do período hábil para cada competição.

IV - O período para credenciamento inicia-se na data da publicação deste edital, com termino previsto para 30 de dezembro de 2010.

V – Estarão credenciados a realizar os serviços, as pessoas que apresentarem corretamente a documentação exigida, concordando com os valores propostos pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Curitiba e homologados na resolução nº 0001/2010.

VI – A divulgação das escalas serão feitas com prazo mínimo de 24 horas, antes de cada partida.

4 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

I - Os serviços contratados serão prestados nos locais onde estiverem ocorrendo os jogos, em datas e horários determinados pela SMELC;

II – A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Curitiba escolherá entre os árbitros e auxiliares credenciados os que atuarão nos jogos das modalidades referidas sendo que nas convocações serão estipulados os locais, as datas e os horários dos jogos.

5 – DO PAGAMENTO

I – O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil após o término de cada fase do evento;

II – O Contratado deverá emitir nota fiscal de prestação do serviço;

III – O Contratado não poderá cobrar qualquer complementação de valores dos serviços prestados, relativos à alimentação, transporte e outros;

6 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

I – Os serviços serão prestados por profissionais autônomos, não gerando qualquer tipo de vínculo empregatício;

II – Fica facultado o credenciamento de servidores da administração, desde que apresente declaração de compatibilidade de horários;

III - Os demais direitos e obrigações das partes serão objeto de contrato de prestação de serviço, na forma da minuta de contrato que faz parte deste Edital;

IV – Outras informações poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Curitiba, localizada na Av. Frei Rogério, 466 ou na Prefeitura Municipal, localizada na Av. Coronel Vidal Ramos, 860, Setor de Licitações e Contratações.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, (SC), 12 de Agosto de 2010.

LUIZ CESAR ABRAHÃO

Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

Ermo

PREFEITURA MUNICIPAL**Decreto N.º 045**

DECRETO N.º 045, de 10 de agosto de 2010.

Abre crédito suplementar e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4º, inciso II da Lei nº 252/09 de 15/12/2009 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 16.769,38 (dezesseis mil, setecentos e sessenta e nove reais e trinta e oito centavos), a saber:

06.01 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0012.1.002 - Pavimentação de vias públicas e passeios



públicos
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0003.0 (70)- Aplicações Diretas
R\$ 16.769,38

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de agosto de 2010.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças

Contrato nº 24/2010(1º termo aditivo ao contrato nº 21/2010)

Contrato nº 24/2010(1º termo aditivo ao contrato nº 21/2010)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo
CONTRATADO: Pré - Moldados Pagani Ltda Me.
OBJETO: Pavimentação com lajotas na Estrada do Morro do Ermo com 2.320,50 m².
Valor total aditivo: R\$ 16.769,38(dezesseis mil, setecentos e sessenta e nove reais e trinta e oito centavos).
Prazo: vigência de 20 dias.
Data assinatura: 10/08/2010.

Erval Velho

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital de Pregão 0014/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 0047/2010
Edital de Pregão Presencial nº 0014/2010
Objeto: Aquisição de material de construção para praças públicas e aquisição de tubos de concreto para estradas vicinais. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 26 /08/2010. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal.

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 151

PORTARIA Nº. 151, DE 29 DE MARÇO DE 2010.
CONCEDE LICENÇA, A PEDIDO E SEM VENCIMENTOS, AO SERVIDOR PEDRO WITT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 83 da Lei Municipal nº. 876/2002;

CONSIDERANDO que o servidor do quadro efetivo Pedro Witt, requereu licença sem vencimentos do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo para tratar de assuntos particulares;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, a partir de 29 de março de 2010, licença, a pedido e sem vencimentos, pelo período de 1 (um) ano, ao servidor PEDRO WITT do cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º - Caso a licença seja cancelada, ou encerrado o prazo da licença disposto nesta Portaria, deverá o servidor retornar às suas atividades normais num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de exoneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 29 de março de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 29 de março de 2010.

ANDRESSA WESTRUP WERNKE
Agente Administrativo

Portaria Nº. 249

PORTARIA Nº. 249, DE 21 DE JUNHO DE 2010.
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL A SERVIDORA ZULADAIR TERESINHA CASAGRANDE RAMPINELLI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Zuladair Teresinha Casagrande Rampinelli protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 21 de junho de 2010, a pedido, a servidora ZULADAIR TERESINHA CASAGRANDE RAMPINELLI do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 21 de junho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 21 de junho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 250

PORTARIA Nº. 250, DE 21 DE JUNHO DE 2010.
AMPLIA, TEMPORARIAMENTE, CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA
JULIANE NUNES VIANNA EM 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 876, de 06 de junho de 2002 e Lei Municipal nº. 875, de 06 de junho de 2002;

CONSIDERANDO que houve o aumento na demanda de serviços;

CONSIDERANDO que a ampliação da carga horária é de vital importância, visto que no quadro efetivo não tem servidor para suprir a necessidade temporária,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ampliada, temporariamente, a carga horária da Médica do PSF JULIANE NUNES VIANNA em mais 20 (vinte) horas, totalizando 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 07 de junho de 2010.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 21 de junho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 21 de junho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 251

PORTARIA Nº. 251, DE 21 DE JUNHO DE 2010.
REDUZ CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR MAXWELL SANDEER FLOR PARA 10 HORAS SEMANAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica reduzida a carga horária do servidor MAXWELL SANDEER FLOR em 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 21 de junho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 21 de junho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 252

PORTARIA Nº. 252, DE 29 DE JUNHO DE 2010.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o Parágrafo Primeiro do Art. 8º da Lei Municipal nº. 751, de 20 de outubro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, aos servidores abaixo relacionados, progressão funcional horizontal, por antiguidade, conforme quadro abaixo:

Cód.	Nome	Função	Data da Progressão	Nível Progressão
1076	EDVALDO BATISTA SANGALETTI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	29/06/2010	TSA-6
561	MARIA ANDRE DE CAMPOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	12/06/2010	TSA-7
1084	NERONI REDIVO	MOTORISTA	29/06/2010	TSA-10
560	ZULMIRA GONÇALVES MENDES	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	06/06/2010	OAG-11

Art. 2º - Os servidores referidos no artigo 1º desta Portaria receberão o novo valor do salário mensal, de acordo com o anexo V da Lei Municipal nº. 751/01, devidamente corrigido pelos índices oficiais de reajustes do funcionalismo público municipal, desde a data da progressão.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de junho de 2010.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 29 de junho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 29 de junho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 253

PORTARIA Nº. 253, DE 30 DE JUNHO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA AOS SERVIDORES QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 78 da Lei Municipal nº. 487/98;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida licença aos servidores conforme tabela abaixo:

Cód.	Servidor	Cargo	Motivo do Afastamento	Data do Afastamento
875	ADAIR BINATTI	PEDREIRO	AUXÍLIO DOENÇA	04.05.2010
413	ANA MOTA DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	08.06.2010
2006	FRANCISCO MARIOTTI	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	AUXÍLIO DOENÇA	15.06.2010
2159	JOVELINA PASINI SCHNEIDER	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	21.05.2010
2257	KATIA BORGES FERREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AUXÍLIO MATERNIDADE	19.06.2010
486	LEDIR DIAS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AUXÍLIO DOENÇA	08.06.2010
1490	LUCIANA WESTRUP	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	AUXÍLIO MATERNIDADE	04.05.2010
1877	LUCIANA WESTRUP	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	AUXÍLIO MATERNIDADE	04.05.2010
2196	MARCIA ADÃO ROCHA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	AUXÍLIO DOENÇA	29.05.2010
136	MARIA MADALENA DUMINELLI VITALI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	AUXÍLIO DOENÇA	25.06.2010
2731	PATRICIA FRANCISCA MARTINS	AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	AUXÍLIO MATERNIDADE	10.05.2010
2743	ROSANGELA CARDOSO BONETTI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	AUXÍLIO MATERNIDADE	14.06.2010
2087	SABRINA PIROLA DE CAMPOS SOUZA	PSICÓLOGO	AUXÍLIO MATERNIDADE	31.05.2010
809	SANDRA HELENA SAVI MARCELINO MACARINI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	AUXÍLIO MATERNIDADE	11.06.2010

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de maio de 2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha, 30 de junho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 30 de junho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 254

PORTARIA Nº. 254, DE 30 DE JUNHO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUIZ SILVEIRA PARA OCUPAR O CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, NÍVEL TSA-10.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir o servidor do quadro efetivo Laudemir Rafael que está afastado para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que a contratação é de vital importância, visto que no quadro efetivo não tem servidor para substituir o servidor em licença,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, LUIZ SILVEIRA para ocupar o cargo de Operador de Equipamentos, Nível TSA-10.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que o servidor do quadro efetivo estiver afastado para tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha, 30 de junho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 30 de junho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 255

PORTARIA Nº. 255, DE 1º DE JULHO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA, PARA EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO NO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, O SERVIDOR ARMANDO SARTOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 81 da Lei Municipal nº. 487/98;

CONSIDERANDO que o Município de Cocal do Sul requisitou o servidor do quadro efetivo Armando Sartor, nos termos do art. 81 da Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998, para o exercício de cargo em comissão;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida licença, para exercício de cargo em comissão no Município de Cocal do Sul, ao servidor ARMANDO SARTOR do cargo de Agente Administrativo.

Art. 2º - O ônus da remuneração será do ente requisitante, nos

termos do Parágrafo único do art. 81 da Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998.

Art. 3º - Caso a licença seja cancelada deverá o servidor retornar às suas atividades normais num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de exoneração.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 1º de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 1º de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 256

PORTARIA Nº. 256, DE 02 DE JULHO DE 2010.
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SERVIDORA LEONILDA APARECIDA BRAVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Leonilda Aparecida Bravo protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 1º de julho de 2010, a pedido, a servidora LEONILDA APARECIDA BRAVO do cargo efetivo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de julho de 2010.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 02 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 02 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 257

PORTARIA Nº. 257, DE 02 DE JULHO DE 2010.
NOMEIA SERVIDORAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO SAMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2.001,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para o cargo de Técnico de Enfermagem do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, conforme a Lei Nº 1.557, de 02 de junho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeadas as servidoras abaixo relacionadas para exercerem o cargo de Técnico de Enfermagem do SAMU, Nível OAG-8:

Nome	Carga Horária Semanal
ALENIR SUZANA PRAXEDES MACHADO GUINZANI	40 Horas
ELIZANGELA DA ROSA	40 Horas
PAULA ARNS PREMOLI	40 Horas
PATRICIA GRIGIO AMERICO	40 Horas

Art. 2º - As servidoras supra nomeadas terão o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 1.557/10, e serão vinculadas ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois são contratações temporárias.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 02 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 02 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 258

PORTARIA Nº. 258, DE 05 DE JULHO DE 2010.
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS O SERVIDOR JAIR MARTIGNAGO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que o servidor Jair Martignago apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Operador de Equipamentos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor JAIR MARTIGNAGO do Cargo Temporário de Operador de Equipamentos.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 05 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 05 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria N°. 259

PORTARIA N°. 259, DE 06 DE JULHO DE 2010.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO O SERVIDOR CRISTIAN NICOSKI NOVACK.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal N°. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

CONSIDERANDO que o servidor Cristian Nicoski Novack apresentou pedido de exoneração do Cargo Comissionado de Chefe do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Econômico.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor CRISTIAN NICOSKI NOVACK do Cargo Comissionado de Chefe do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 06 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 06 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria N°. 260

PORTARIA N°. 260, DE 06 DE JULHO DE 2010.

EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE MOTORISTA O SERVIDOR ROGER DA SILVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ROGER DA SILVA do Cargo Temporário de Motorista.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 06 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado 06 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria N°. 263

PORTARIA N°. 263, DE 07 DE JULHO DE 2010.

NOMEIA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O CARGO DE MOTORISTA DO SAMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2001,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para o cargo de Motorista do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, conforme a Lei N° 1.557, de 02 de junho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para exercerem o cargo de Motorista do SAMU, Nível TSA-8:

Nome	Carga Horária Semanal
CLEZIO SEHNEM	40 Horas
EDUARDO DA SILVEIRA IZIDORIO	40 Horas
ROGER DA SILVA	40 Horas
WILLIANS SEBASTIÃO	40 Horas

Art. 2º - Os servidores supra nomeados terão o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 1.557/10, e serão vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois são contratações temporárias.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 07 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 07 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria N°. 264

PORTARIA N°. 264, DE 12 DE JULHO DE 2010.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL A SERVIDORA LUCIANA DONADEL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora Luciana Donadel apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Professor de Ensino Fundamental.



RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora LUCIANA DONADEL do Cargo Temporário de Professor de Ensino Fundamental.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 12 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 12 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 265

PORTARIA Nº. 265, DE 12 DE JULHO DE 2010.

EXONERA DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA A SERVIDORA JUCIANE CRISTINA DA SILVA NICOSKI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora JUCIANE CRISTINA DA SILVA NICOSKI do Cargo Comissionado de Diretora Adjunta de Escola de Educação Básica.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 12 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado 12 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 266

PORTARIA Nº. 266, DE 13 DE JULHO DE 2010.

NOMEIA JUCIANE CRISTINA DA SILVA NICOSKI PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA COM MAIS DE 300 ALUNOS, NÍVEL DAE-2.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada JUCIANE CRISTINA DA SILVA NICOSKI para ocupar o cargo em Comissão de Diretora de Escola de Educação Básica com mais de 300 alunos, Nível DAE-2.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 13 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 267

PORTARIA Nº. 267, DE 16 DE JULHO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA APARECIDA NUNES DAMINELLI PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, NÍVEL TSA-4.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Maria Madalena Duminelli Vitali que está afastada para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, MARIA APARECIDA NUNES DAMINELLI para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível TSA-4.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver afastada para tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 16 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 16 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 268

PORTARIA Nº. 268, DE 19 DE JULHO DE 2010.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SERVIDORA CLAUDETE DANIEL DA ROSA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora Claudete Daniel da Rosa protocolizou pedido de exoneração do cargo temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 19 de julho de 2010, a pedido, a servidora CLAUDETE DANIEL DA ROSA do cargo temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 19 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 19 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 269

PORTARIA Nº. 269, DE 19 DE JULHO DE 2010.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SERVIDORA DAIANE DONDOSSOLA DA ROSA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora Daiane Dondossola da Rosa protocolizou pedido de exoneração do cargo temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 19 de julho de 2010, a pedido, a servidora DAIANE DONDOSSOLA DA ROSA do cargo temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por

conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 19 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 19 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 270

PORTARIA Nº. 270, DE 19 DE JULHO DE 2010.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o Parágrafo Primeiro do Art. 8º da Lei Municipal nº. 751, de 20 de outubro de 2001,

CONSIDERANDO que a servidora Marlei Machado Gomes afastou-se para tratamento de saúde de 27.03.2003 até 15.01.2005, de 04.07.2006 até 31.08.2006, de 24.04.2007 até 30.04.2007, de 12.06.2008 até 31.07.2008 e de 28.02.2009 até 03.05.2009;

CONSIDERANDO que o servidor Oilisen Denski afastou-se para tratamento de saúde de 16.09.2004 até 30.09.2004 e de 06.09.2005 até 10.10.2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, aos servidores abaixo relacionados, progressão funcional horizontal, por antiguidade, conforme quadro abaixo:

Cód.	Nome	Função	Data da Progressão	Nível Progressido
92	EDELA ARNS BACK	AGENTE ADMINISTRATIVO	03/07/2010	OAG-12
1085	JULIO CESAR DA SILVA	VIGIA	15/07/2010	TSA-6
83	MARIA ZILDA DA SILVA STEFANIAK	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	08/07/2010	OAG-12
799	MARLEI MACHADO GOMES	MONITOR	15/07/2010	TSA-10
552	OILISEN DENSKI	FISCAL DE OBRAS	12/07/2010	OAG-11
116	VALMIR HOBOLD	DESENHISTA	02/07/2010	OAG-12

Art. 2º - Os servidores referidos no artigo 1º desta Portaria receberão o novo valor do salário mensal, de acordo com o anexo V da Lei Municipal nº. 751/01, devidamente corrigido pelos índices oficiais de reajustes do funcionalismo público municipal, desde a data da progressão.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de julho de 2010.



Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 19 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 19 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 271

PORTARIA Nº. 271, DE 22 DE JULHO DE 2010.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO PSF A SERVIDORA ANGELITA GUIMARÃES SERAFIM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Angelita Guimarães Serafim protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem do PSF;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 12 de julho de 2010, a pedido, a servidora ANGELITA GUIMARÃES SERAFIM do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem do PSF.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 12 de julho de 2010.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 22 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 272

PORTARIA Nº. 272, DE 22 DE JULHO DE 2010.

EXONERA, POR MORTE, A SERVIDORA TEMPORÁRIA CRISTIANA DE BITENCOURT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro temporário Cristiana de Bitencourt faleceu em 16 de julho de 2010, conforme Certidão de Óbito nº 32541 LV 93 FLS 125, lavrada em 21 de julho de 2010, no 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município de Criciúma/SC.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, por morte, a servidora do quadro tempo-

rário CRISTIANA DE BITENCOURT do cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 16 de julho de 2010.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 22 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 22 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 273

PORTARIA Nº. 273, DE 26 DE JULHO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAROLINE MAZZUCCO NESI PARA OCUPAR O CARGO DE MÉDICO DO PSF, NÍVEL ANS-37.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação para o cargo de Médico do PSF;

CONSIDERANDO que todos os aprovados para o cargo de Médico do PSF no Concurso 001/2009 já foram nomeados;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, CAROLINE MAZZUCCO NESI para ocupar o cargo de Médico do PSF, com carga horária de 40 horas semanais, Nível ANS-37.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 26 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 26 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 275

PORTARIA Nº. 275, DE 27 DE JULHO DE 2010.
EXONERA DO CARGO TEMPORÁRIO DE MÉDICO DO PSF A SERVIDORA FERNANDA SILVA MAGALHÃES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora FERNANDA SILVA MAGALHÃES do Cargo Temporário de Médico do PSF.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha, 27 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado 27 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 276

PORTARIA Nº. 276, DE 27 DE JULHO DE 2010.
NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADRIANA DOS SANTOS PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO XI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Andréia de Costa Ronchi que está afastada por licença sem vencimentos;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, em caráter temporário, ADRIANA DOS SANTOS para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 30 horas semanais, Nível 1, Referência "INICIAL" do Anexo XI.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício regido pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do

art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver de licença sem vencimentos.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha, 27 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 27 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 277

PORTARIA Nº. 277, DE 27 DE JULHO DE 2010.
NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DENISE MAXIMO MARTINS DA ROSA PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO XI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, Lei nº 875, de 06 de junho de 2002, Lei nº 876, de 06 de junho de 2002 e Lei nº 862, de 15 de maio de 2002.

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Kelly Karitiana Moro Scus-sel que se encontra em licença para ocupar cargo em comissão;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, em caráter temporário, DENISE MAXIMO MARTINS DA ROSA para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, Nível 1, Referência "INICIAL" do Anexo XI.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício regido pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver ocupando cargo em comissão.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 27 de julho de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 27 de julho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 279

PORTARIA Nº. 279, DE 02 DE AGOSTO DE 2010.
CANCELA LICENÇA, SEM VENCIMENTOS, DA SERVIDORA THIS-
CIANA FIALHO DOS SANTOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 78 da Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1.998;

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Thisciana Fialho dos Santos, matrícula nº 807, requereu licença sem vencimentos do cargo de Professor de Ensino Fundamental, com a possibilidade de, a qualquer tempo, solicitar seu cancelamento; e

CONSIDERANDO que a servidora solicitou o cancelamento da licença,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a licença sem vencimentos da servidora THISCIANA FIALHO DOS SANTOS, matrícula nº 807, a partir do dia 02 de agosto de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 02 de agosto de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 02 de agosto de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 0221/2010

DECRETO Nº. 0221, DE 13 DE AGOSTO DE 2010.
HOMOLOGA RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0017 DE 13 DE JULHO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da classificação do processo de seleção para admissão em caráter temporário nº. 0017, de 13

de julho de 2010, conforme listas anexas.

Art. 2º. A homologação dos códigos 2, 3, 4, 5 e 6 deixou de ser realizada por não haverem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 13 de Agosto de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Anexo Decreto nº 0221/2010 - Código 1

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0017 DE 13 DE JULHO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Atendimento Educacional Especializado**

CrITÉrios de Desempate

					1°	2°	3°	4°	5°	6°
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	MARINEZ DO AMARAL	1	47	10	11	1	0	NÃO	12/5/1988

Anexo Decreto nº 0221/2010 - Código 7

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0017 DE 13 DE JULHO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÕES**

Código: **7** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Filosofia ou Teologia**

CrITÉrios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
					Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	MARIA IRACI ANTUNES DA SILVA	1	5	0	5	0	2	NÃO	24/7/1974
2	2	HEIDI APARECIDA DE BARROS	1	1	0	1	0	0	NÃO	4/3/1987

Decreto nº 0222/2010

DECRETO Nº 0222 DE 13 DE AGOSTO 2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Municipal Nº 2070, de 12 de agosto de 2010;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.265.599,05 (Um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 – Secretaria de Finanças		
06.01 – Secretaria de Finanças		
04.123.0005.2.010 – Manutenção da Secretaria de Finanças		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (34)	R\$	30.000,00
06.02 – Encargos Gerais do Município		
28.843.0000.0.100 – Amortização da Dívida Interna Fundada		
3.2.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (36)	R\$	30.000,00
4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (37)	R\$	400.000,00
28.846.0000.0.300 – Contribuição ao PASEP		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (40)	R\$	50.000,00
07.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		
07.01 – Educação Geral		
12.362.0008.2.017 – Transporte Escolar do Ensino Médio		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (75)	R\$	52.000,00
12.365.0010.2.022 – Alimentação Escolar da Educação Infantil		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (94)	R\$	30.000,00
07.02 – Cultura		
13.392.0014.2.030 – Manutenção das Festividades do Município		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (113)	R\$	30.000,00
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0021.2.045 – Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (128)	R\$	45.001,61
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0200 (247)	R\$	14.998,39
26.782.0022.2.047 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (132)	R\$	53.599,05
14.00 – Autarquia Municipal		
14.01 – Autarquia Municipal de Água e Saneamento de Fraiburgo		
17.512.0032.2.068 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (8)	R\$	200.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (10)	R\$	330.000,00
Total	R\$	1.265.599,05

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (17)	R\$	40.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (20)	R\$	60.000,00
05.02 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		
16.481.0003.2.006 – Manutenção do Programa de Habitação Popular Rural		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (27)	R\$	10.000,00
16.482.0004.1.008 – Construção e Reforma de Unidades Habitacionais Urbanas		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (25)	R\$	200.000,00
16.482.0004.1.009 – Aquisição de Imóveis Urbanos		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (26)	R\$	50.000,00
07.00 – Secretaria de Educação Cultura e Esportes		
07.01 – Educação Geral		
12.362.0008.2.018 – Alimentação Escolar do Ensino Médio		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (77)	R\$	8.000,00
12.364.0009.2.019 – Manutenção do Ensino Superior		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (79)	R\$	5.000,00
12.364.0009.2.020 – Transporte Escolar do Ensino Superior		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (80)	R\$	20.000,00
12.365.0010.1.015 – Constr, Ampliação e Reformas de Centros de Educ. Infantil		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0200 (242)	R\$	4.498,39
12.365.0011.2.025 – Manutenção das Atividades Culturais da Educação Infantil		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (100)	R\$	10.000,00
07.02 – Cultura		
13.392.0013.2.028 – Manutenção do Patrimônio Histórico e Artístico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (108)	R\$	20.000,00
13.392.0014.1.019 – Construção de Espaços Culturais		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (106)	R\$	10.000,00
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
17.511.0019.1.027 – Sistema Comunitário de Abastecim. de Água no Meio Rural		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (117)	R\$	10.000,00

18.541.0020.2.041 – Preservação de Recursos Naturais e Progr. Ambientais		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (121)	R\$	10.000,00
20.606.0021.2.043 – Incentivos para o Desenvolvimento da Agric. e Agropecuária		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (123)	R\$	32.600,66
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0023.1.032 – Construção de Terminais de Passageiros		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (134)	R\$	20.000,00
15.451.0023.1.034 – Construção da Capela Mortuária		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (137)	R\$	10.000,00
15.512.0023.1.038 – Sistemas de Saneamento Básico		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (141)	R\$	50.000,00
11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.241.0025.1.040 – Construção, Ampl. e Reforma de Centros de Múltiplo Uso		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (165)	R\$	15.000,00
12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
22.661.0026.1.043 – Estruturação dos Distritos Industriais		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (188)	R\$	20.000,00
23.695.0028.1.044 – Sinalização Turística		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (189)	R\$	20.000,00
23.695.0028.1.045 – Construção de Portal Turístico		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (190)	R\$	25.000,00
23.695.0028.2.063 – Programas de Manutenção e Promoção do Turismo		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (195)	R\$	65.000,00
3.3.50.00.00 – Transferência. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. – Recurso 0.3.0200 (239)	R\$	10.500,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (197)	R\$	10.000,00
14.00 – Autarquias Municipais		
14.01 – Autarquia Municipal de Água e Saneamento de Fraiburgo		
17.511.0031.1.046 – Sistema de Abastecimento de Água no Meio Rural		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (1)	R\$	10.000,00
17.511.0031.2.067 – Manutenção do Saneamento Básico Rural		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (6)	R\$	20.000,00
17.512.0032.1.047 – Obras de Saneamento Básico		

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (2)	R\$	100.000,00
17.512.0032.1.049 – Aquisição de Máq, Veículos de Equipamentos Saneamento		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (4)	R\$	300.000,00
17.512.0032.1.050 – Ampl. e Melhoria do Sist. de Captação e Distrib. De Água		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (5)	R\$	100.000,00
Total	R\$	1.265.599,05

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 13 de Agosto de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 0223/2010

DECRETO Nº. 0223 DE 13 DE AGOSTO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; considerando o disposto no artigo 14 da Lei Nº. 2033, de 02 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar no valor de R\$ 185.000,00 (Cento e oitenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		
07.01 - Educação Geral		
12.361.0006.1.012 - Construção, Ampliação e Reforma de Centros Educacionais		
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (45)	R\$	185.000,00
Total	R\$	185.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação da conta a que se refere o artigo anterior correrão à conta do excesso de arrecadação apurado até esta data, bem como provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas e Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

4172401 - Transf de Recursos do FUNDEB	R\$	185.000,00
Total	R\$	185.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 13 de Agosto de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal



ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 0224/2010

DECRETO Nº 0224 DE 13 DE AGOSTO 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2043, de 24 de Fevereiro de 2010;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 68.000,00 (Sessenta e oito mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
20.605.0021.1.029 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (274)
R\$ 18.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
10.01 - Secretaria de infraestrutura
15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (254)
R\$ 50.000,00

Total R\$ 68.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2009, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 13 de Agosto 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 0225/2010

DECRETO Nº 0225, DE 13 DE AGOSTO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 16 da Lei Nº 2033, de 02 de dezembro de 2009 e o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;
DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14,03 (Quatorze reais e três centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00 - Secretaria de Ação Social
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9502 (260)
R\$ 14,03

Total R\$ 14,03

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Convênio Nº 15.770/2009-8 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Município de Fraiburgo/Fundo Municipal de Assistência Social, tendo como objeto o cofinanciamento de recursos estaduais para melhoria da gestão e da prestação de serviços de proteção social especial de alta complexidade e rendimentos de aplicação financeira dos recursos do Convênio.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo/SC, 13 de Agosto de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 0226/2010

DECRETO Nº 0226, DE 13 DE AGOSTO DE 2010.
REGULAMENTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO A APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE BENS DOS AGENTES PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal 8.429/92, em especial artigo 13; na Lei Orgânica Municipal, especialmente § 1º, do artigo 59 e artigo 75;

DECRETA:

Art. 1º. A declaração dos bens e valores que integram o patrimônio privado dos agentes públicos, no âmbito do Município de Fraiburgo, bem como sua atualização, conforme determina o artigo 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, observarão as normas deste Decreto.

Art. 2º. A posse e o exercício de agente público em cargo, emprego ou função da administração pública direta ou indireta ficam condicionados à apresentação, pelo interessado, de declaração dos bens e valores que integram o seu patrimônio, inclusive, quando for o caso, do cônjuge, companheiro, filhos ou outras pessoas que vivam sob a sua dependência econômica, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

Parágrafo único. A declaração de que trata este artigo compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior.

Art. 3º. Os agentes públicos atualizarão, anualmente até 15(quinze) dias após expirado o prazo para entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física e no momento em que deixarem o cargo, emprego ou função, a declaração dos bens e valores, com a indicação da respectiva variação patrimonial ocorrida.

Parágrafo único. O agente público poderá entregar cópia da decla-

ração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida na Lei 8.429/92, na Lei Orgânica e neste Decreto.

Art. 4º. As declarações apresentadas serão arquivadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo, na Ficha Funcional do agente público, sendo mantidas por até cinco anos após a data em que o agente público deixar o cargo, emprego ou função pública.

Art. 5º. Será instaurado processo administrativo disciplinar contra o agente público que se recusar a apresentar declaração dos bens e valores na data própria, ou que a prestar falsa, ficando sujeito à penalidade prevista no § 3º do artigo 13 da Lei no 8.429, de 1992, garantindo contraditório e ampla defesa.

Art. 6º. O órgão de controle interno do município, no uso de suas atribuições legais, fiscalizará o cumprimento das exigências de entrega das declarações regulamentadas por este Decreto.

Art. 7º. O Município de Fraiburgo, através de seus órgãos competentes, poderá analisar, sempre que julgar necessário, a evolução patrimonial do agente público, a fim de verificar a compatibilidade desta com os recursos e disponibilidades que compõem o seu patrimônio, na forma prevista na Lei Federal no 8.429, de 1992, observadas as disposições especiais da Lei Federal no 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Parágrafo único. Verificada a incompatibilidade patrimonial, na forma estabelecida no caput, o Município de Fraiburgo instaurará procedimento disciplinar para apuração dos fatos, nos termos da Lei Complementar Municipal n. 109/2010.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC. 13 de Agosto de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELOI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 0227/2010

DECRETO Nº 0227, DE 13 DE AGOSTO DE 2010.
REGULAMENTA O ARTIGO 61, DA LEI COMPLEMENTAR N. 109/2010, PARA INSTITUIR O REGIME DE COMPENSAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS MENSAIS EXCEDENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no artigo 61, da Lei Complementar Municipal n. 109/2010;

DECRETA:

Art. 1º. A realização pelos servidores públicos municipais de horas extraordinárias obedecerá o disposto nos artigos 34, 36, 60, 61 e 62, da Lei Complementar Municipal n. 109/2010 e neste Decreto.

Art. 2º. A carga horária não poderá ser superior a 40 (quarenta) horas semanais, nem inferior a 12 (doze) horas semanais.
Parágrafo único. A jornada diária de trabalho terá duração máxima de 08(oito) horas, cumpridos em 02(dois) períodos, com intervalo mínimo de 01(uma) hora entre os períodos, exceto regime de compensação 12 x 36.

Art. 3º. O agente público que prestar serviço extraordinário terá direito a adicional que será calculado por hora de trabalho excedente à jornada normal e consistirá no valor hora do vencimento, acrescido de 50% (cinquenta por cento), exceto no regime de compensação 12 x 36.

Parágrafo único. O adicional de que trata o caput deste artigo será de 100% (cem por cento), quando a prestação de serviço ocorrer em domingos e feriados, exceto em regime de compensação 12 x 36.

Art. 4º. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.

§ 1º. Somente serão reconhecidos como serviços extraordinários aqueles prestados por servidor efetivo ou contratado temporariamente, nos termos da Lei 1.220/97, mediante solicitação ou autorização expressa do superior imediato no estrito interesse da administração e para finalidade específica.

§ 2º. A realização de horas extraordinárias mediante ordem do chefe imediato deverá ser comunicada por escrito ao Secretário Municipal responsável, que repassará mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoal.

§ 3º. Os servidores ocupantes de cargos comissionados não farão jus ao adicional de serviços extraordinários.

Art. 5º. Fica limitado o pagamento de 40(quarenta) horas extraordinárias mensais realizadas pelo servidor.

§ 1º. Os servidores que em razão das atribuições do cargo ultrapassar 40(quarenta) horas extras mensais, deverão compensar as horas extraordinárias excedentes, em um prazo de 90(noventa) dias, contadas da data do fechamento da jornada mensal em que forem prestadas.

§ 2º. Não haverá pagamento de horas extraordinárias mensais excedentes em meses subsequentes ao da realização.

Art. 6º. O controle da jornada de trabalho, da realização de horas extraordinárias, da observância dos limites legais, das horas extraordinárias excedentes e o período da compensação (90 dias), deverão ser realizadas e controladas por cada entidade, órgão ou repartição pública municipal, devendo ser encaminhado relatório mensal ao Departamento de Gestão de Pessoal.

Art. 7º. A compensação de que trata o § 1º, do artigo 5º, será realizado impreterivelmente no período determinado, sendo concedido folga remunerada na proporção de 01(uma) hora para cada hora extraordinária excedente.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC., 13 de Agosto de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELOI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2310/2010

PORTARIA N.º 2.310 DE 12 DE AGOSTO DE 2010.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA RITA MOREIRA, brasileira, divorciada,



inscrita no CPF sob o n.º 753.934.769-49, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de agosto de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de agosto de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2311/2010

PORTARIA N.º 2.311 DE 13 DE AGOSTO DE 2010.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 021 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando que está substituindo a servidora ILUIR TIBES DOS SANTOS, que se encontra afastada em licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARLI DE GOIS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 377.968.951-00, para desempenhar a função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 60, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 16 de agosto de 2010 até 01 de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de agosto de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2312/2010

PORTARIA N.º 2.312, DE 13 DE AGOSTO DE 2010.
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0912/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 028.092.759-20, no cargo de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS - HABILITAÇÃO 200, no período de 16 de agosto de 2010 a 24 de agosto de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de agosto de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2313/2010

PORTARIA N.º 2.313, DE 13 DE AGOSTO DE 2010.
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0914/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora LUCIMARA ROTHMANN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.289.109-23, no cargo de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 60, no período de 16 de agosto de 2010 a 01 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de agosto de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2314/2010

PORTARIA N.º 2.314, DE 13 DE AGOSTO DE 2010.
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0913/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora KATIA REGINA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 748.139.789-91, no cargo de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 60, no período de 16 de agosto de 2010 a 10 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de agosto de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2315/2010

PORTARIA N.º 2.315, DE 13 DE AGOSTO DE 2010.
Dispõe sobre o afastamento por aposentadoria por tempo de contribuição

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;
E considerando, a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo n.º 3.237, de 06 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar, em 16 de agosto de 2010, a servidora IVETE BIAVATTI DALAPRIA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 467.395059-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, por aposentadoria por tempo de contribuição, com início da aposentadoria fixada para 15 de junho de 2010, Benefício nº 1484910076, conforme Concessão de Aposentadoria expedida em 19 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de agosto de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento.

Portaria nº 2316/2010

PORTARIA N.º 2.316 DE 13 DE AGOSTO DE 2010.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELIANE GERLACH, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.348.749-22, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de agosto de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de agosto de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial nº 0017/2010 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017/2010 - SF

Objeto: Contratação de serviços de recapagens e vulcanizações em pneus para frota da SANEFRAI, durante o período de setembro a dezembro de 2010. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 03/09/2010. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039.

Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 13 de agosto de 2010.

ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Aviso do Pregão Presencial nº 0015/2010 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2010 - FMS
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0008/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratação futura de persianas para colocação nas Unidades de Saúde Central, São Sebastião e Santo Antonio neste Município. Validade da Ata de Registro de Preços: agosto a dezembro de 2010. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Credenciamento: A partir das 09:00 horas do dia 01.09.2010. Abertura: No mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 12 de agosto de 2010.

NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde

Aviso do Pregão Presencial nº 0092/2010 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0092/2010 - PMF

Objeto: Aquisição de uniformes (agasalhos e camisetas) para os alunos que freqüentam o PETI neste município. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 15:30 horas do dia 26/08/2010. Abertura: Às 15:30 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 12 de agosto de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial nº 0093/2010 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0093/2010 - PMF

Objeto: Aquisição de veículo tipo utilitário para uso na Secretaria de Agropecuária, deste Município. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 02/09/2010. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 13 de agosto de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 108/2010

DECRETO N.º 108, DE 12 DE AGOSTO DE 2010.

DIPÔE SOBRE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido que o horário de funcionamento dos setores administrativos municipais, a partir de 01 de setembro de 2010, será das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, com atendimento ao público de 13:30 às 19:00 horas, exceto para Escolas Municipais, Unidades de Saúde e demais serviços especializados, que obedecerão o previsto em horários pré-estabelecidos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de Agosto de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/08/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 109/2010

DECRETO N.º 109, DE 13 DE AGOSTO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 16.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) no Orçamento vigente:

12.02 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
08244562.058 - Apoio ao Conselho Tutelar	3.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.000,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS	13.000,00
2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	13.000,00
3.2.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	13.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de 16.000,00 (dezesesseis mil reais) correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

12.02 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
08244562.058 - Apoio ao Conselho Tutelar	3.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	500,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.500,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS	13.000,00
2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	13.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	13.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Agosto de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/08/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Dispensa de Licitação nº 34/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso VIII do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 98/2010; DL nº. 34/2010; Contratada: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC; Objeto: Prestação de serviço de infra-estrutura agrícola em diversas localidades do Município; Valor: R\$ 6.045,00 (Seis mil quarenta e cinco reais); Data da contratação: 05/08/2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Errata de Publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Fica considerada sem efeito a publicação das Leis n. 1.434 de 12 de agosto de 2010 e 1.435 de 12 de agosto de 2010, publicadas na Edição do Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, de 13 de agosto de 2010.

Garopaba, 13 de Agosto de 2010.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Gaspar

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução N.º 43/2010

RESOLUÇÃO N.º 43/2010

AUTORIZA CONTRATAÇÃO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

A Mesa Diretora e a Comissão Executiva da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições contidas nos artigos 39, "I" e 43, "V", ambos da Lei Orgânica do Município, e artigo 45, V, do Regimento Interno,

Considerando que a \"conta-salário\" é um tipo especial de conta de registro e controle de fluxo de recursos, destinada a receber salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares;

Considerando que o pagamento mensal via cheque obriga o servidor a se dirigir a bancos para efetuar depósito ou troca do mesmo, perdendo tempo em filas como de normal é para todos os usuários das agências bancárias; e

Considerando que o crédito via \"conta-salário\" traz agilidade ao titular que poderá efetivar movimentação da conta via internet, transferindo valores para qualquer agência bancária de sua preferência,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica autorizada efetivar com a Caixa Econômica Federal, agência de Gaspar, a contratação de serviços de processamento de créditos provenientes de folha de pagamento gerada pela Câmara de Vereadores cujos créditos serão lançados direta e individualmente em contas salários.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta do orçamento vigente da Câmara.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 14 de julho de 2010.

Câmara de Vereadores, 11 de agosto de 2010.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Presidente

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA

Vice-Presidente

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO

1º Secretário

JORGE LUIS WILTUSCHNIG

2º Secretário

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de contrato nº. 108/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 108/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: ATACADO FLORIPA LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o programa de alimentação escolar da rede pública de ensino, para o segundo semestre, conforme descritos nos anexos de I à VII, que acompanha o edital. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2010. VALOR: R\$ 2.981,74 (Dois mil e novecentos e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Governador Celso Ramos, 12 de agosto de 2010.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato de contrato nº. 109/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 109/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: BALDANÇA SUPERMERCADOS LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o programa de alimentação escolar da rede pública de ensino, para o segundo semestre, conforme descritos nos anexos de I à VII, que acompanha o edital. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2010. VALOR: R\$ 23.508,27 (Vinte e três mil e quinhentos e oito reais e vinte e sete centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Governador Celso Ramos, 12 de agosto de 2010.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato de contrato nº. 110/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 110/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: BRUTHAN COMERCIAL LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o programa de alimentação escolar da rede pública de ensino, para o segundo semestre, conforme descritos nos anexos de I à VII, que acompanha o edital. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2010. VALOR: R\$ 9.489,14 (Nove mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e quatorze centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Governador Celso Ramos, 12 de agosto de 2010.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato de contrato nº. 112/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 112/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: MERCADO PRÓSPERO LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o programa de alimentação escolar da rede pública de ensino, para o segundo semestre, conforme descritos nos anexos de I à VII, que acompanha o edital. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2010. VALOR: R\$ 1.965,60 (Um mil e novecentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.



Governador Celso Ramos, 12 de agosto de 2010.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Extrato de contrato nº. 113/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 113/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: PAPERBORG LATICÍNIOS LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o programa de alimentação escolar da rede pública de ensino, para o segundo semestre, conforme descritos nos anexos de I à VII, que acompanha o edital. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2010. VALOR: R\$ 15.247,50 (Quinze mil e duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Governador Celso Ramos, 12 de agosto de 2010.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Extrato de contrato nº. 114/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 114/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: PATRIK JOSÉ BALDANCA - ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para o programa de alimentação escolar da rede pública de ensino, para o segundo semestre, conforme descritos nos anexos de I à VII, que acompanha o edital. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2010. VALOR: R\$ 379,04 (Trezentos e setenta e nove reais e quatro centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Governador Celso Ramos, 12 de agosto de 2010.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Contrato Credenciamento 11/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato 90/2010
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - SANTA CATARINA.
Contratada: Ana Claudia Bierhals Viegas
Objeto: Consultas de Gastroenterologia.
Valor: R\$ 28,00 (vinte e oito reais) a consulta.
Vigência: INÍCIO: 20/05/2010
TÉRMINO: 31/12/2010.
Licitação: Credenciamento nº. 11/2010 do Fundo Municipal da Saúde
Contrato: 104/2010
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - SANTA CATARINA.

Contratada: Carla Costa Gaiger
Objeto: Consultas de Psiquiatria
Valor: R\$ 28,00 (vinte e oito reais) a consulta.
Vigência: INÍCIO: 26/05/2010 TÉRMINO: 31/12/2010.
Licitação: Credenciamento nº. 11/2010 do Fundo Municipal da Saúde
Contrato: 120/2010
Contratante FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - SANTA CATARINA.
Contratada: Prest Serv Serviços Médicos Ltda.
Objeto: Consultas de Oftalmologia
Valor: R\$ 28,00 (vinte e oito reais) a consulta.
Vigência: INÍCIO: 28/06/2010 TÉRMINO: 31/12/2010.
Licitação: Credenciamento nº. 11/2010 do Fundo Municipal da Saúde
Contrato: 142/2010
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - SANTA CATARINA.
Contratada: Clínica Pró-mulher SC Ltda.
Objeto: Consulta de Otorrinolaringologista.
Valor: R\$ 28,00 (vinte e oito reais) a consulta.
Vigência: INÍCIO: 29/06/2010 TÉRMINO: 31/12/2010.
Licitação Credenciamento nº. 11/2010 do Fundo Municipal da Saúde

Extrato Termo Aditivo Contrato 45/2007

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - SC
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Processo 71/2007

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº. 45/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC
Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA.

Objeto:
Concorrência pública para Serviços de Administração, Operação, Manutenção e Distribuição do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema Comercial, Serviços Técnicos de Apoio à Operação e Controle do Sistema e Serviços Especiais de Melhorias Operacionais e do sistema de abastecimento de água a partir de 01 de Julho de 2010 à 30 de Junho de 2011, com base do inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93.
O valor, já reajustado, será de R\$ 2.806.016,31 (dois milhões oitocentos e seis mil dezesseis reais trinta e um centavos).
Signatários: Pelo Município o Sr. Nilson Bylaardt - Prefeito Municipal e pela Empresa: Salomão Peruzzo

Guaramirim-SC, 01 de julho de 2010
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 724/2010

PORTARIA Nº 724/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SIDNEY DALLA VECHIA (Matr. 013), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Contabilidade, (Cargo em Extinção), 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de agosto de 2008 e 12 de agosto de 2010, para serem gozadas a partir de 11 de agosto de 2010 a 09 de setembro de 2010, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Agosto de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 725/2010

PORTARIA Nº 725/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Emergencial, a Senhora ALESSANDRA BREVES DA SILVA CHIXARO CONTE (Matr. 3221), a partir de 12 de agosto de 2010 até a realização de novo Processo Seletivo, para exercer a função de Professor, Nível/Referência - 2/A, 10 horas semanais, turno matutino, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para atuar junto à EBM Cruz e Souza, Ensino Fundamental, disciplina de Língua Portuguesa, conforme Comunicação Interna Nº 093/2010, da Secretaria Municipal de Educação, e de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Agosto de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 052/2010

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

Processo Licitatório nº 0086/2010
Tomada de Preços nº 0004/2010
EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

OBJETO: Implantação de passeios em vias públicas urbanas do Município de Herval d'Oeste. Trechos compreendidos nas seguintes vias públicas: partes das Ruas Nereu Ramos, Avenida Santa Catarina, Rua Santos Dumont; Rua Vitor Polati, Travessa Pinheiro Machado, Rua Costa e Silva

Contratada: Andrade Construções Ltda

Valor: R\$ 433.468,97 (Quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2010, conforme Lei Orçamentária nº 2764/2009.

Recursos Financeiros : Os recursos financeiros serão os provenientes dos Contratos de Repasse do Ministério das Cidades/Caixa e contrapartida da Administração Municipal

Nº. 0302088-30/2009/MC/CAIXA - R\$ 98.200,00 (Noventa e oito mil e duzentos reais)

Nº. 0311526-20/2009/MC/CAIXA - R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

Nº. 0310926-41/2009/MC/CAIXA- R\$ 198.566,09 (cento e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e nove centavos)

Herval d'Oeste, em 03 de agosto de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Errata Portaria PMI nº 74.2010

ERRATA

Estado de Santa Catarina
Município de Imbituba

Em razão de erro ocorrido na digitação da epígrafe da Portaria PMI nº 74/2010, realizada no Diário Oficial dos Municípios, publicada na Edição nº 551 de Agosto/2010, p.35.Onde se lê:

Portaria PMI/SEAGP nº 74, de 07 de agosto de 2010.

Leia-se:

Portaria PMI/SEAGP nº 74, de 09 de agosto de 2010.

Os demais dados permanecem inalterados.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Errata Portaria PMI nº 75.2010

ERRATA

Estado de Santa Catarina
Município de Imbituba

Em razão de erro ocorrido na digitação da epígrafe da Portaria PMI nº 75/2010, realizada no Diário Oficial dos Municípios, publicada na Edição nº 551 de Agosto/2010, p.35.Onde se lê:

Portaria PMI/SEAGP nº 75, de 07 de agosto de 2010.



Leia-se:

Portaria PMI/SEAGP nº 75, de 09 de agosto de 2010.

Os demais dados permanecem inalterados.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Portaria DGP/SEAGP N.º 247/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 247, de 14 de julho de 2010.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARLETE GARCIA CARPES, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 454.758.309-91, admitida em 07 de março de 2003, contrato nº 1886, referente aos quinquênios dos períodos aquisitivos devidos, com fruição conforme o quadro a seguir:

Períodos aquisitivos	Períodos de Fruição
2003 a 2008	02.08.2010 a 30.10.2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 14 de julho de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 277/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 277, de 12 de agosto de 2010.

Dispõe sobre a demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado 06/2009, com carga horária de 40 horas semanais, admitida para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	Admissão	Demissão
Sandra da Silva	Servente Merendeira	12/07/2010	02/08/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de agosto de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de agosto de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 278/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 278, de 12 de agosto de 2010.

Dispõe sobre a demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado 06/2009, com carga horária de 40 horas semanais, admitida para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	Admissão	Demissão
Suzana de Assis Flores	Professora II - 40h	18/02/2010	02/08/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de agosto de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de agosto de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 279/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 279, de 12 de agosto de 2010.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ELIANE DE SOUZA CARDOSO, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 735.440.519-15, admitida em 12 de maio de 1988, contrato nº 133, referente aos quinquênios dos períodos devidos, com fruição conforme o quadro a seguir:

Períodos aquisitivos	Períodos de Fruição
1998 a 2003 2003 a 2008	16.08.2010 a 11.02.2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de agosto de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal



Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 280/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 280, de 12 de agosto de 2010.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MÁRCIA REGINA FERNANDES DEOBANDINO, Auxiliar de Enfermagem, inscrita no CPF sob o n.º 888.378.829-04, admitida em 05 de janeiro de 1995, contrato n.º 302, referente aos quinquênios dos períodos devidos, com fruição conforme o quadro a seguir:

Períodos aquisitivos	Períodos de Fruição
2005 a 2010	02.08.2010 a 30.10.2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de agosto de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de agosto de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 281/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 281, de 12 de agosto de 2010.
Dispõe sobre fixação do período de fruição de férias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o período de fruição das férias concedida a servidora MARIA TEREZA CARDOSO DE CARVALHO, Auxiliar de Enfermagem, matrícula n.º 352, inscrita no CPF sob o n.º 377.280.839-53, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 315/2006, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2003/2004	1º/11/2010 a 30/11/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de agosto de 2010.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria PMI nº 76.2010

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 76, de 13 de agosto de 2010.
Dispõe sobre prorrogação de prazo da Comissão "Sindicância" e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; e

Considerando a solicitação do Presidente, objeto do Processo Administrativo nº 10368/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEAGP nº 55 de 05 de julho de 2010, para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatório dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de agosto de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Dispensa 10/2010 (SE-DESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEDESTH
PROCESSO Nº 28/2010
DISPENSAS Nº 10/2010
Objeto: Locação de sala comercial de alvenaria para reuniões dos Grupos de Idosos e Mulheres.
Valor Total: R\$ 2.004,00
Empresa: Nadir dos Santos Abreu.
Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 26 de agosto de 2010.
VALÉRIA FABIANA CORREIA RODRIGUES
Secretaria Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa 162/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 162/2010
DISPENSAS Nº 60/2010
Objeto: Aquisição de areia vermelha, para recuperação de pavimentação e drenagens nos locais atingidos pelas cheias dos dias 07, 08, 09, 10, 11 e 12/05/2010, nas regiões do município.
Valor Total: R\$ 4.500,00
Empresa: Sergio de Oliveira O Mecânico ME
Fundamento: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 16 de agosto de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal



Publicação de Extrato de Dispensa 167/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 167/2010

DISPENSA Nº 64/2010

Objeto: Locação de 01 (um) retroescavadeira, para realização de serviço nas ruas que foram destruídas por enxurradas, devidos as fortes chuvas ocorridas nos dias 07, 08, 09, 10, 11 e 12 maio que ocasionaram danos nas vias públicas da área urbana do município.

Valor Total: R\$ 15.750,00

Empresa: CRM Engenharia.

Fundamento: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 16 de agosto de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa 168/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 168/2010

DISPENSA Nº 65/2010

Objeto: Contratação de uma empresa, para fornecimento de materiais (saibro) para recuperação das estradas de responsabilidade Sul.

Valor Total: R\$ 8.400,00

Empresa: Vila Nova Comercio de Materiais de Construção Ltda.

Fundamento: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 16 de agosto de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Edital SEAGP nº 83/2010

EDITAL SEAGP Nº 083/2010

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2009.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 001/2009, divulgado através do Edital nº 001/2009, de 23 de janeiro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2009, de 15 de abril de 2009, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2009, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de agosto a 09 de setembro de 2010, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Público.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias,

após a entrega dos documentos relacionados no Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 10 de Agosto de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 083/2010

Servente Merendeira - PETI

ANDRÉIA DO NASCIMENTO ESTEVES

Edital SEAGP nº 84/2010

EDITAL SEAGP Nº 84/2010

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2009.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2009, divulgado através do Edital nº 001/2009, de 23 de janeiro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2009, de 15 de abril de 2009, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2009, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 agosto a 11 de setembro de 2010, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega dos documentos relacionados no Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de Agosto de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



EDITAL SEAGP Nº 84/2009

Agente Administrativo
SOLANGE CASAGRANDE DA ROSA

Edital SEAGP nº 85/2010

EDITAL SEAGP Nº 085/2010
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO
Nº 001/2007.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo nº 001/2007, divulgado através do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2007, de 22 de janeiro de 2008, que homologou os resultados do referido concurso, e Considerando que os demais candidatos aprovados constituem Cadastro de Reserva, na forma do item 8.4 do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo nº 001/2007, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de Agosto a 11 de Setembro de 2010, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega dos documentos relacionados no Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de Agosto de 2010.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 085/2010
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS
Psicólogo - PSF
SORAIA SAMPAIO SCHAMBECK

Edital SEAGP nº 86/2010

EDITAL SEAGP Nº 86/2010
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO
PÚBLICO Nº 006/2009.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 006/2009, divulgado através do Edital nº 006/2009, de 16 de novembro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 06/2009, de 10 de fevereiro de 2010, que homologou os resultados do referido Processo Seletivo Simplificado.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 006/2009, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de Agosto a 11 de Setembro de 2010, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de Agosto de 2010.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 86/2010
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS
Odontólogo Periodontista - CEO
ROBERTA DE OLIVEIRA NUNES

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução nº 007, de 03 de agosto de 2010.

RESOLUÇÃO Nº 007, DE 03 DE AGOSTO DE 2010.
Constitui Comissão Especial de Acompanhamento da Transição da Concessão da Administração do Porto de Imbituba.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, nos termos da legislação em vigor, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Acompanhamento da Transição da Concessão da Administração do Porto de Imbituba que tem como objetivo acompanhar todas as situações que



envolvem o tema, principalmente no tocante à legislação e ao formato de gestão a ser firmado, de modo a assegurar as melhores condições para o desenvolvimento portuário do município de Imbituba.

Parágrafo único. A Comissão Especial de que trata o "caput" terá vigência até a conclusão da transição da Concessão da Administração do Porto de Imbituba que tem seu término previsto para dezembro do ano de 2012, ou por ocasião do término do mandato parlamentar dos seus membros.

Art. 2º A Comissão Especial de Acompanhamento da Transição da Concessão da Administração do Porto de Imbituba será composta dos seguintes membros, com base nos artigos 51 e 56, do Regimento Interno:

- a) Presidente: Rogberto de Farias Pires (PPS)
- b) Vice-Presidente: Luiz Cláudio Carvalho de Souza (PMDB)
- c) Relator: Dorlin Nunes Júnior (PSDB)

Art. 3º A Comissão Especial de Acompanhamento da Transição da Concessão da Administração do Porto de Imbituba, durante sua vigência, emitirá relatórios parciais e um parecer final que abrangerá todo o período de sua atuação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 2010.
CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 03/08/2010 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDRÉA MACHADO DE SOUZA
Secretária Administrativa

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N º 232/2010

DISPENSA SERVIDORA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CHEFE DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1 º - Dispensar a pedido, a contar da data de 31/07/2010, a servidora MARIA LAURA BINDER DE LIMA do exercício da Função Gratificada de Chefe dos Serviços de Contabilidade, para a qual foi nomeada através da Portaria nº. 092/2009, de 17/03/2009.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 16 de julho de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N º 236/2010

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE EMPREGO PÚBLICO À PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Exonerar á pedido à servidora ANGELITA NIGRIN do cargo de Atendente de Consultório Dentário (40h/sem), do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria n º 083/2008, de 03/03/2008.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Secretária Municipal da Saúde.

Portaria N º 238/2010

EXONERA SERVIDORA EFETIVA À PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1 º - Exonerar á pedido a servidora MARIA LAURA BINDER DE LIMA do cargo de Contadora (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria n º 185/2002, de 01/09/2002.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31/07/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N º 239/2010

EXONERA SERVIDOR EFETIVO À PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1 º - Exonerar á pedido o servidor CLEBER BINDER do cargo de Agente Administrativo (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeado através da Portaria n º 013/2004, de 02/02/2004.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



com efeitos retroativos a 31 de julho de 2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N ° 240/2010

EXONERA SERVIDOR EFETIVO Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n °. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1 ° - Exonerar á pedido o servidor LUCIO FLAVIO LIMA do cargo de Fiscal de Tributos (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeado através da Portaria n ° 025/2002, de 05/02/2002.

Art. 2 ° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31/07/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N ° 244/2010

DISPENSAR SERVIDOR Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n °. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Art. 1 ° - Dispensar, a pedido, o servidor VALDECIR DOS PASSOS, das atividades de Condutor de Balsa (44h/sem), para o qual foi contratada em caráter temporário através da Portaria n ° 245/2008, de 20/11/2008.

Art. 2 ° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30/07/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

ARNO LUIZ DENK

Secretário Municipal da Infraestrutura.

Portaria N ° 248/2010

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do ar-

tigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora JULIANA NOGARA DO CARMO, contratada para as atividades de Professora ACT, através da Portaria n ° 196/2010, passando de 20 para 40h/sem, para no período de 02/08/2010 à 17/12/2010, atuar em substituição a professora efetiva Rose Lezan, designada para responder pelo EJA - Educação de Jovens e Adultos no Município.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 249/2010

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora LEILA CRISTIANE STRAUB, contratada para as atividades de Professora ACT, através da Portaria n ° 057/2010, passando de 20 para 40h/sem, para no período de 02/08/2010 à 20/11/2010, atuar em substituição a professora ACT Renata Aparecida Halabura, que está em período de Licença Maternidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 250/2010

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário do servidor ZAINN ZIELINSKI, contratado para as atividades de Professor ACT, através da Portaria n ° 184/2010, passando de 20 para 40h/sem, para no período de 02/08/2010 à 08/11/2010, atuar em substituição a professora de Educação, efetiva, Vivian Patrícia Borba Juraszek, que está em período de Licença Maternidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.



WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 251/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n °. 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n ° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

CONTRATAR KEITTY SUZELEN IVAS, nascida em 19/04/1983, portadora do CPF n ° 045.611.489-06, RG. n ° 4.581.518, SESP/SC, para no período de 02/08/2010 á 30/08/2010, exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (40h/sem), em substituição a servidora efetiva Danice dos Santos que está em gozo de Licença a Título de Prêmio por Assiduidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 252/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n °. 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n ° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

CONTRATAR JODETE MAIDEL nascida em 04/05/1963, portadora do CPF n ° 578.138.259-34, RG. n ° 3.179.863-9, SESP/PR, para no período de 02/08/2010 á 29/10/2010, exercer as atividades de Professora de Inglês ACT (40h/sem), em substituição a servidora efetiva Andréia Cristina da Silva Pontes que está em gozo de Licença a Título de Prêmio por Assiduidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 253/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n °. 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n ° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

CONTRATAR GISELE PATRICIA SENFF nascida em 27/02/1985, portadora do CPF n ° 048.132.079-28, RG. n ° 4.470.278, SESP/PR, para no período de 02/08/2010 á 20/11/2010, exercer as atividades de Professora ACT (20h/sem), para atuação em substituição a professora ACT Renata Aparecida Halabura, que está em período de Licença Maternidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 254/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n °. 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n ° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

CONTRATAR ARLETE PAITER BINDER nascida em 07/08/1973, portadora do CPF n ° 039.850.789-98, RG. n ° 2.812.136, SESP/SC, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), em substituição a servidora efetiva Noeli Rincão Rosinski, pelo período de duração do seu afastamento para tratamento de saúde.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 258/2010

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora KELLIN CRISTINE MICHAHOUSKI, contratada para as atividades de Professora de Educação Física ACT, através da



Portaria n.º 205/2010, passando de 20 para 40h/sem, para no período de 02/08/2010 à 08/11/2010, atuar em substituição a professora de efetiva Vivian Patrícia Borba Juraszek, que está em período de Licença Maternidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º 259/2010

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n.º 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n.ºs 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E:

CONTRATAR CRISTIANA FIGURA FUCK nascida em 16/07/1988, portadora do CPF n.º 052.202.309-64, RG. n.º 4.819.805, SESP/SC, para no período de 05/08/2010 à 17/12/2010, exercer as atividades de Professora de Educação Física ACT (20h/sem), para atuação em substituição a professora efetiva Gisele Karen Lezan, que se encontra a disposição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º 260/2010

DISPENSAR SERVIDOR À PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º - Dispensar à pedido, o servidor Adriano Ricardo Pereira, das atividades de Professor de Educação Física ACT (20h/sem), para o qual foi contratado em caráter temporário através da Portaria n.º 185/2010, de 17/05/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/08/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º. 235/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1º - NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, ZELINDA SCHEMCZSEN, nascida em 13/03/1985, portadora do CPF n.º 050.091.519-95, RG. n.º 4.769.587 SESP/SC, para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Secretária Municipal da Saúde.

Portaria N.º. 237/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1º - NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, ANGELITA NIGRIN, nascida em 16/10/1984, portadora do CPF n.º 049.387.609-08, RG. n.º 4.662.953 SESP/SC, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Secretária Municipal da Saúde.

Portaria N.º. 241/2010

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN,

usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1° - NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, CLEBER BINDER, nascido em 15/07/1977, portador do CPF n° 020.710.009-86, RG. n° 2.813.662-4 SESP/SC, para exercer o cargo de Contador (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N° 242/2010

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1° - NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, LUCIO FLAVIO LIMA, nascido em 15/06/1978, portador do CPF n° 024.793.129-25, RG. n° 3.627.119 SSP/SC, para exercer o cargo de Agente Administrativo (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N° 243/2010

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1° - NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, RONEY RANDIG, nascido em 09/12/1985, portador do CPF n° 047.394.379-45, RG. n° 4.667.435 SESP/SC, para exercer o cargo de Contador (44h/sem) do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para atuação junto ao Fundo Municipal de Saúde, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N° 245/2010

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1° - NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário VALDECIR DOS PASSOS, nascido em 03/02/1982, portador do CPF n° 042.462.049-94, RG. n° 4.667.519-1 SESP/SC, para exercer o cargo de Condutor de Balsa (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

ARNO LUIZ DENK

Secretário Municipal da Infraestrutura.

Portaria N° 246/2010.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E :

Art. 1° - CONCEDER licença maternidade, à Professora ACT RENATA APARECIDA HALABURA KONOPKA.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24/07/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N° 255/2010

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1º - NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário RENATO DE LIMA, nascido em 06/01/1988, portador do CPF nº 073.376.909-83, RG. nº 5.731.379 SESP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de agosto de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

ARNO LUIZ DENK
Secretário Municipal da Infraestrutura.

Portaria N.º 256/2010

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1º - NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário SILVANO DE JESUS DA CRUZ, nascido em 06/08/1978, portador do CPF nº 038.760.229-16, RG. nº 6.491.517-7 SESP/PR, para exercer o cargo de Motorista (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de agosto de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

ARNO LUIZ DENK
Secretário Municipal da Infraestrutura.

Portaria N.º 257/2010

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1º - NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário IGOR DANIEL DOS SANTOS, nascido em 04/03/1992, portador do CPF nº 082.464.699-16, RG. nº 5.241.262-8 SESP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de agosto de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N.º 247/2010

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal combinado com o título III, Capítulo Único, Artigo 2º, Inciso III, Das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, amparado no que dispõe a Lei Complementar nº 026/05,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONTRATAR BRUNO GUARACY PINTO, nascido em 12/09/1983, portador do CPF nº 008.306.809-00 RG nº 3.991.405 SESP/SC, para no período de 20/07/2010 a 19/07/2011 exercer em caráter temporário as atividades de Motorista Socorrista visando o atendimento excepcional na área de Saúde Pública Municipal (Programa SAMU).

Art. 2º - O prazo de contratação previsto no artigo anterior poderá ter encerramento antecipado, caso haja o preenchimento da vaga por servidor efetivo devidamente habilitado em Concurso Público.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Agosto de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Secretaria Municipal da Saúde.

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL**Lei Complementar N 191**

LEI COMPLEMENTAR Nº 191 DE 09 DE AGOSTO DE 2010.
DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES CLANDESTINAS E/OU IRREGULARES NA FORMA QUE ESPECIFICA, REGULAMENTANDO O ART. Nº 91 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2007.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono, nos termos do art. 91 da Lei Complementar Municipal nº 137, a seguinte Lei Complementar:
LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica o Município de Joaçaba, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a regularizar as edificações clandestinas e/ou irregulares iniciadas e/ou executadas anteriormente à data de publicação da Lei Complementar nº 137, edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos na Lei de Zo-



neamento Municipal, instituído pela Lei municipal nº 137, de 12 de fevereiro de 2007, desde que apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade.

§ 1º As características construtivas relativa às condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade de que trata este artigo serão determinadas através de laudo técnico pericial elaborado por profissional da área, contratado pelo requerente.

§ 2º Para efeitos do que trata o caput deste artigo, considera-se: I - construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém, executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

II - construção clandestina - obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença; e

III - construção clandestina parcial: aquela correspondente à ampliação de construção legalmente autorizada, porém, sem licença do Município.

Art. 2º São passíveis de regularização somente as edificações que apresentarem as seguintes irregularidades:

I - recuos frontais;

II - afastamentos laterais e fundos;

III - taxa de ocupação;

IV - número de vagas para garagem, com tolerância de redução de até trinta e três por cento (33%) do mínimo exigido para edifícios residenciais e para demais usos adota-se uma redução de até cinquenta por cento (50%).

V - gabarito;

VI - índice de aproveitamento.

§ 1º Nos casos de regularização de recuos frontais, os requerimentos referente aos imóveis situados em vias arteriais, coletoras e de integração regional definidas no Mapa de Sistema Viário Urbano, anexo III.I da LC nº 137/2007, serão submetidos a análise e parecer do CDM - Conselho de Desenvolvimento Municipal.

§ 2º Nos casos de regularização em que a municipalidade entenda que poderá gerar grande impacto negativo urbanístico local, deverá encaminhar para análise do Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM.

Art. 3º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações que:

I - apresentarem irregularidades não previstas no art. 2º desta Lei Complementar;

II - estejam localizadas em logradouros ou terrenos públicos;

III - estejam localizados em faixas não edificáveis junto a lagos, rios, córregos, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações, linhas de transmissão de energia de alta tensão, ZCA (Zona de Conservação Ambiental), ZPP (Zona de Preservação Permanente), bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição e/ou situadas em áreas de risco a critério da Defesa Civil;

IV - que desatendam o direito de vizinhança de que trata o Código Civil Brasileiro; e

V - que possuam irregularidades causadas por usos desconformes com a Lei Municipal de Zoneamento e por desconformidade com a legislação federal e/ou estadual.

Parágrafo único. Todas as obras irregulares que, por suas características construtivas resultem comprometimento da estrutura restante e/ou ofereçam risco aos imóveis e logradouros confrontantes, não serão e não poderão ser objeto de adequações ou ampliações.

Art. 4º A regularização das construções de que trata esta Lei Complementar dependerá, além de atender ao disposto na legislação federal, estadual e municipal, e aos procedimentos administrativos para aprovação de projetos e licenciamento de obras do Muni-

cípio de Joaçaba, da apresentação pelo proprietário ou cessionário do imóvel dos seguintes documentos:

I - requerimento do interessado, conforme modelo I, junto ao setor de Protocolo, apresentando, além dos projetos e da documentação padrão, os seguintes documentos:

a) solicitação de vistoria prévia e alinhamento;

b) anotação de Responsabilidade Técnica - ART com Laudo Técnico e regularização da obra conforme a Norma Técnica, NBR 13752, informando as condições da edificação;

c) Três (3) fotos da edificação, mostrando os recuos, afastamento do imóvel, apresentando quando possível, as desconformidades com a lei de uso e ocupação do solo;

II - cópia da notificação emitida por fiscal de obras e posturas do Município e/ou cópia do parecer técnico emitido pelo setor responsável pela análise de projetos da Prefeitura, quando houver;

III - comprovante de que a construção foi iniciada e/ou executada anteriormente à vigência da Lei Complementar nº 137/2007, não sendo aceitos comprovantes de luz e água do tipo provisória para os casos de obras em execução;

IV - Termo de Declaração de Responsabilidade, conforme Modelo II, anexo a esta Lei Complementar;

V - Certidão junto ao Cartório de Registro de Imóveis ou outro documento hábil que comprove a propriedade ou a posse do imóvel sob o qual foi realizada a construção a ser regularizada;

VI - Certidão Negativa de Tributos Municipais relativo ao imóvel;

VII - projeto arquitetônico da edificação, constando:

a) planta de situação;

b) planta de locação constando, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;

c) planta baixa de todos os pavimentos da edificação;

d) dois (02) cortes, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;

e) no selo de identificação de cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº xxx/2010";

f) para edificações que não sejam unifamiliares, o requerente deverá atender as Normas do Corpo de Bombeiros, relativo à aprovação de projetos de prevenção contra incêndio;

g) quadro estatístico demonstrando claramente a área relativa à não conformidade com a Lei de Zoneamento Municipal.

VIII - comprovante dos seguintes recolhimentos cumulativamente:

a) taxa de expediente, relativa à solicitação de análise e aprovação do projeto;

b) taxa específica incidente sobre a área a ser regularizada, com valor correspondente ao da Taxa de Licença para Aprovação e Execução de Obras;

c) comprovante de recolhimento da compensação (integral ou primeira parcela) correspondente à regularização da obra, a ser apresentado à secretaria competente, antes da data de emissão do alvará de regularização; e

IX - Termo de Compromisso de Regularização conforme Modelo III;

X - anuência da Sociedade Condominial, quando for o caso.

§ 1º Constatada a qualquer tempo divergências nas informações ou discrepância nos valores recolhidos, o interessado será notificado a saná-los ou a prestar esclarecimentos no prazo de trinta (30) dias, sob pena de ser tornada nula a regularidade da edificação e aplicadas as sanções cabíveis conforme previsto na Lei Complementar nº 134/2007.

§ 2º Para a solicitação de habite-se serão exigidos a documentação estabelecida na Lei nº 134, de 12 de fevereiro de 2007, inclusive o atestado de aprovação de vistoria para habite-se expedido pelo Corpo de Bombeiros relativo aos projetos de prevenção de incêndio, exceto para residências unifamiliares.

§ 3º Se o interessado na regularização da obra já tenha protocolado pedido de licença para construir, deverá requerer, no Protocolo, a sua substituição por novo pedido em que conste o requerimento

de regularização conforme modelo I, além dos documentos indicados no art. 4º da presente Lei Complementar e respectivo recibo de pagamento das taxas respectivas e o número do protocolo do processo a ser substituído.

§ 4º Para regularizar obra construída com Alvará de Construção, porém, em desacordo com o Projeto Aprovado, o solicitante deverá requerer no Protocolo, a reaprovação do projeto com o requerimento de regularização conforme modelo I, apresentando, além dos documentos indicados no art. 4º da presente Lei Complementar, as vias originais do Alvará de Construção e dos Projetos Aprovados, para cancelamento.

Art. 5º As regularizações que dizem respeito a recuo frontal, afastamentos laterais/fundos, taxa de ocupação, número de vagas para garagem, gabarito e índice de aproveitamento somente serão efetivadas mediante o pagamento de compensações, tendo por base a Unidade de Referência (UR), obedecidos aos seguintes critérios:

I - tratando-se de edificações construídas sobre o recuo frontal:

a) duas (2,0) Unidade de Referência (UR) por metro quadrado de área construída irregularmente no pavimento térreo da testada principal do terreno; e

b) uma (1) Unidade de Referência (UR) por metro quadrado de área construída irregularmente nos demais casos (pavimentos acima do térreo e testadas secundárias).

II - tratando-se de edificações construídas sobre o afastamento lateral e/ou fundos:

a) Uma e meia (1,5) Unidade de Referência (UR) por metro quadrado edificado a mais sobre o afastamento lateral e/ou fundos;

III - tratando-se de edificações que extrapolam a taxa de ocupação máxima permitida para a zona em que situa, computar-se-ão uma (1,00) Unidade de referência por metro quadrado edificado a mais do que o permitido.

IV - tratando-se de edificações sem o número mínimo de vagas para garagem, computar-se-ão vinte (20) Unidades de referência (UR) por vaga inferior ao número exigido.

V - tratando-se de edificações que extrapolam o limite de gabarito máximo permitido para a zona em que situa, computar-se-ão uma (1,00) Unidade de referência por metro quadrado edificado a mais do que o permitido;

VI - tratando-se de edificações que extrapolam o índice de aproveitamento máximo permitido para a zona em que situa, computar-se-ão uma (1,00) Unidade de referência por metro quadrado edificado a mais do que o permitido.

§ 1º Para os casos de edificações situadas em terrenos de esquina ou com mais de uma frente, considerar-se-á testada principal aquela confrontante com o logradouro de maior hierarquia viária, conforme definido na Lei Complementar nº 137, e nos casos em que os logradouros possuírem a mesma hierarquia, vale a definida na matrícula do Cartório de Registro de Imóveis como "frente" ou na ausência desta, a de maior extensão linear.

§ 2º Na ocorrência da situação definida no § 1º, deste artigo, aplicar-se-á, para efeitos de cálculo, a seguinte regra:

I - calcular-se-á, primeiramente, a compensação incidente sobre a testada principal; e

II - calcular-se-á, em seguida, a multa relativa às demais frentes, excetuando-se a área do terreno já abrangida na primeira apuração.

§ 3º O valor referente à compensação poderá ser parcelado em até vinte e quatro (24) parcelas iguais e mensais, obedecida às previsões legais quanto a reajuste, juros e multas e com valor mínimo de parcela de uma (1) UR para pessoa física e três (3) UR para pessoa jurídica).

§ 4º Nos casos de infrações em mais de um item especificado neste artigo, as compensações serão calculadas de forma cumulativa.

§ 5º Os recursos provenientes das compensações instituídas pela

presente Lei Complementar deverão ser aplicados obrigatoriamente em conta bancária específica e serão utilizados para melhoria da infraestrutura urbana, melhoria ambiental, política habitacional de interesse social, instrumentalização dos setores e capacitação dos servidores que trabalham com questões urbanísticas.

§ 6º O plano de aplicação dos recursos decorrentes das compensações será encaminhado pelo Poder Executivo e aprovado pelo CDM - Conselho de Desenvolvimento Municipal, de acordo com a destinação prevista no § 5º deste artigo.

§ 7º Fica vedada a utilização dos recursos provenientes das compensações previstas nesta Lei Complementar em finalidade diversa daquelas previstas no § 5º deste artigo.

Art. 6º Os processos e as notificações, de que trata essa Lei Complementar, para regularização de edificação em andamento no Município na data da publicação desta Lei Complementar poderão ser analisados segundo os parâmetros nesta estabelecidos, desde que haja manifestação expressa do interessado, além da apresentação dos documentos previstos no art. 4º.

Art. 7º As regularizações das construções localizadas em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder Público Municipal, dependerão de prévia regularização do parcelamento do solo, observada a legislação vigente.

Art. 8º A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Joaçaba quanto à atividade exercida no imóvel.

Art. 9º A regularização de que trata esta Lei Complementar não implica no reconhecimento pelo Município do direito de propriedade.

Art. 10 Em caso de inadimplemento parcial do parcelamento realizado nos termos do art. 5º, §3º desta Lei Complementar, o saldo devedor deverá ser inscrito em dívida ativa.

Art. 11 Os processos não concluídos por omissão do requerente durante a vigência da presente Lei Complementar serão indeferidos e arquivados, não gerando direito à devolução do valor já pago ao Município.

Art. 12 Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 13 Esta Lei Complementar terá validade de vinte e quatro (24) meses, contados a partir de sua vigência, cessando seus benefícios após esse prazo.

Art. 14 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 09 de agosto de 2010.

RAFAEL LASKE

MODELO I

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEI

ALVARÁ DE REGULARIZAÇÃO/LEI COMPLEMENTAR Nº XXXX/2010

Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Joaçaba

_____, CPF/CNPJ _____

_____, abaixo assinado, desejando a regularização, de um prédio _____ em _____,



com _____ pavimentos, medindo _____ m²,
no lote nº. _____ quadra _____, situado na _____
_____, Bairro _____,
_____, com Inscrição Imobiliária - IPTU
nº. _____, vem, respeitosamente,
conforme Lei Complementar nº xx/2010, requerer o Alvará de
Licença para a referida construção, razão pela qual sujeita-se a
todos os dispositivos legais.

Termos em que,
Pede deferimento.

Joaçaba, _____ de _____ de _____

Requerente _____

ESCLARECIMENTOS:

1. Área do terreno: _____ m²
2. Testada do terreno: _____ ml
3. Área total da construção: _____ m²
4. Autor do Projeto: _____
5. Número do Registro no CREA: _____
6. Responsável pela Construção: _____
7. Número do registro no CREA: _____

MODELO II

MODELO DE TERMO DE DECLARAÇÃO E RESPONSABILIDADE

Eu, _____, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA sob o nº _____, abaixo subscrito, DECLARO, para fins de regularização, na forma prevista na Lei Complementar Municipal nº XX/10 e como responsável pelo levantamento da edificação localizada no imóvel situado na Rua _____, sob o nº de matrícula _____ junto ao Cartório de Registro de Imóveis da _____ Circunscrição de propriedade/posse/domínio útil de _____, que o projeto apresentado reflete fielmente a construção já executada, estando passível de celebração de Termo de Compromisso de Regularização, tendo pleno conhecimento de que no caso de serem apuradas desconformidades não será expedido Certificado de Vistoria e Conclusão de Obra.

E por ser a expressão da verdade, firmo a presente sob as penas da lei.

Joaçaba(SC), _____

Responsável Técnico _____

MODELO III

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE REGULARIZAÇÃO

Termo de Compromisso de Regularização que entre si celebram o Município de Joaçaba, através da Secretaria de Infraestrutura e _____ (qualificação completa do interessado: nome, nº identidade, CPF/MF, estado civil, profissão e endereço), com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 137, de 12/02/2007.

Pelo presente Termo de Compromisso de Regularização, autorizado pela Lei Complementar nº xxx, de xxxx de 2010, o Município de Joaçaba, através da Secretaria de Infra-estrutura, e _____, tem entre si justo e acertado:

Considerando a realização, pelo interessado, de _____ (Descrever: construção, instalação, ampliação ou reforma de edificação) em desconformidade com o disposto na Lei Complementar nº 137/2007 (Lei de Zoneamento Municipal);
Considerando que incumbe ao Executivo Municipal emitir Alvará de Construção, assegurando atendimento aos preceitos da legislação correlata, especialmente da Lei de Zoneamento Municipal (Lei

Complementar nº 137/2007);

Considerando a demonstração de interesse dos celebrantes em pactuar o que adiante se segue:

RESOLVEM:

Celebrar o presente Termo de Regularização, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 91º, da Lei nº 137/2007 e do art. 1º, da Lei Complementar nº xxx, de xxxx de 2010 e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Este TERMO tem por objeto a aprovação do Projeto Arquitetônico da _____ (Descrever: construção, instalação, ampliação ou reforma de edificação), localizada no imóvel _____ (Descrever a localização do imóvel, seu número de matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis e número no Cadastro Imobiliário Municipal) de propriedade/posse/domínio útil do requerente, de acordo com o que estabelece a Lei Complementar Municipal nº xxx/2010.

Cláusula Segunda - Para a consecução do objeto deste TERMO, o interessado se compromete a efetuar o pagamento da respectiva compensação monetária, conforme estabelece o art. 5º, da Lei Complementar nº xxx, de xxx de 2010, para regularização de um ou mais dos seguintes itens: (assinalar o(s) item (s) e preencher os campos respectivos)

() redução do recuo frontal da testada principal de _____ metros para a Zona em que se situa, para _____ metros, correspondendo a _____% de redução, representando _____ m² construídos sobre o recuo frontal, implicando em compensação monetária de R\$ _____;

() redução do recuo frontal (pavimentos acima do térreo e testadas secundárias) de _____ metros para a Zona em que se situa, para _____ metros, correspondendo a _____% de redução, representando _____ m² construídos sobre o recuo frontal, implicando em compensação monetária de R\$ _____;

() redução de afastamento lateral de _____ metros para a Zona em que se situa, para _____ metros, correspondendo a _____% de redução, representando _____ m² construídos sobre o afastamento lateral, implicando em compensação monetária de R\$ _____;

() redução de afastamento de fundos de _____ metros para a Zona em que se situa, para _____ metros, correspondendo a _____% de redução, representando _____ m² construídos sobre o afastamento de fundos, implicando em compensação monetária de R\$ _____;

() aumento do potencial construtivo com acréscimo da Taxa de Ocupação de _____% para a Zona em que se situa, para _____%, o que corresponde a _____ m² de excedente, implicando em compensação monetária de R\$ _____;

() redução do número de vagas para de _____ vagas exigidas em lei para _____, o que corresponde a _____% de redução, implicando em compensação monetária de R\$ _____;

() aumento do potencial construtivo com acréscimo do limite de gabarito máximo de _____ pavimentos para a Zona em que se situa, para _____ pavimentos, o que corresponde a _____ m² de excedente, implicando em compensação monetária de R\$ _____;

() aumento do potencial construtivo com acréscimo do Índice de Aproveitamento de _____ para a Zona em que se situa, para _____, o que corresponde a _____ m² de excedente, implicando em compensação monetária de R\$ _____;

Cláusula Terceira - O presente TERMO somente será firmado após



aprovação por parte dos demais órgãos co-responsáveis pela aprovação de projetos arquitetônicos, tais como:, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, dentro outros, bem como da observância das demais medidas administrativa e/ou judiciais que se fizerem necessárias em face do cumprimento das Notificações/Autuações porventura lavradas.

Cláusula Quarta - A celebração do presente TERMO não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do seu requerimento.

Cláusula Quinta - O presente TERMO se constitui em Título Executivo Extrajudicial.

Cláusula Sétima - Sob pena de ineficácia, o presente TERMO deverá ser publicado no Mural Público e página oficial do Município.

Cláusula Oitava - A lista de assinaturas anexas fará parte integrante do presente termo, bem como as procurações, para os fins de direito.

Cláusula Nona - Fica eleito o foro da Cidade de Joaçaba-SC para dirimir os conflitos decorrentes do presente TERMO.

Nada mais havendo a ajustar, vai o presente TERMO assinado, em três vias, pelas partes, para que surta os seus efeitos legais.

Joaçaba(SC), _____
MUNICÍPIO - SEI _____
INTERESSADO: _____

Lei Complementar N 192

LEI COMPLEMENTAR Nº 192 DE 09 DE AGOSTO DE 2010.

"INSERE E DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2007 - LEI DE ZONEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Ficam inseridos no USO 20 do ANEXO V da Lei Complementar nº 137/07 os itens "Produção de produtos embutidos em geral, não integrado ao abate" e "Usinagem de pequeno porte".

Art. 2º. Na Tabela 23 - Zona de Interesse Turístico - ZEIT, do ANEXO VI, passa a ser permissível o "Uso 18 - (HOTÉIS E POUSADAS)."

Art. 3º. Fica alterada a Zona Agropecuária localizada no prolongamento da Rua Adair da Espada, Bairro Santa Tereza para Zona de Expansão Urbana 1 - ZEUI.

Art. 4º. Fica alterado o zoneamento dos lotes confrontantes com a Rua Alberto Carlos Saccol, Bairro Caetano Branco, de ZR3 (Zona Residencial 3) para ZD1 (Zona de Desenvolvimento 1).

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 09 de agosto de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei N 4014

LEI Nº 4.014 DE 09 DE AGOSTO DE 2010.

"AUTORIZA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros em parcela única, às entidades a seguir identificadas, provenientes da campanha de restituição do imposto de Renda "Tributo à Cidadania" depositados na conta do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, destinado ao pagamento de despesas da entidade, em conformidade com projeto aprovado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Entidade	Valor
Associação Joaçabense de Voleibol / CNPJ 01.823.720/0001-10	R\$ 1.000,00
Associação Regional Esportiva de Judô - ARECJ / CNPJ 08.845.538/0001-09	R\$ 3.000,00
Joaçaba Atlético Clube / CNPJ 01.790.924/0001-00	R\$ 1.000,00

Art. 2º A prestação de contas deverá acontecer no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 09 de agosto de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei N 4015

LEI Nº 4.015 DE 09 DE AGOSTO DE 2010.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA DE LOURDES, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica declarada Entidade de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores do Centro Educação Infantil Nossa Senhora de Lourdes com sede e foro no Município de Joaçaba.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 09 de agosto de 2010.
RAFAEL LASKE

Extrato Edital Processo Licitatório 19/2010/FMS - PP 13/2010/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS - JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2010/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2010/FMS



Objeto: Contratação de empresa especializada para a entrega imediata, de impressos gráficos, (material educativo) destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelos Programas, mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2010. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 27/08/2010, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 27/08/2010, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 12 de agosto de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ELISABETE DÖRL

Secretária de Saúde

Extrato Homologação PL 63/2010/PMJ - D.L. 7/2010/PMJ - Contratação CIGA - Diário Oficial dos Municípios

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 63/2010/PMJ - D.L. 7/2010/PMJ

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à contratação do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) para prestação, de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Joaçaba no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

Contratos nº 613 e 614/2010;

Valor total mensal contratado: R\$ 400,00;

Vigência do contrato: 31/12/2010;

Fundamento legal: Artigo 24, inciso XVI da Lei nº 8.666/93.

Joaçaba (SC), 11 de agosto de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 561/2010

EXTRATO DO CONTRATO Nº 561/2010/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: EVANDRO LUIZ RECH.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 132/2009, celebrado em 30 de março de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 43/2009, instaurado através da Dispensa nº 08/2009, homologado no dia 30 de março de 2009, que tem como objeto a locação de um imóvel, localizado na Rua Arduino Poyer, nº 66, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Joaçaba (SC), destinado a instalação de Unidade de Saúde - da Secretaria Municipal de Saúde, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE, nos seguintes termos:

O preço ajustado inicialmente entre as partes fica reajustado em 5,30%, com base na variação do INPC para o período de 01/04/2009 a 31/03/2010, com fundamento no inciso 2 da cláusula terceira do contrato original e no parecer da Assessoria Jurídica do Município, passando o valor mensal a ser pago ao LOCADOR de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) para R\$ 895,00 (oi-

tocentos e noventa e cinco reais), a partir desta data. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA ASSINATURA: 19/05/2010.

Extrato Contrato 562/2010

EXTRATO DO CONTRATO Nº 562/2010/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 222/2009, celebrado em 19/06/2009, proveniente do Processo de Licitação nº 63/2009 - Edital TP nº 1/2009, homologado em 19/06/2009, que tem como objeto a execução pela CONTRATADA, em regime de empreitada global, de serviços de engenharia sanitária de limpeza pública, compreendendo os serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos provenientes de serviços de saúde, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos: A vigência do contrato original fica prorrogada por 12 meses a contar de 01 de julho de 2010, em conformidade ao disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA ASSINATURA: 07/06/2010.

Extrato Contrato 572/2010

EXTRATO DO CONTRATO Nº 572/2010/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: VITACIR FÁVERO - ME - JORNAL RAÍZES.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 02/2009, celebrado em 05 de Janeiro de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 155/2008, instaurado através do Edital PP nº 93/2008, homologado no dia 05 de Janeiro de 2009, que tem como objeto a prestação de serviços de publicidade pela CONTRATADA aos atos oficiais exarados pela Administração Pública Municipal em órgão de imprensa escrita (jornal local e regional ou estadual), que circule em todos os dias úteis da semana, onde se adita a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DO VALOR, nos seguintes termos: O valor do contrato original fica suprimido em R\$ 57.543,75 (cinquenta e sete mil quinhentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), correspondente a 12,5% do valor inicial contratado, em conformidade ao disposto no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e alterações. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA ASSINATURA: 07/06/2010.

Extrato Contrato 583/2010

EXTRATO DO CONTRATO Nº 583/2010/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 574/2010, celebrado em 14 de junho de 2010, proveniente do Processo de Licitação nº 35/2010-PMJ - Edital TP nº 06/2010-PMJ, homologado em 14/06/2010, que tem como objeto a execução, pela CONTRATADA, da primeira etapa da pavimentação asfáltica em C.A.U.Q.-Concreto Asfáltico Usinado a Quente, na Rua Almirante Barroso, centro do Município de Joaçaba, onde se adita a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos: O valor total do contrato original fica acrescido em R\$ 32.404,60 (trinta e dois mil quatrocentos e quatro reais e sessenta centavos), sendo R\$ 26.432,73 correspondente ao material e meio mecânico e R\$ 5.971,87 correspondente aos serviços, conforme projetos e orçamento adicionais, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e de acordo com o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA ASSINATURA: 24/06/2010.



Extrato Contrato 584/2010

EXTRATO DO CONTRATO Nº 584/2010/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 517/2010, celebrado em 11 de maio de 2010, proveniente do Processo de Licitação nº 25/2010 - Convite nº 04/2010, homologado em 11 de Maio de 2010, que tem como objeto a prestação de serviços, pela CONTRATADA, de licenciamento e regularidade ambiental para o Cemitério Frei Edgar, para obtenção da LAP, LAI e LAO junto à Fundação Catarinense do Meio Ambiente e de levantamento ambiental prévio dos Cemitérios Localizados no interior do Município de Joaçaba, SC, onde se adita a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos: O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 5.994,00 (cinco mil novecentos e noventa e quatro reais), relativos aos serviços considerados essenciais para a efetiva consecução do objeto, em atendimento ao memorando do Gabinete do Prefeito, em conformidade com o parecer da Assessoria Jurídica do Município e de acordo com o art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93 e alterações. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA ASSINATURA: 24/06/2010.

CONTRATADA: TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 809/2008, firmado em 31 de janeiro de 2008, proveniente do Processo de Licitação nº 131/2007, instaurado através do Edital de Concorrência nº 3/2007, cujo objeto é a prestação de serviços de engenharia sanitária de limpeza pública, na área urbana da cidade de Joaçaba (SC), de acordo com o Edital de Concorrência Pública nº 3/2007 e seus anexos, bem como a proposta apresentada pela CONTRATADA, para os itens 1, 2, 3 e 4, tendo o valor mensal estimado de R\$ 132.895,50 (cento e trinta e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), haja vista que o pagamento dos itens I e II depende de pesagem e medição, respectivamente, onde se adita a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DO REAJUSTE E DA REVISÃO nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O valor mensal do item III do contrato original e de seus aditivos fica suprimido em R\$ 10.721,03 (dez mil setecentos e vinte e um reais e três centavos). Tendo em vista a diminuição de pessoal da Equipe Padrão suplementada pelo Termo Aditivo nº 1081/2008 (04 braçais), retornando o valor do referido item aos termos inicialmente contratados, o valor total mensal dos serviços objeto do contrato fica R\$ 147.606,08. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DO REAJUSTE E DA REVISÃO: O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de janeiro de 2011, a contar de 01 de julho de 2010, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA ASSINATURA: 30/06/2010.

IMPRES**BALANCETE FINANCEIRO JULHO/2010****SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Julho/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	570.022,56	Despesa Orçamentária	179.638,37
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	97.912,18	Despesas exceto Intra-orçamentárias	179.638,37
RECEITA PATRIMONIAL	234.055,88	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.966,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.703,95	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	176.671,38
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAME	233.350,55		
Receita Extra - Orçamentária	242.049,54	Despesa Extra - Orçamentária	208.889,17
DEPOSITOS	32.000,31	DEPOSITOS	31.256,12
CONSIGNACOES	32.000,31	CONSIGNACOES	31.256,12
PENSAO ALIMENTICIA	1.202,71	PENSAO ALIMENTICIA	1.202,71
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.436,52	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.436,52
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	9.164,83	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA	9.164,83
EMPRESTIMOS	12.268,03	EMPRESTIMOS	11.523,84
OUTROS CONSIGNATARIOS	2.928,22	OUTROS CONSIGNATARIOS	2.928,22
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	179.638,37	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	177.633,05
OBRIGACOES A PAGAR	179.638,37	OBRIGACOES A PAGAR	177.633,05
FORNECEDORES	2.756,64	FORNECEDORES	4.118,04
PESSOAL A PAGAR	2.966,99	PESSOAL A PAGAR	2.966,99
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	5.927,24	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.560,52
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	167.987,50	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	167.987,50
INTERFERENCIAS ATIVAS	30.410,86		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	30.410,86		
REPASSES PREVIDENCIARIOS RECEBIDOS	30.410,86		
Saldos anteriores	17.466.631,48	Saldos atuais	17.890.176,04
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	17.466.585,81	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	17.885.179,44
BANCO C/ MOVIMENTO	45,67	BANCO C/ MOVIMENTO	4.996,60
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	18.278.703,58	Total	18.278.703,58

JOACABA, 10/08/2010

ELISABET M. Z. SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE

MARCIO ROBERTO PICCOLI
CONTADOR CRCSC 025688/O



Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 1.652/2010

LEI Nº 1.652/2010 DE 13 DE AGOSTO DE 2010.

Altera para Rua Francisco Miguel de Oliveira a denominação da Rua Henrique Lage, no Bairro Rio Bonito, município de Lauro Müller e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Rua Henrique Lage no Bairro Rio Bonito, Município de Lauro Müller, passa a denominar-se: RUA FRANCISCO MIGUEL DE OLIVEIRA.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, providenciará a confecção e substituição da placa indicando a nova denominação da rua, alterada por esta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 13 de Agosto de 2010.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.
FLÁVIO CARDOSO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Decreto nº 017/2010

DECRETO Nº 017/2010.

Prorroga o Decreto nº 011, de 12 de maio de 2010, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência, a área do município, afetada por Enxurrada.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal de Lauro Muller - SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 63, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida no dia 12 de maio de 2010, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre, agravado pela continuidade das chuvas no período.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 011, de 12 de maio de 2010, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Lauro Müller - SC, 10 de agosto de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

FLÁVIO CARDOSO
Sec. Administração, Fin. Planej.

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Portaria 088

EXTRATO DE PORTARIA
2010

Portaria nº 088/10 de 10/08/10 - "Designa Comissão Interna Permanente que especifica" (Comissão Interna Permanente de que trata os arts 4º e 22 do Decreto nº 837 de 23 de abril de 2007, CRISTINA KÜLL, MAURÍCIO JOSÉ BITTENCOURT e TIAGO SCHNEIDER).

Extrato de Contrato pml.035.10

EXTRATO DE CONTRATO
PML 2010

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.035.10
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: SERIGRÁFICA LUZERNA LTDA
OBJETO: contrato de empresa especializada para execução e manutenção, de forma parcelada, de placas de sinalização viária, conforme discriminados em anexo
VALOR: R\$ 20.925,00 (vinte mil, novecentos e vinte e cinco reais)
VIGÊNCIA: 12/08/2010 a 31/12/2010.
DOTAÇÕES:
Conta: 11.1101.26.782.0067.2060.33900000



Reduzido.....: 109
 Órgão.....: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
 Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS
 Proj/Atividade...: MANUT. CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO
 Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS
 Fonte.....: 00 - Recursos Ordinários
 Destinação.....: 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 11.1101.15.452.0061.2057.33900000
 Reduzido.....: 135
 Órgão.....: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
 Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS
 Proj/Atividade...: SEGURANÇA DO TRÂNSITO URBANO
 Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS
 Fonte.....: 00 - Recursos Ordinários
 Destinação.....: 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 11.1101.15.452.0061.2057.33900000
 Reduzido.....: 105
 Órgão.....: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
 Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS
 Proj/Atividade...: SEGURANÇA DO TRÂNSITO URBANO
 Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS
 Fonte.....: 56 - Convênio Trânsito Prefeitura
 Destinação.....: 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 12 de agosto de 2010.
 NORIVAL FIORIN CARLOS SÉRGIO NEUMAYR
 Prefeito Municipal Serigráfica Luzerna Ltda
 CONTRATANTE CONTRATADA

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 199/2010

PORTARIA n.º 199/2010
 TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e seguintes da Lei 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, RESOLVE:

C O N C E D E R

Art. 1.º Licença saúde, a servidora MARIA PAULINO SIPINSKI, ocupante do cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 10/08/2010.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Agosto de 2010.
 JONNEI ZANETTE
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
 Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 200/2010

PORTARIA n.º 200/2010
 TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, lei nº 809/2000 e Lei Complementar n.º 014/2005, de 27 de outubro de 2005, RESOLVE:

N O M E A R

Art. 1.º O Senhor JULIANO XAVIER DE MOURA, para ocupar o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público - Edital n.º 001/2010, homologado em 29 de julho de 2010.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de agosto de 2010.
 JONNEI ZANETTE
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
 JAIRO LUIZ CANELA
 Secret. Adm. e Finanças

Contrato n.º. 025/2010

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 025/2010
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
 Contratado: JOSÉ IZÉ NETO
 Objeto: Locação do imóvel situado à Rua Afonso Manfredini, n.º35, Bairro Jardim Itália, na cidade de Meleiro/SC, para fins de estabelecimento e funcionamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.
 Valor: R\$ 3.000,00
 Vigência: Início: 16/07/2010 Término: 31/12/2010.
 Data da assinatura: 16 de julho de 2010.

Contrato n.º. 026/2010

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 026/2010
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
 Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
 Objeto: Construção de uma Unidade Básica de Saúde, na Rua Prefeito Luiz Canela no bairro centro, tudo de conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares.
 Valor: R\$ 358.507,81
 Vigência: Início: 03/08/2010 Término: 02/08/2011.
 Data da assinatura: 03 de agosto de 2010.



Contrato nº. 083/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 083/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: NEWCARD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Objeto: Prestar serviços de manutenção e atualização do programa de Relógio Ponto Informatizado PONTO SYSTEM, mediante mão de obra e suprimento, visando o pleno funcionamento do programa e do equipamento instalado.

Valor: R\$ 370,00

Vigência: Início: 14/07/2010 Término: 13/07/2011.

Data da assinatura: 14 de julho de 2010.

Contrato nº. 084/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 084/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PRE MOLDADOS PAGANI LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE CALÇADA E CICLOVIA NA AVENIDA SILVIO JORGE ZANETE, NO BAIRRO ZANETTE E ESTREITO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, TUDO EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS ARQUITETONICOS E COMPLEMENTARES.

Valor: R\$ 259.339,63

Vigência: Início: 05/08/2010 Término: 04/08/2011.

Data da assinatura: 05 de agosto de 2010.

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Municipal Nº 068/2010

DECRETO Nº 068/2010

Suspende a Concessão de Licença Prêmio, Licença Sem Vencimento e Abono Pecuniário de Férias e dá outras providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica do Município de Nova Trento,

Considerando, a necessidade de evitar a contratação de pessoal por prazo determinado, com exceção de excepcional interesse público, conforme determina a Legislação Vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspenso por prazo indeterminado, a concessão de Licença Prêmio (Art.102, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 e Art. 15, da Lei Complementar nº 21/2003, Licença para Tratamento de Interesses Particulares (Art.100 e §§ seguintes, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 e Art. 13, inciso VII da Lei Complementar nº 21/2003 e Abono Pecuniário de Férias, (Art. 75, da Lei nº 1.207, de 30/08/92), a contar da publicação deste decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando das disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de agosto de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, Parágrafo Único do Decreto nº039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças.

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato processo licitatorio nº 044/2010 - pregão presencial Nº 011/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Processo Licitatório Nº 044/2010
PREGÃO RESENCIAL Nº 011/2010
Tipo: MENOR PREÇO UNITARIO

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza para uso nos departamentos da Prefeitura e nas escolas da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Abertura dos Envelopes: 15:00 horas do dia 27/08/2010.

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores

Novo Horizonte (SC) em 13 de Agosto de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de 1º Termo Aditivo ao Contrato 075-2009

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 075/2009, de 13/08/2009 conforme Processo Licitatório 38/2009

Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado Evani Santos Marciano CPF nº 767.885.809-44, Objeto: Concessão de uso para exploração do Ginásio de Esportes Osni dos Santos. Finalidade: Prorrogação do Contrato até 31/12/2010.

16 de agosto de 2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 098-2010

Extrato do contrato nº 098/2010 conforme Processo Licitatório nº 044/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Malharia Pieri Ltda, CNPJ nº 03.456.763/0001-30. Objeto: Aquisição de Material Esportivo. Valor: R\$ 9.461,50 (Nove mil e quatrocentos e sessenta e um reais com cinquenta centavos). Os pagamentos serão efetuados até 30 dias após a entrega do objeto. Vigência: 31/12/2010.

Extrato de Contrato 099-2010

Extrato do contrato nº 099/2010 conforme Processo Licitatório nº 044/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Haydee Dittert Nunes Cabral ME, CNPJ nº 01.098.455/0001-54. Objeto: Aquisição de Material Esportivo. Valor: R\$ 537,00 (Quinhentos e trinta e sete reais). Os pagamentos serão efetuados até 30 dias após a entrega do objeto. Vigência: 31/12/2010.

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato 064-2010

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 064/2010, de 08/03/2010 conforme Processo Licitatório 020/2010

Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado José Américo Gonçalves ME CNPJ nº 10.688.066/0001-70, Objeto: Contratação de empresa para construção de rede de coleta e tratamento de efluentes no Morro do Freitas. Finalidade: Prorrogação do prazo até 18/10/2010 e um acréscimo de R\$ 9.248,00 (Nove mil duzentos e quarenta e oito reais).

16 de agosto de 2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.429 de 10 de Agosto de 2010

LEI Nº 1.429 DE 10 DE AGOSTO DE 2010

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

OSÍRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito Municipal de Pinheiro Preto em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária Do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), para atender a seguinte programação:

09.....FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0901.....Fundo Municipal de Saúde
0901.10.....Saúde
0901.10.301.....Atenção Básica
0901.10.301.0021.....Saúde Básica
0901.10.301.0021.2067. Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33900000.....Aplicações Direta.....R\$ 45.000,00

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais):

09.....FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0901.....Fundo Municipal de Saúde
0901.10.....Saúde
0901.10.301.....Atenção Básica
0901.10.301.0021.....Saúde Básica
0901.10.301.0021.2080. Construção, Ampliação do Posto de Saúde
44900000.....Aplicações Direta.....R\$ 40.000,00

09.....FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0901.....Fundo Municipal de Saúde
0901.10.....Saúde
0901.10.301.....Atenção Básica
0901.10.301.0021.....Saúde Básica
0901.10.301.0021.1082. Aquisição de Veículos
44900000.....Aplicações Direta.....R\$ 5.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 de Agosto de 2010.

OSÍRES PEDRO RANDON

VICE-PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Lei Nº 1.430 de 10 de Agosto de 2010

LEI Nº 1.430 DE 10 DE AGOSTO DE 2010

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

OSÍRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito Municipal em exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 114.000,00 (Cento e quatorze mil reais), para atender a seguinte programação:

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0203.....Secretaria de Agricultura
0203.20.....Agricultura
0203.20.606.....Extensão Rural
0203.20.606.0015.....Promoção e Extensão Rural
0203.20.606.0015.2047. Manutenção da Secretaria de Agricultura
33900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 27.000,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.04.....Administração
0201.04.123.....Administração Financeira
0201.04.123.0000.....Encargos Especiais
0201.04.123.0000.2008. Pagamento do Pasp
33200000.....Aplicações Diretas.....R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0204.....Secretaria de Transportes e Urbanismo
0204.26.....Transporte
0204.26.782.....Transporte Rodoviário
0204.26.782.0020.....Estradas Vicinais
0204.26.782.0020.2062. Manutenção da Malha Rodoviária
33900000.....Aplicações Diretas.....R\$35.000,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.04.....Administração
0201.04.122.....Administração Geral
0201.04.122.0002.....Administração e Planejamento
0201.04.122.0002.2003. Manutenção da Sec. De Administração e Planejamento
33900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 22.000,00
Fonte de Recursos 00

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito



adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$114.000,00 (Cento e quatorze mil reais):

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.04.....Administração
0201.04.122.....Administração Geral
0201.04.122.0002.....Administração e Planejamento
0201.04.122.0002.1004.Reforma do Centro Administrativo
33900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 4.500,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.04.....Administração
0201.04.122.....Administração Geral
0201.04.122.0002.....Administração e Planejamento
0201.04.122.0002.1004.Reforma do Centro Administrativo
44900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 5.500,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.06.....Segurança Pública
0201.06.181.....Policimento
0201.06.181.0003.....Segurança Pública
0201.06.181.0003.2012.Manutenção do FUNMPOM
33900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 3.500,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.06.....Segurança Pública
0201.06.181.....Policimento
0201.06.181.0003.....Segurança Pública
0201.06.181.0003.2012.Manutenção do FUNMPOM
44900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 500,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.22.....Indústria
0201.22.661.....Promoção Industrial
0201.22.661.0004.....Incentivos a Industria
0201.22.661.0004.2013.Investimentos em Prol de Instalações Industriais
33500000.....Aplicações Diretas.....R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.23.....Comércio e Serviços
0201.23.695.....Turismo
0201.23.695.0005.....Promoção ao Turismo
0201.23.695.0005.2015.Manutenção do Turismo
33900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 18.000,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.23.....Comércio e Serviços
0201.23.695.....Turismo
0201.23.695.0005.....Promoção ao Turismo
0201.23.695.0005.2015.Manutenção do Turismo
44900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 2.000,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO

0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.23.....Comércio e Serviços
0201.23.695.....Turismo
0201.23.695.0005.....Promoção ao Turismo
0201.23.695.0005.2017.Reforma do Centro com Produtos Artesanais
44900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 2.500,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.23.....Comércio e Serviços
0201.23.695.....Turismo
0201.23.695.0005.....Promoção ao Turismo
0201.23.695.0005.2017.Reforma do Centro com Produtos Artesanais
33900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 1.500,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.27.....Desporto e Lazer
0201.27.812.....Desporto Comunitário
0201.27.812.0006.....Desporto Amador
0201.27.812.0006.1019.Obras de Reforma do Ginásio Municipal
44900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 4.000,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.27.....Desporto e Lazer
0201.27.812.....Desporto Comunitário
0201.27.812.0006.....Desporto Amador
0201.27.812.0006.1020.Obras para Praticas Esportivas
44900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 6.000,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.27.....Desporto e Lazer
0201.27.812.....Desporto Comunitário
0201.27.812.0006.....Desporto Amador
0201.27.812.0006.1021.Aquisição de Imóveis para Praticas Esportivas
44900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 9.000,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0201.....Secretaria de Administração e Planejamento
0201.27.....Desporto e Lazer
0201.27.813.....Lazer
0201.27.813.0007.....Lazer Coletivo
0201.27.813.0007.1025.Academia ao Ar Livre
44900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 4.000,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0202.....Secretaria de Educação
0202.12.....Educação
0202.12.361.....Ensino Fundamental
0202.12.361.0008.....Educação Básica
0202.12.361.0008.2033.Laboratório de Informática para Escola
44900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 9.000,00
Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0204.....Secretaria de Transportes e Urbanismo
0204.15.....Urbanismo
0204.15.482.....Habitação Urbana
0204.15.482.0017.....Habitação Popular
0204.15.482.0017.1058.Aquisição de Imóveis para habitação
44900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 4.000,00



Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.04.....Administração
 0201.04.122Administração Geral
 0201.04.122.0002Administração e Planejamento
 0201.04.122.0002.2002 .Manutenção do Gabinete do Prefeito
 31900000Aplicações Diretas..... R\$ 30.000,00
 Fonte de Recursos 00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 de Agosto de 2010.
 OSÍRES PEDRO RANDON
 Vice-Prefeito Municipal em Exercício

Lei Nº 1.431, de 10 de Agosto de 2010.

LEI Nº 1.431, DE 10 DE AGOSTO DE 2010.
 DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

OSÍRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito Municipal em exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais), para atender a seguinte programação:

10.....FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 1001Fundo Municipal de Assistência Social
 1001.08.....Assistência Social
 1001.08.244Assistência Comunitária
 1001.08.244.0022Assistência Social Geral
 1001.08.244.0022.2083 Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social
 44900000Aplicações Diretas..... R\$ 37.000,00
 Fonte de Recursos 0100.0

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais):

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
 0202Secretaria de Educação
 0202.12.....Educação
 0202.12.361Ensino Fundamental
 0202.12.361.0008Educação Básica
 0202.12.361.0008.2027 .Manutenção do Transporte Escolar
 33900000Aplicações Diretas..... R\$ 37.000,00
 Fonte de Recursos 0100.0

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 de Agosto de 2010.
 OSÍRES PEDRO RANDON
 Vice-Prefeito Municipal em exercício

Decreto 3.247 de 10 de Agosto de 2010

DECRETO 3.247 DE 10 DE AGOSTO DE 2010
 DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

OSÍRES PEDRO RANDON, Vice- Prefeito Municipal em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária Do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), para atender a seguinte programação:

09.....FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 0901Fundo Municipal de Saúde
 0901.10.....Saúde
 0901.10.301Atenção Básica
 0901.10.301.0021Saúde Básica
 0901.10.301.0021.2067 .Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 33900000Aplicações Direta R\$ 45.000,00

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais):

09.....FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 0901Fundo Municipal de Saúde
 0901.10.....Saúde
 0901.10.301Atenção Básica
 0901.10.301.0021Saúde Básica
 0901.10.301.0021.2080 .Construção, Ampliação do Posto de Saúde
 44900000Aplicações Direta R\$ 40.000,00

09.....FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 0901Fundo Municipal de Saúde
 0901.10.....Saúde
 0901.10.301Atenção Básica
 0901.10.301.0021Saúde Básica
 0901.10.301.0021.1082 .Aquisição de Veículos
 44900000Aplicações Direta R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 de Agosto de 2010.
 OSÍRES PEDRO RANDON
 Vice-Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 3.248 de 10 de Agosto de 2010

DECRETO Nº 3.248 DE 10 DE AGOSTO DE 2010

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

OSÍRES PEDRO RANDON, Vice- Prefeito Municipal em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 114.000,00 (Cento e quatorze mil reais), para atender a seguinte programação:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0203 Secretaria de Agricultura
 0203.20 Agricultura
 0203.20.606 Extensão Rural
 0203.20.606.0015 Promoção e Extensão Rural
 0203.20.606.0015.2047 . Manutenção da Secretaria de Agricultura
 33900000 Aplicações Diretas R\$ 27.000,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.04 Administração
 0201.04.123 Administração Financeira
 0201.04.123.0000 Encargos Especiais
 0201.04.123.0000.2008 . Pagamento do Pasep
 33200000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0204 Secretaria de Transportes e Urbanismo
 0204.26 Transporte
 0204.26.782 Transporte Rodoviário
 0204.26.782.0020 Estradas Vicinais
 0204.26.782.0020.2062 . Manutenção da Malha Rodoviária
 33900000 Aplicações Diretas R\$35.000,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.04 Administração
 0201.04.122 Administração Geral
 0201.04.122.0002 Administração e Planejamento
 0201.04.122.0002.2003 . Manutenção da Sec. De Administração e Planejamento
 33900000 Aplicações Diretas R\$ 22.000,00
 Fonte de Recursos 00

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$114.000,00 (Cento e quatorze mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.04 Administração
 0201.04.122 Administração Geral
 0201.04.122.0002 Administração e Planejamento
 0201.04.122.0002.1004 . Reforma do Centro Administrativo
 33900000 Aplicações Diretas R\$ 4.500,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.04 Administração
 0201.04.122 Administração Geral
 0201.04.122.0002 Administração e Planejamento
 0201.04.122.0002.1004 . Reforma do Centro Administrativo
 44900000 Aplicações Diretas R\$ 5.500,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.06 Segurança Pública
 0201.06.181 Policiamento
 0201.06.181.0003 Segurança Pública
 0201.06.181.0003.2012 . Manutenção do FUNMPOM
 33900000 Aplicações Diretas R\$ 3.500,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.06 Segurança Pública
 0201.06.181 Policiamento
 0201.06.181.0003 Segurança Pública
 0201.06.181.0003.2012 . Manutenção do FUNMPOM
 44900000 Aplicações Diretas R\$ 500,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.22 Indústria
 0201.22.661 Promoção Industrial
 0201.22.661.0004 Incentivos a Indústria
 0201.22.661.0004.2013 . Investimentos em Prol de Instalações Industriais
 33500000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.23 Comércio e Serviços
 0201.23.695 Turismo
 0201.23.695.0005 Promoção ao Turismo
 0201.23.695.0005.2015 . Manutenção do Turismo
 33900000 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.23 Comércio e Serviços
 0201.23.695 Turismo
 0201.23.695.0005 Promoção ao Turismo
 0201.23.695.0005.2015 . Manutenção do Turismo
 44900000 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.23 Comércio e Serviços
 0201.23.695 Turismo
 0201.23.695.0005 Promoção ao Turismo
 0201.23.695.0005.2017 . Reforma do Centro com Produtos Artesanais
 44900000 Aplicações Diretas R\$ 2.500,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.23 Comércio e Serviços
 0201.23.695 Turismo
 0201.23.695.0005 Promoção ao Turismo
 0201.23.695.0005.2017 . Reforma do Centro com Produtos Artesanais
 33900000 Aplicações Diretas R\$ 1.500,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.27 Desporto e Lazer
 0201.27.812 Desporto Comunitário
 0201.27.812.0006 Desporto Amador
 0201.27.812.0006.1019 . Obras de Reforma do Ginásio Municipal
 44900000 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
 Fonte de Recursos 00

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.27 Desporto e Lazer

0201.27.812.....Desporto Comunitário
 0201.27.812.0006Desporto Amador
 0201.27.812.0006.1020 .Obras para Praticas Esportivas
 44900000Aplicações Diretas.....R\$ 6.000,00
 Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.27.....Desporto e Lazer
 0201.27.812.....Desporto Comunitário
 0201.27.812.0006Desporto Amador
 0201.27.812.0006.1021 .Aquisição de Imóveis para Praticas Esportivas
 44900000Aplicações Diretas.....R\$ 9.000,00
 Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.27.....Desporto e Lazer
 0201.27.813.....Lazer
 0201.27.813.0007Lazer Coletivo
 0201.27.813.0007.1025 .Academia ao Ar Livre
 44900000Aplicações Diretas.....R\$ 4.000,00
 Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
 0202Secretaria de Educação
 0202.12.....Educação
 0202.12.361Ensino Fundamental
 0202.12.361.0008Educação Básica
 0202.12.361.0008.2033 .Laboratório de Informática para Escola
 44900000Aplicações Diretas.....R\$ 9.000,00
 Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
 0204Secretaria de Transportes e Urbanismo
 0204.15.....Urbanismo
 0204.15.482Habitação Urbana
 0204.15.482.0017Habitação Popular
 0204.15.482.0017.1058 .Aquisição de Imóveis para habitação
 44900000Aplicações Diretas.....R\$ 4.000,00
 Fonte de Recursos 00

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201Secretaria de Administração e Planeja-
 mento
 0201.04.....Administração
 0201.04.122Administração Geral
 0201.04.122.0002Administração e Planejamento
 0201.04.122.0002.2002 .Manutenção do Gabinete do Prefeito
 31900000Aplicações Diretas.....R\$ 30.000,00
 Fonte de Recursos 00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 de Agosto de 2010.
 OSÍRES PEDRO RANDON
 Vice-Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 3.249, de 10 de Agosto de 2010.

DECRETO Nº 3.249, DE 10 DE AGOSTO DE 2010.
 DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
 ORÇAMENTÁRIAS.

OSÍRES PEDRO RANDON, Vice- Prefeito Municipal em Exercício
 de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atri-
 buições,

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, au-
 torizado a proceder suplementação na dotação orçamentária do
 Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 37.000,00
 (Trinta e sete mil reais), para atender a seguinte programação:

10.....FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA
 SOCIAL
 1001Fundo Municipal de Assistência Social
 1001.08.....Assistência Social
 1001.08.244Assistência Comunitária
 1001.08.244.0022Assistência Social Geral
 1001.08.244.0022.2083 .Manutenção do Fundo Municipal de As-
 sist. Social
 44900000Aplicações Diretas.....R\$ 37.000,00
 Fonte de Recursos 0100.0

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito
 adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem
 da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Mu-
 nicipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete
 mil reais):

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
 0202Secretaria de Educação
 0202.12.....Educação
 0202.12.361Ensino Fundamental
 0202.12.361.0008Educação Básica
 0202.12.361.0008.2027 .Manutenção do Transporte Escolar
 33900000Aplicações Diretas.....R\$ 37.000,00
 Fonte de Recursos 0100.0

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 de Agosto de 2010.
 OSÍRES PEDRO RANDON
 Vice-Prefeito Municipal em exercício

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 430/10

DECRETO Nº 430, de 10 de agosto de 2010.
 Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Ca-
 tarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV,
 do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei
 Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ANA CLAUDIA DE PAULA, para o cargo de Pro-
 vimento em Comissão de Assessor Pedagógico, Símbolo AS, pre-
 visto no anexo IV da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de
 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,
 condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo
 seus efeitos a 02 de agosto de 2010.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2010.
 RENATO STASIAK
 Prefeito Municipal



ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 059/10

PORTARIA Nº 059, de 10 de agosto de 2010.

Dispõe sobre prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão instaurada pela Portaria nº 049, de 09 de julho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão instaurada pela Portaria nº 049, de 09 de julho de 2010, encarregada de apurar o descumprimento da obrigação assumida pela empresa MR Lechinoski Cia. Ltda. no Processo Licitatório nº 026/2010, Pregão Presencial nº 016/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria nº 060/10

PORTARIA Nº 060, de 11 de agosto de 2010.

Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no artigo 84, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Constituir Comissão Especial com a finalidade específica de proceder a avaliação do veículo VW/SANTANA GL 2000 (Nacional) - Placa BGU0218 - Renavam nº 602886341.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão:

- I- Márcio Roberto Marczyński - Presidente;
- II- Graciele Carla Bordignon Rodrigues - Secretária;
- III- Alfonso Vezaro - Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de agosto de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RGF 1º SEMESTRE 2010

Relatórios de Gestão Fiscal Referentes ao 1º Semestre de 2010.

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JULHO DE 2009 A JUNHO DE 2010

CVA: 2010080211502768000201

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	14.915.958,31	0,00
2	Pessoal Ativo	14.812.325,31	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	103.633,00	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	0,00	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.915.958,31	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		14.915.958,31

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	33.330.547,25
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	44,75
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)	17.998.495,52
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)	17.098.570,74

Nota: Durante o exerc., somente as desp. liquid. são consideradas executadas. No final do exerc., as desp. não liquid. insc. em Restos a Pagar não proces. são também consideradas execut. Para maior transparência, as desp. execut. estão segregadas em:

a) Desp. liquidadas: aquelas em que houve a entrega do material/serviço - art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Desp. emp. mas não liquid., insc. em Restos a Pagar não proces., consideradas liquid. no exercício - inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Fonte: SECRETARIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

Nota:

PORTO UNIAO, 02/08/2010

PREFEITO
RENATO STASIAK
CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA
SOFIA SYDOL
CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
RICARDO DRAGONI
CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JULHO DE 2009 A JUNHO DE 2010

CVA: 2010080211502768000201

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
		1º Semestre/2010			2º Quadrimestre/2010 (JUL a AGO)			3º Quadrimestre/2010 (SET a DEZ)		
		Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
1	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Fonte:

Nota:

PORTO UNIAO, 02/08/2010

PREFEITO
RENATO STASIAK
CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA
SOFIA SYDOL
CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
RICARDO DRAGONI
CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010080211502768000201

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010
			Até o 1º Semestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	2.488.599,76	2.288.073,84
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	1.585.527,40	1.447.657,79
4	Interna	1.585.527,40	1.447.657,79
5	Externa	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
7	Demais Dívidas	903.072,36	840.416,05
8	DEDUÇÕES (II)¹ = (9+10-11)	3.309.054,72	4.288.772,54
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	4.458.595,46	7.087.886,34
10	Demais Haveres Financeiros	3.794,86	-7.652,22
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.153.335,60	2.791.461,58
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-820.454,96	-2.000.698,70
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	31.159.414,14	33.330.547,25
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	7,99	6,86
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-2,63	-6,00
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%		39.996.656,70

CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010
			Até o 1º Semestre
17	DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00
18	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS = (19+20+23)	597.027,60	590.780,07
19	De Tributos	0,00	0,00
20	De Contribuições Sociais = (21+22)	0,00	0,00
21	Previdenciárias	0,00	0,00
22	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
23	Do FGTS	597.027,60	590.780,07
24	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	276.411,70	239.793,30

CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010
			Até o 1º Semestre
25	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
26	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-
27	DEPÓSITOS	353.777,55	489.907,99
28	RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	37.086,14	27.982,81
29	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO		
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010
			Até o 1º Semestre
30	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV) = (31+32)	0,00	0,00
31	Passivo Atuarial	0,00	0,00
32	Demais Dívidas	0,00	0,00
33	DEDUÇÕES (V)² = (34+35+36-37)	16.852.623,09	18.305.325,11
34	Disponibilidade de Caixa Bruta	16.876.399,92	18.305.325,11
35	Investimentos	0,00	0,00
36	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010080211502768000201

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

37	(-) Restos a Pagar Processados	23.776,83	0,00
38	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
39	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV-V)	-16.852.623,09	-18.305.325,11

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta mais os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira". Assim, quando o cálculo de DEDUÇÕES (II)¹ for negativo, colocar um "-" nessa linha.

² Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta mais os Demais Haveres Financeiros e os Investimentos for menor que Restos a Pagar Processados, os campos de DEDUÇÕES (V)² deverão ser preenchidos com "-".

Fonte:

Nota:

PORTO UNIAO, 02/08/2010

PREFEITO

RENATO STASIAK

CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA

SOFIA SYDOL

CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

RICARDO DRAGONI

CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE AJUSTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010080211502768000201

CAMPO	TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO						
	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente ¹	Redutor	1º	2º	3º
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

¹ O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte:

Nota:

PORTO UNIAO, 02/08/2010

PREFEITO

RENATO STASIAK

CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA

SOFIA SYDOL

CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

RICARDO DRAGONI

CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010080211502768000201

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2010
			Até o 1º Semestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF ¹ .	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.159.414,14	33.330.547,25
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	6.855.071,11	7.332.720,40

CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2010
			Até o 1º Semestre
11	EXTERNAS (V) = (12+13)	0,00	0,00
12	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
13	Outras Garantias nos Termos da LRF ¹	0,00	0,00
14	INTERNAS (VI) = (15+16)	0,00	0,00
15	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
16	Outras Garantias nos Termos da LRF ¹ .	0,00	0,00
17	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00
18	MEDIDAS CORRETIVAS :		

¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte:

Nota:

PORTO UNIAO, 02/08/2010

PREFEITO

RENATO STASIAK

CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA

SOFIA SYDOL

CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

RICARDO DRAGONI

CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010080211502768000201

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+...+21)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita	0,00	0,00
20	Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas, incluindo os parcelamentos de dívidas não-tributárias	0,00	0,00
21	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
22	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (23+29+30+31)	0,00	0,00
23	Parcelamento de Dívidas = (24+25+28)	0,00	0,00
24	De Tributos	0,00	0,00
25	De Contribuições Sociais = (26+27)	0,00	0,00
26	Previdenciárias	0,00	0,00
27	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
28	Do FGTS	0,00	0,00
29	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
30	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
31	Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01 do CMN	0,00	0,00

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
32	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	33.330.547,25	-
33	OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
34	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	0,00	0,00
35	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.332.887,56	16,00
36	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010080211502768000201

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

37	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.333.138,31	7,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

PORTO UNIAO, 02/08/2010

PREFEITO

RENATO STASIAK

CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA

SOFIA SYDOL

CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

RICARDO DRAGONI

CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010080211502768000201

RGF - ANEXO VII (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	14.915.958,31	44,75
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	17.998.495,52	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30%	17.098.570,74	51,30

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-2.000.698,70	-6,00
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	39.996.656,70	120,00

CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.332.720,40	22,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	5.332.887,56	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	2.333.138,31	7,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
13	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		D

Fonte:

Nota:

PORTO UNIAO, 02/08/2010

PREFEITO
RENATO STASIAK
CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA
SOFIA SYDOL
CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
RICARDO DRAGONI
CPF.: 420.445.539-53

RREO 3º BIMESTRE 2010

Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária Referente ao 3º Bimestre de 2010

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.715.000,00	42.715.000,00	6.136.548,47	14,37	19.969.279,96	46,75	22.745.720,04
2	RECEITAS CORRENTES	40.195.000,00	40.195.000,00	5.936.548,47	14,77	17.898.499,70	44,53	22.296.500,30
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	5.959.000,00	5.959.000,00	865.627,13	14,53	3.398.455,69	57,03	2.560.544,31
4	Impostos	4.122.000,00	4.122.000,00	570.106,74	13,83	2.388.970,93	57,96	1.733.029,07
5	Taxas	1.787.000,00	1.787.000,00	295.520,39	16,54	1.009.484,76	56,49	777.515,24
6	Contribuição de Melhoria	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.990.000,00	1.990.000,00	378.020,14	19,00	1.029.724,93	51,74	960.275,07
8	Contribuições Sociais	1.530.000,00	1.530.000,00	249.396,85	16,30	820.789,49	53,65	709.210,51
9	Contribuições Econômicas	460.000,00	460.000,00	128.623,29	27,96	208.935,44	45,42	251.064,56
10	RECEITA PATRIMONIAL	2.325.000,00	2.325.000,00	327.255,12	14,08	1.001.630,07	43,08	1.323.369,93
11	Receitas Imobiliárias	11.000,00	11.000,00	5.815,65	52,87	10.190,39	92,64	809,61
12	Receitas de Valores Mobiliários	2.314.000,00	2.314.000,00	321.439,47	13,89	991.439,68	42,85	1.322.560,32
13	Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	RECEITA DE SERVIÇOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
25	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.910.000,00	27.910.000,00	4.177.958,85	14,97	11.799.561,12	42,28	16.110.438,88
26	Transferências Intergovernamentais	25.286.000,00	25.286.000,00	4.175.825,51	16,51	11.795.294,44	46,65	13.490.705,56
27	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Transferências de Convênios	2.624.000,00	2.624.000,00	2.133,34	0,08	4.266,68	0,16	2.619.733,32
31	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.001.000,00	2.001.000,00	187.687,23	9,38	669.127,89	33,44	1.331.872,11
33	Multas e Juros de Mora	403.000,00	403.000,00	63.740,51	15,82	179.412,81	44,52	223.587,19
34	Indenizações e Restituições	160.000,00	160.000,00	9.508,36	5,94	129.662,13	81,04	30.337,87
35	Receita da Dívida Ativa	600.000,00	600.000,00	73.766,68	12,29	182.138,14	30,36	417.861,86
36	Receitas Correntes Diversas	838.000,00	838.000,00	40.671,68	4,85	177.914,81	21,23	660.085,19

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

37	RECEITAS DE CAPITAL	2.520.000,00	2.520.000,00	200.000,00	7,94	2.070.780,26	82,17	449.219,74
38	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
39	Operações de Crédito Internas	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
40	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
42	Alienação de Bens Móveis	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
43	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.000.000,00	2.000.000,00	200.000,00	10,00	2.070.780,26	103,54	-70.780,26
46	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Transferências de Convênios - Rec. Capital	2.000.000,00	2.000.000,00	200.000,00	10,00	2.070.780,26	103,54	-70.780,26
52	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.430.000,00	1.430.000,00	228.251,48	15,96	748.555,47	52,35	681.444,53
58	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.300.000,00	1.300.000,00	207.366,04	15,95	685.899,16	52,76	614.100,84
61	RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	Alienação de Outros Bens Imóveis	130.000,00	130.000,00	20.885,44	16,07	62.656,31	48,20	67.343,69
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	44.145.000,00	44.145.000,00	6.364.799,95	14,42	20.717.835,43	46,93	23.427.164,57
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	44.145.000,00	44.145.000,00	6.364.799,95	14,42	20.717.835,43	46,93	23.427.164,57
73	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	44.145.000,00	44.145.000,00	6.364.799,95	14,42	20.717.835,43	-	-
75	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	238.977,92	-	-	126.781,51	-	-
76	Superávit Financeiro	-	238.977,92	-	-	126.781,51	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	42.705.000,00	4.009.550,15	46.714.550,15	6.766.416,25	18.080.858,16	6.672.001,96	17.389.252,70	37,22	29.325.297,45
79	DESPESAS CORRENTES	29.643.980,00	1.333.142,37	30.977.122,37	4.711.500,62	13.590.319,51	4.896.516,83	13.306.991,55	42,96	17.670.130,82
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.288.178,00	-111.000,00	17.177.178,00	2.716.141,60	7.902.074,94	2.725.906,25	7.895.598,37	45,97	9.281.579,63
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	250.000,00	0,00	250.000,00	21.717,36	53.186,88	21.717,36	53.186,88	21,27	196.813,12
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.105.802,00	1.444.142,37	13.549.944,37	1.973.641,66	5.635.057,69	2.148.893,22	5.358.206,30	39,54	8.191.738,07
83	DESPESAS DE CAPITAL	12.121.020,00	2.676.407,78	14.797.427,78	2.054.915,63	4.490.538,65	1.775.485,13	4.082.261,15	27,59	10.715.166,63
84	INVESTIMENTOS	11.161.020,00	2.676.407,78	13.837.427,78	2.002.711,43	4.290.012,73	1.723.280,93	3.881.735,23	28,05	9.955.692,55
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	510.000,00	0,00	510.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510.000,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	450.000,00	0,00	450.000,00	52.204,20	200.525,92	52.204,20	200.525,92	44,56	249.474,08
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	940.000,00	0,00	940.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	940.000,00
88	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.440.000,00	0,00	1.440.000,00	207.135,32	659.726,06	233.982,10	659.726,06	0,00	782.657,44
90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.440.000,00	0,00	1.440.000,00	207.135,32	659.726,06	233.982,10	659.726,06	45,65	782.657,44
91	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	44.145.000,00	4.009.550,15	48.154.550,15	6.973.551,57	18.740.584,22	6.905.984,06	18.048.978,76	37,48	30.105.571,39
92	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	44.145.000,00	4.009.550,15	48.154.550,15	6.973.551,57	18.740.584,22	6.905.984,06	18.048.978,76	37,48	30.105.571,39

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

100	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	2.668.856,67	-	-
101	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	44.145.000,00	4.009.550,15	48.154.550,15	6.973.551,57	18.740.584,22	6.905.984,06	20.717.835,43	-	-

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: SECRETARIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

Nota:

PORTO UNIAO, 28/07/2010

PREFEITO
RENATO STASIAK
CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA
SOFIA SYDOL
CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
RICARDO DRAGONI
CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.705.000,00	46.714.550,15	6.766.416,25	18.080.858,16	6.672.001,96	17.389.252,70	96,34	37,22	29.325.297,45
2	00001	Legislativa	1.875.000,00	1.875.000,00	193.237,81	561.778,75	193.237,81	561.778,75	3,11	29,96	1.313.221,25
3	01031	Ação Legislativa	1.875.000,00	1.875.000,00	193.237,81	561.778,75	193.237,81	561.778,75	3,11	29,96	1.313.221,25
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	4.440.000,00	4.865.000,00	493.584,22	1.701.686,31	494.394,12	1.694.729,24	9,39	34,84	3.170.270,76
12	04121	Planejamento e Orçamento	280.000,00	280.000,00	42.285,64	117.122,96	42.285,64	117.097,96	0,65	41,82	162.902,04
13	04122	Administração Geral	3.610.000,00	4.035.000,00	389.402,16	1.365.329,95	389.594,56	1.358.397,88	7,53	33,67	2.676.602,12
14	04123	Administração Financeira	550.000,00	550.000,00	61.896,42	219.233,40	62.513,92	219.233,40	1,21	39,86	330.766,60
15	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	6.000,00	6.000,00	283,75	892,15	283,75	892,15	0,00	14,87	5.107,85
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	6.000,00	6.000,00	283,75	892,15	283,75	892,15	0,00	14,87	5.107,85
27	00006	Segurança Pública	445.000,00	450.000,00	44.585,06	186.871,53	71.060,52	152.936,08	0,85	33,99	297.063,92
28	06181	Policimento	53.000,00	53.000,00	6.664,93	26.747,28	6.149,18	25.503,13	0,14	48,12	27.496,87
29	06182	Defesa Civil	392.000,00	397.000,00	37.920,13	160.124,25	64.911,34	127.432,95	0,71	32,10	269.567,05
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	1.510.000,00	1.667.666,65	161.476,49	463.713,38	154.552,59	452.849,50	2,51	27,15	1.214.817,15
35	08241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	130.000,00	135.000,00	21.220,40	58.898,19	21.455,30	58.663,29	0,33	43,45	76.336,71
38	08244	Assistência Comunitária	1.380.000,00	1.532.666,65	140.256,09	404.815,19	133.097,29	394.186,21	2,18	25,72	1.138.480,44

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

39	00009	Previdência Social	4.300.000,00	4.300.000,00	140.426,28	404.690,35	140.441,08	404.505,15	2,24	9,41	3.895.494,85
40	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09272	Previdência do Regime Estatutário	4.300.000,00	4.300.000,00	140.426,28	404.690,35	140.441,08	404.505,15	2,24	9,41	3.895.494,85
42	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	00010	Saúde	6.825.000,00	7.270.122,98	1.358.123,56	4.025.616,09	1.375.557,44	3.853.200,19	21,35	53,00	3.416.922,79
45	10301	Atenção Básica	4.767.500,00	5.038.622,98	988.396,07	2.969.141,84	988.084,84	2.849.509,03	15,79	56,55	2.189.113,95
46	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.822.500,00	1.996.500,00	330.112,15	971.577,57	347.857,26	933.794,48	5,17	46,77	1.062.705,52
47	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	10304	Vigilância Sanitária	129.000,00	129.000,00	18.339,18	39.547,73	18.339,18	34.547,73	0,19	26,78	94.452,27
49	10305	Vigilância Epidemiológica	106.000,00	106.000,00	21.276,16	45.348,95	21.276,16	35.348,95	0,20	33,35	70.651,05
50	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	00012	Educação	7.691.250,00	8.023.311,38	1.419.141,73	4.064.193,40	1.654.104,61	4.034.481,15	22,35	50,28	3.988.830,23
57	12361	Ensino Fundamental	5.696.250,00	5.839.143,12	1.052.160,97	3.023.037,13	1.283.054,56	3.006.831,85	16,66	51,49	2.832.311,27
58	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	12364	Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	12365	Educação Infantil	1.995.000,00	2.184.168,26	366.980,76	1.041.156,27	371.050,05	1.027.649,30	5,69	47,05	1.156.518,96
62	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	12367	Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	00013	Cultura	230.000,00	230.000,00	15.940,88	42.719,18	17.938,97	42.619,27	0,24	18,53	187.380,73
65	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	13392	Difusão Cultural	230.000,00	230.000,00	15.940,88	42.719,18	17.938,97	42.619,27	0,24	18,53	187.380,73
67	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	00015	Urbanismo	5.690.750,00	6.050.750,00	272.300,94	1.824.166,78	261.688,93	1.762.378,28	9,76	29,13	4.288.371,72
72	15451	Infra-Estrutura Urbana	4.186.750,00	4.186.750,00	15.886,39	1.068.379,29	27.430,65	1.034.699,79	5,73	24,71	3.152.050,21
73	15452	Serviços Urbanos	1.304.000,00	1.664.000,00	254.964,55	744.377,89	232.808,28	716.268,89	3,97	43,05	947.731,11
74	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	15813	Lazer	200.000,00	200.000,00	1.450,00	11.409,60	1.450,00	11.409,60	0,06	5,70	188.590,40
76	00016	Habitação	200.000,00	200.000,00	0,00	52.965,44	0,00	52.965,44	0,29	26,48	147.034,56
77	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	16482	Habitação Urbana	200.000,00	200.000,00	0,00	52.965,44	0,00	52.965,44	0,29	26,48	147.034,56
79	00017	Saneamento	360.000,00	360.000,00	13.312,21	101.687,99	15.907,21	101.687,99	0,56	28,25	258.312,01
80	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	17512	Saneamento Básico Urbano	360.000,00	360.000,00	13.312,21	101.687,99	15.907,21	101.687,99	0,56	28,25	258.312,01
82	00018	Gestão Ambiental	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
83	18541	Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
84	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18544	Recursos Hídricos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
87	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00020	Agricultura	1.160.000,00	1.547.000,00	680.027,57	895.904,69	680.269,72	895.767,69	4,96	57,90	651.232,31
93	20601	Promoção da Produção Vegetal	1.110.000,00	1.497.000,00	680.027,57	895.904,69	680.269,72	895.767,69	4,96	59,84	601.232,31
94	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20605	Abastecimento	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
98	20606	Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	00022	Indústria	330.000,00	498.916,54	47.228,74	165.310,46	48.728,74	165.310,46	0,92	33,13	333.606,08
104	22661	Promoção Industrial	60.000,00	60.000,00	8.720,65	27.098,49	8.720,65	27.098,49	0,15	45,16	32.901,51
105	22662	Produção Industrial	270.000,00	438.916,54	38.508,09	138.211,97	40.008,09	138.211,97	0,77	31,49	300.704,57
106	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	00023	Comércio e Serviços	0,00	502.782,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	502.782,60
110	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23695	Turismo	0,00	502.782,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	502.782,60
115	00024	Comunicações	3.000,00	3.000,00	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
116	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24722	Telecomunicações	3.000,00	3.000,00	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
118	00025	Energia	130.000,00	130.000,00	4.335,84	4.335,84	4.335,84	4.335,84	0,02	3,34	125.664,16
119	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	25752	Energia Elétrica	130.000,00	130.000,00	4.335,84	4.335,84	4.335,84	4.335,84	0,02	3,34	125.664,16
121	25753	Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25754	Alcool	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	00026	Transporte	4.400.000,00	5.270.000,00	1.492.965,28	2.251.833,19	1.131.843,74	1.878.512,89	10,41	35,65	3.391.487,11
124	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	26782	Transporte Rodoviário	4.385.000,00	5.255.000,00	1.492.965,28	2.251.833,19	1.131.843,74	1.878.512,89	10,41	35,75	3.376.487,11
126	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	26784	Transporte Hidroviário	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
128	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00027	Desporto e Lazer	550.000,00	891.000,00	125.227,26	328.005,30	125.628,26	328.005,30	1,82	36,81	562.994,70
130	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	27812	Desporto Comunitário	550.000,00	891.000,00	125.227,26	328.005,30	125.628,26	328.005,30	1,82	36,81	562.994,70
132	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00028	Encargos Especiais	2.359.000,00	2.374.000,00	302.418,63	1.002.687,33	302.028,63	1.002.297,33	5,55	42,22	1.371.702,67
134	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	700.000,00	700.000,00	73.921,56	253.712,80	73.921,56	253.712,80	1,41	36,24	446.287,20
135	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28845	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28846	Outros Encargos Especiais	1.459.000,00	1.474.000,00	189.090,99	622.254,18	188.700,99	621.864,18	3,45	42,19	852.135,82
140	28331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	200.000,00	200.000,00	39.406,08	126.720,35	39.406,08	126.720,35	0,70	63,36	73.279,65
141		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
142		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.440.000,00	1.440.000,00	207.135,32	659.726,06	233.982,10	659.726,06	3,66	45,81	780.273,94
144	00001	Legislativa	15.000,00	15.000,00	2.383,50	3.244,30	2.383,50	3.244,30	0,02	21,63	11.755,70
145	01031	Ação Legislativa	15.000,00	15.000,00	2.383,50	3.244,30	2.383,50	3.244,30	0,02	21,63	11.755,70
146	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00010	Saúde	445.000,00	445.000,00	58.183,30	209.719,23	85.030,08	209.719,23	1,16	47,13	235.280,77
155	10301	Atenção Básica	370.000,00	370.000,00	58.183,30	206.504,62	83.507,20	206.504,62	1,14	55,81	163.495,38
156	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	60.000,00	60.000,00	0,00	3.214,61	1.522,88	3.214,61	0,02	5,36	56.785,39
157	10305	Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
158	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00012	Educação	420.000,00	420.000,00	85.869,47	244.054,50	85.869,47	244.054,50	1,35	58,11	175.945,50
160	12361	Ensino Fundamental	320.000,00	320.000,00	52.188,84	155.428,30	52.188,84	155.428,30	0,86	48,57	164.571,70
161	12365	Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	33.680,63	88.626,20	33.680,63	88.626,20	0,49	88,63	11.373,80
162	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 83.102.541/0001-58
Exercício: 2010
Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO
CVA: 2010072814272829100703

										R\$ 1,00	
165	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	00028	Encargos Especiais	560.000,00	560.000,00	60.699,05	202.708,03	60.699,05	202.708,03	1,12	36,20	357.291,97
178	28846	Outros Encargos Especiais	560.000,00	560.000,00	60.699,05	202.708,03	60.699,05	202.708,03	1,12	36,20	357.291,97
179		TOTAL (III) = (I + II)	44.145.000,00	48.154.550,15	6.973.551,57	18.740.584,22	6.905.984,06	18.048.978,76	100,00	37,48	30.105.571,39

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:
Nota:

PORTO UNIAO, 28/07/2010

PREFEITO
RENATO STASIAK
CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA
SOFIA SYDOL
CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
RICARDO DRAGONI
CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JUL/2009 a JUN/2010

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	1 Jul/2009	2 Ago/2009	3 Set/2009	4 Out/2009	5 Nov/2009	6 Dez/2009	7 Jan/2010
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	2.674.188,12	2.621.783,57	2.657.724,64	3.011.028,97	2.908.041,82	3.927.328,01	2.702.812,30
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	440.926,17	328.001,67	326.828,76	320.171,52	344.533,60	335.271,08	112.713,05
3	IPTU	140.184,38	118.595,62	126.182,03	96.032,90	95.938,71	48.363,20	2.364,32
4	ISS	64.095,84	59.588,94	69.773,56	86.542,31	71.769,05	69.742,17	51.025,77
5	ITBI	29.628,08	24.582,90	15.118,56	29.334,01	28.284,58	30.886,35	27.924,00
6	IRRF	22.758,35	15.331,97	10.643,90	12.848,75	51.111,25	82.417,15	10.916,81
7	Outras Receitas Tributárias	184.259,52	109.902,24	105.110,71	95.413,55	97.430,01	103.862,21	20.482,15
8	Receita de Contribuições	160.361,15	162.647,28	167.927,26	160.597,75	158.553,20	226.290,78	227.992,95
9	Receita Patrimonial	154.107,49	139.306,05	134.899,98	134.635,56	140.178,12	157.504,49	146.725,18
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	1.755.814,93	1.821.418,45	1.883.659,46	2.281.243,41	2.126.739,61	3.002.304,15	2.095.110,74
14	Cota-Parte do FPM	636.669,68	740.656,69	655.641,00	938.280,25	941.445,23	1.021.259,67	850.850,93
15	Cota-Parte do ICMS	378.912,15	342.641,46	478.588,81	407.411,07	362.504,33	611.066,40	458.239,95
16	Cota-Parte do IPVA	131.119,48	119.015,11	127.480,50	125.475,74	105.319,05	67.335,68	72.166,93
17	Cota-Parte do ITR	157,74	213,36	1.846,43	18.506,14	913,29	529,70	85,57
18	Transferências da LC 87/1996	3.143,64	3.143,64	3.143,64	3.143,64	3.143,64	3.143,64	3.045,08
19	Transferências da LC 61/1989	5.888,13	12.938,71	8.232,68	10.472,52	8.308,30	12.060,56	9.388,51
20	Transferências do FUNDEB	332.630,49	347.798,64	362.752,24	367.113,24	382.913,45	416.332,55	469.782,84
21	Outras Transferências Correntes	267.293,62	255.010,84	245.974,16	410.840,81	322.192,32	870.575,95	231.550,93
22	Outras Receitas Correntes	162.978,38	170.410,12	144.409,18	114.380,73	138.037,29	205.957,51	120.270,38
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	292.199,68	304.720,20	310.138,15	318.819,85	338.162,29	426.343,21	373.500,34
24	Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	62.199,30	57.001,26	55.156,03	55.259,47	53.835,64	84.503,03	93.549,74
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	230.000,38	247.718,94	254.982,12	263.560,38	284.326,65	341.840,18	279.950,60
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	2.381.988,44	2.317.063,37	2.347.586,49	2.692.209,12	2.569.879,53	3.500.984,80	2.329.311,96

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	8 Fev/2010	9 Mar/2010	10 Abr/2010	11 Mai/2010	12 Jun/2010	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2010
-------	---------------	---------------	---------------	----------------	----------------	----------------	----------------------	--------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JUL/2009 a JUN/2010

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	3.102.122,89	4.263.103,55	3.027.152,46	3.272.085,17	3.292.321,69	37.459.693,19	44.326.000,00
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	513.961,18	1.539.783,66	366.370,67	372.648,52	492.978,61	5.494.188,49	5.959.000,00
30	IPTU	5.059,48	1.178.934,37	142.572,85	144.419,66	117.344,04	2.215.991,56	2.552.000,00
31	ISS	52.804,21	104.113,75	99.515,58	94.897,04	98.213,20	922.081,42	950.000,00
32	ITBI	15.628,98	28.145,39	28.605,04	34.346,27	44.098,27	336.582,43	320.000,00
33	IRRF	25.854,73	33.478,94	11.919,97	27.031,80	9.756,46	314.070,08	300.000,00
34	Outras Receitas Tributárias	414.613,78	195.111,21	83.757,23	71.953,75	223.566,64	1.705.463,00	1.837.000,00
35	Receita de Contribuições	177.958,29	122.069,84	123.683,71	197.656,71	180.363,43	2.066.102,35	1.990.000,00
36	Receita Patrimonial	143.365,58	271.757,16	112.527,03	132.568,97	194.686,15	1.862.261,76	2.325.000,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	2.131.955,80	2.252.163,88	2.275.611,82	2.480.654,02	2.325.163,22	26.431.839,49	32.041.000,00
41	Cota-Parte do FPM	948.402,17	704.526,36	844.128,28	1.039.293,84	901.974,85	10.223.128,95	13.000.000,00
42	Cota-Parte do ICMS	387.073,33	478.259,91	465.664,04	432.989,11	465.606,36	5.268.956,92	6.000.000,00
43	Cota-Parte do IPVA	124.764,57	146.170,07	143.053,23	154.279,48	138.942,59	1.455.122,43	1.400.000,00
44	Cota-Parte do ITR	465,53	102,26	69,33	50,27	65,34	23.004,96	30.000,00
45	Transferências da LC 87/1996	3.045,08	3.045,08	3.045,08	3.045,08	3.045,08	37.132,32	50.000,00
46	Transferências da LC 61/1989	9.133,56	7.783,03	7.040,50	6.937,05	8.105,39	106.288,94	175.000,00
47	Transferências do FUNDEB	416.902,04	460.767,98	488.719,43	479.150,86	471.354,43	4.996.218,19	5.000.000,00
48	Outras Transferências Correntes	242.169,52	451.509,19	323.891,93	364.908,33	336.069,18	4.321.986,78	6.386.000,00
49	Outras Receitas Correntes	134.882,04	77.329,01	148.959,23	88.556,95	99.130,28	1.605.301,10	2.001.000,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	354.687,61	323.417,38	346.094,95	379.823,38	361.238,90	4.129.145,94	4.951.000,00
51	Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	60.113,35	55.894,09	54.903,13	53.892,02	59.311,87	745.618,93	820.000,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JUL/2009 a JUN/2010

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	294.574,26	267.523,29	291.191,82	325.931,36	301.927,03	3.383.527,01	4.131.000,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	2.747.435,28	3.939.686,17	2.681.057,51	2.892.261,79	2.931.082,79	33.330.547,25	39.375.000,00

Fonte:

Nota:

PORTO UNIAO, 28/07/2010

PREFEITO

RENATO STASIAK

CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA

SOFIA SYDOL

CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

RICARDO DRAGONI

CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	820.000,00	820.000,00	377.664,20	377.664,20	395.014,66
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	820.000,00	820.000,00	377.664,20	377.664,20	395.014,66
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	820.000,00	820.000,00	377.664,20	377.664,20	395.014,66
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	820.000,00	820.000,00	377.664,20	377.664,20	395.014,66
5	Ativo	820.000,00	820.000,00	377.664,20	377.664,20	395.014,66
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.430.000,00	1.430.000,00	748.555,47	748.555,47	56.518,26
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I+II) = (1+26)	2.250.000,00	2.250.000,00	1.126.219,67	1.126.219,67	451.532,92

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV+V) = (28+44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III-VI) = (27-45)	2.250.000,00	2.250.000,00	1.126.219,67	1.126.219,67	451.532,92

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	VALOR	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mai/2010	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em Jun/2010	31/Dez /2009
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
59	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	1.300.000,00	1.300.000,00	685.899,16	685.899,16	0,00
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	1.300.000,00	1.300.000,00	685.899,16	685.899,16	0,00
63	Patronal = (64+68)	1.300.000,00	1.300.000,00	685.899,16	685.899,16	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	1.300.000,00	1.300.000,00	685.899,16	685.899,16	0,00
69	Ativo.	1.300.000,00	1.300.000,00	685.899,16	685.899,16	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	130.000,00	130.000,00	62.656,31	62.656,31	56.518,26
78	Alienação de Bens	130.000,00	130.000,00	62.656,31	62.656,31	56.518,26
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII+IX-X) = (61+77-81)	1.430.000,00	1.430.000,00	748.555,47	748.555,47	56.518,26

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

PORTO UNIAO, 28/07/2010

PREFEITO

RENATO STASIAK

CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA

SOFIA SYDOL

CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

RICARDO DRAGONI

CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2009 (a)	Em 30/Abr/2010 (b)	Em. 30/Jun/2010 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.488.599,76	2.340.278,04	2.288.073,84
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	3.309.054,72	5.270.588,90	4.288.772,54
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	4.458.595,46	6.672.683,89	7.087.886,34
4	Demais Haveres Financeiros	3.794,86	-4.450,25	-7.652,22
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.153.335,60	1.397.644,74	2.791.461,58
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-820.454,96	-2.930.310,86	-2.000.698,70
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-820.454,96	-2.930.310,86	-2.000.698,70

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	929.612,16	-1.180.243,74

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	REGIME PREVIDENCIÁRIO		
		Em 31/Dez/ 2009	Em 30/Abr/2010	Em. 30/Jun/2010
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
13	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	16.852.623,09	17.951.823,73	18.305.325,11
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	16.876.399,92	17.951.823,73	18.305.325,11
17	Investimentos	0,00	0,00	0,00
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	23.776,83	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-16.852.623,09	-17.951.823,73	-18.305.325,11

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-16.852.623,09	-17.951.823,73	-18.305.325,11

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte:

Nota:

PORTO UNIAO, 28/07/2010

PREFEITO

RENATO STASIAK

CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA

SOFIA SYDOL

CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

RICARDO DRAGONI

CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre. 2009
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	39.181.000,00	5.822.475,04	17.592.959,18	15.589.536,19
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	5.959.000,00	865.627,13	3.398.455,69	2.861.933,17
3	IPTU	2.552.000,00	261.763,70	1.590.694,72	1.523.920,70
4	ISS	950.000,00	193.110,24	500.569,55	378.550,47
5	ITBI	320.000,00	78.444,54	178.747,95	150.900,09
6	IRRF	300.000,00	36.788,26	118.958,71	114.456,59
7	Outras Receitas Tributárias	1.837.000,00	295.520,39	1.009.484,76	694.105,32
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	3.290.000,00	585.386,18	1.715.624,09	1.731.386,81
9	Receitas Previdenciárias	2.120.000,00	320.569,93	1.063.563,36	395.014,66
10	Outras Receitas de Contribuições	1.170.000,00	264.816,25	652.060,73	1.336.372,15
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	11.000,00	5.815,65	10.190,39	14.524,50
12	Receita Patrimonial	2.325.000,00	327.255,12	1.001.630,07	1.002.790,66
13	(-) Aplicações Financeiras	2.314.000,00	321.439,47	991.439,68	988.266,16
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	27.910.000,00	4.177.958,85	11.799.561,12	10.489.169,47
15	FPM	10.400.000,00	1.553.015,01	4.230.145,88	4.204.451,70
16	ICMS	4.800.000,00	718.876,55	2.150.266,65	1.876.599,96
17	Convênios	2.624.000,00	2.133,34	4.266,68	1.920,00
18	Outras Transferências Correntes	10.086.000,00	1.903.933,95	5.414.881,91	4.406.197,81
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	2.011.000,00	187.687,23	669.127,89	492.522,24
20	Dívida Ativa	600.000,00	73.766,68	182.138,14	161.036,45
21	Diversas Receitas Correntes	1.411.000,00	113.920,55	486.989,75	331.485,79
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	2.650.000,00	220.885,44	2.133.436,57	720.809,66
23	Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	0,00	172.700,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	150.000,00	20.885,44	62.656,31	180.600,01
26	Transferências de Capital = (27+28)	2.000.000,00	200.000,00	2.070.780,26	367.509,65
27	Convênios.	2.000.000,00	200.000,00	2.070.780,26	367.509,65
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	2.000.000,00	200.000,00	2.070.780,26	367.509,65
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	41.181.000,00	6.022.475,04	19.663.739,44	15.957.045,84

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre. 2009
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	32.417.122,37	5.130.498,93	13.966.717,61	11.200.858,13
33	Pessoal e Encargos Sociais	18.617.178,00	2.959.888,35	8.555.324,43	6.862.228,93
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	250.000,00	21.717,36	53.186,88	77.976,16
35	Outras Despesas Correntes	13.549.944,37	2.148.893,22	5.358.206,30	4.260.653,04
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	32.167.122,37	5.108.781,57	13.913.530,73	11.122.881,97
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	14.797.427,78	1.775.485,13	4.082.261,15	2.637.178,48
38	Investimentos	13.837.427,78	1.723.280,93	3.881.735,23	2.319.974,24
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	510.000,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	200.000,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	310.000,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	450.000,00	52.204,20	200.525,92	317.204,24
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	14.147.427,78	1.723.280,93	3.881.735,23	2.319.974,24
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	940.000,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	47.254.550,15	6.832.062,50	17.795.265,96	13.442.856,21
----	---	---------------	--------------	---------------	---------------

48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-6.073.550,15	-809.587,46	1.868.473,48	2.514.189,63
----	--	---------------	-------------	--------------	--------------

49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	126.781,51	0,00
----	--------------------------------	---	---	------------	------

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE			
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

Fonte:

Nota:

PORTO UNIAO, 28/07/2010

PREFEITO

RENATO STASIAK

CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA

SOFIA SYDOL

CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

RICARDO DRAGONI

CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo IX (LRF, art.53, inciso V)

R\$ 1,00

CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2009	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos em Exercícios Anteriores.	Inscritos em 31 de dezembro de 2009	Cancelados.	Pagos.	A Pagar.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	116.802,35	957.058,76	0,00	838.546,26	235.314,85	27.765,02	9.321,12	211,82	8.891,51	27.982,81
2	EXECUTIVO	116.802,35	957.058,76	0,00	838.546,26	235.314,85	27.765,02	9.321,12	211,82	8.891,51	27.982,81
3	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO	0,00	841.671,56	0,00	723.934,29	117.737,27	0,00	8.215,90	211,82	8.004,08	0,00
5	PREFEITURA MUNICIPAL	116.802,35	0,00	0,00	0,00	116.802,35	27.765,02	0,00	0,00	0,00	27.765,02
6	AMASPU-AUT MUN ASSIST SAUDE FUN PUB PORTO UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	IMPRESS	0,00	37.609,33	0,00	37.609,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE PORTO UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	704,70	0,00	704,70	0,00
10	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182,73	0,00	182,73	0,00
12	FUNDO DE SAÚDE DE PORTO UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	77.777,87	0,00	77.002,64	775,23	0,00	217,79	0,00	0,00	217,79
14	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	103.251,32	0,00	103.251,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	EXECUTIVO.	0,00	103.251,32	0,00	103.251,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO	0,00	74.294,74	0,00	74.294,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	FUNDO DE SAÚDE DE PORTO UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	28.956,58	0,00	28.956,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo IX (LRF, art.53, inciso V)

R\$ 1,00

21	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL (III) = (I +II)	116.802,35	1.060.310,08	0,00	941.797,58	235.314,85	27.765,02	9.321,12	211,82	8.891,51	27.982,81

Fonte:

Nota:

PORTO UNIAO, 28/07/2010

PREFEITO

RENATO STASIAK

CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA

SOFIA SYDOL

CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

RICARDO DRAGONI

CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2010		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisonados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2009	2010	2011	2012	2013	2014
18	Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estadais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	31.159.414,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2015	2016	2017	2018	2019
23	Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estadais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

PORTO UNIAO, 28/07/2010

PREFEITO

RENATO STASIAK

CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA

SOFIA SYDOL

CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

RICARDO DRAGONI

CPF.: 420.445.539-53

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	44.145.000,00
3	Previsão Atualizada	-	44.145.000,00
4	Receitas Realizadas	6.364.799,95	20.717.835,43
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	SalDOS de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	126.781,51
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	44.145.000,00
9	Créditos Adicionais	-	4.009.550,15
10	Dotação Atualizada	-	48.154.550,15
11	Despesas Empenhadas	6.973.551,57	18.740.584,22
12	Despesas Liquidadas	6.905.984,06	18.048.978,76
13	Superávit Orçamentário	-	2.668.856,67

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	6.973.551,57	18.740.584,22
15	Despesas Liquidadas	6.905.984,06	18.048.978,76

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	33.330.547,25

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I-II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	1.126.219,67	1.126.219,67
23	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	0,00	0,00
24	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV-V)	1.126.219,67	1.126.219,67

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
25	Resultado Nominal	0,00	-1.180.243,74	0,00
26	Resultado Primário	0,00	1.868.473,48	0,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
27	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.177.112,43	0,00	941.797,58	235.314,85
28	Poder Executivo	1.177.112,43	0,00	941.797,58	235.314,85
29	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	37.086,14	211,82	8.891,51	27.982,81
31	Poder Executivo.	37.086,14	211,82	8.891,51	27.982,81
32	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
33	TOTAL	1.214.198,57	211,82	950.689,09	263.297,66

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
34	Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%
			% Aplicado Até o Bimestre
			0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

35	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
36	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
37	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
38	Receitas de Operações de Crédito	-	-
39	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
40	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
41	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
42	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
43	Resultado Previdenciário (I-II)	-	-	-	-
44	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
45	Receitas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
46	Despesas Previdenciárias. (V)	-	-	-	-
47	Resultado Previdenciário. (IV-V)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
48	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
49	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
50	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
51	Total das Despesas/RCL (%)	0,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
-------	------------------	--------------------	--

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: PORTO UNIAO/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.541/0001-58

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2010/BIMESTRE MAIO-JUNHO

CVA: 2010072814272829100703

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

52	Os abaixo assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	29/07/2010	Diário Oficial
----	---	------------	----------------

Fonte:

Nota:

PORTO UNIAO, 28/07/2010

PREFEITO

RENATO STASIAK

CPF.: 216.709.009-91

CONTADORA

SOFIA SYDOL

CRC.: 014.640/0-8 SC

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

RICARDO DRAGONI

CPF.: 420.445.539-53

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 03/2010 FMS

Portaria nº 003 de 10 de Agosto de 2010.

"Constitui a Comissão Organizadora para Eleição de Membros não Governamentais para Comporem o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD"

A Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto da Lei Municipal de nº 5.007, de 06 de Julho de 2010, que dispõe sobre a Instituição do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD;

Considerando a necessidade da ordenação de Políticas Públicas específicas para a prevenção, fiscalização e repressão ao uso de substâncias entorpecentes.

RESOLVE:

Art. 1º. - Constituir a Comissão Organizadora para proceder a Eleição de Membros não Governamentais do Conselho Municipal Antidrogas.

Art. 2º - Compete a Comissão Organizadora atender todas as formalidades legais e constitucionais, e, obedecer os critérios instituídos na Lei de criação do COMAD.

Art. 3º - São Membros da Comissão de Eleição dos Membros não Governamentais do COMAD:

Celiana C. S. Martins
Cristiane Aparecida Leandro de Souza
Ivanir Schlemper Neves
Sueli Teresinha de Oliveira

Art. 4º - São competências da Comissão :

- a) Elaborar Edital de chamamento para a Eleição de Membros não Governamentais do COMAD;
- b) Analisar as inscrições encaminhadas;
- c) Julgar e emitir parecer quanto a eventuais pedidos de impugnações;
- d) Outras que lhes sejam delegadas pela Gestão Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DA SAÚDE

10 de Agosto de 2010.
MIRIAN HUNBEHAUN DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Portaria N.º 0477/RH

PORTARIA N.º 0477/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º.Com fundamento ao disposto no Art. 115, da Lei Complementar nº 099/2003, conceder prorrogação por 60 (sessenta) dias, a partir de 10/08/2010, para a conclusão do Inquérito Ad-

ministrativo nº 010/2010, instaurado através da Portaria nº 0337/RH de 11/06/2010, em virtude de haver necessidade de maiores esclarecimentos referentes aos caso.

Art. 2º.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul,09 de agosto de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N.º 0478/RH

PORTARIA N.º 0478/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º.Com fundamento ao disposto no Art. 106, § 2º, da Lei Complementar nº 099/2003, conceder prorrogação por 30 (trinta) dias, a partir de 10/08/2010, para a conclusão da Sindicância Administrativa nº 009/2010, instaurada através da Portaria nº 0413/RH de 12/07/2010, em atendimento ao Ofício nº 002/C.S.A./nº009/2010, devido à necessidade de maior tempo para melhor esclarecimento do fato.

Art. 2º.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de agosto de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria N° 0446/RH

PORTARIA N° 0446/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Convalidar com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Junta Médica Oficial(anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 12/07/2010 a 01/08/2010, concedida através da Portaria nº 0396/RH de 01/07/2010, a servidora municipal GORETTI SCHLICKMANN LEHMKUHL, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Agosto de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 0447/RH

PORTARIA N° 0447/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica e Junta Médica Oficial (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 02/07/2010 a 16/08/2010, a servidora municipal MARIA SALETE DA SILVA FIGUEIREDO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria Nº 0448/RH

PORTARIA Nº 0448/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 21/07/2010 a 18/10/2010, concedida através da Portaria nº 0267/RH de 03/05/2010, a servidora municipal RAINILDES GALS, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 11.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria Nº 0449/RH

PORTARIA Nº 0449/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Junta Médica Oficial (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 24/06/2010 a 04/08/2010, concedida através da Portaria nº 0316/RH de 27/05/2010, a servidora municipal ELOIR TEREZINHA DOS SANTOS SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 12, do quadro de servidores da Fundação Cultural.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração

FABIO JOCELI CARARA
Superintendente da FCRS
Tas

Portaria Nº 0450/RH

PORTARIA Nº 0450/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Junta Médica Oficial (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 16/07/2010 a 15/08/2010, concedida através da Portaria nº 0395/RH de 01/07/2010, a servidora municipal SALETE CARDOSO, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, nível 30, faixa 32.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria Nº 0451/RH

PORTARIA Nº 0451/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Junta Médica Oficial (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 11/05/2010 a 31/08/2010, a servidora municipal NELZI TEREZINHA PIETRASCK, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 12.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria Nº 0452/RH

PORTARIA Nº 0452/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 30/07/2010 a 28/08/2010, concedida através da Portaria nº 0414/RH de 12/07/2010, ao servidor municipal MAURICIO VISENTAINER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 0453/RH
PORTARIA N° 0453/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Junta Médica Oficial (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 29/04/2010 a 31/08/2010, a servidora municipal RITA DE CASSIA GUTJAHR, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviço Gerais Feminino, nível 10, faixa 11.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 0454/RH
PORTARIA N° 0454/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Junta Médica Oficial (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 25/06/2010 a 31/08/2010, concedida através da Portaria n° 0315/RH de 27/05/2010, a servidora municipal ERIVONETE COSTA LUCIO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 0455/RH
PORTARIA N° 0455/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Junta Médica Oficial (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 05/07/2010 a 30/09/2010, a servidora municipal MARIA APARECIDA DE LINO DAY, ocupante do cargo de provimento

efetivo Professor. Nível I, classe "A"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 0456/RH
PORTARIA N° 0456/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Junta Médica Oficial (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 14/07/2010 até a emissão do Ato Aposentatório, ao servidor municipal SIDNEI MERICO, ocupante do cargo de provimento efetivo Vigia, nível 20, faixa 21.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 0469/RH
PORTARIA N° 0469/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 28/07/2010 a 26/08/2010, a servidora municipal JUREMA KOEHLER HERING, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, nível 30, faixa 33.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria N° 0470/RH
PORTARIA N° 0470/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto n° 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica

Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 05/08/2010 a 03/09/2010, concedida através da Portaria nº 0422/RH de 15/07/2010, ao servidor municipal VILSON VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, nível 40, faixa 43.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Tas

Portaria Nº 0475/RH

PORTARIA Nº 0475/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º. Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Dilza Broering, matrícula 5800/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "B".

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de julho de 2010, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria Nº 0476/RH

PORTARIA Nº 0476/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º. Com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004, conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho, conhecimento e qualificação à servidora Janaína da Silva, matrícula 24325/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "B".

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, serão devidos a partir de agosto de 2010, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Agosto de 2010

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria Nº 0479/RH

PORTARIA Nº 0479/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar nº. 159/2006, conceder Promoção Funcional, sem mudança de área, mediante apresentação de certificado de curso de Pós-Graduação "Lato Sensu", Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, (Protocolo nº. 121619/2010), à servidora municipal DILZA APARECIDA LEITE DAROLT, matrícula nº 1015/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "B", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", a partir de 08/07/2010, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Agosto de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Edital de Alteração do Pregão Presencial 086/2010 EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. Milton Hobus, comunicam aos interessados que ficam alterados as redações dos itens 1.2 - ENTREGA DOS ENVELOPES e 2 - OBJETO do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2010, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

1.2 - ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 27/08/2010, às 08h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30h do dia 27/08/2010.

2 - OBJETO

2.1 - Este edital refere-se à aquisição de 02 (duas) motocicletas novas para a Guarda Municipal, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:

Item	Quant.	Unid.	Especificações
01	2	Un.	Motocicletas novas, zero km. Com as seguintes características mínimas: ano/modelo 2010/2010, de fabricação nacional, motor a gasolina, 4 tempos, 250 cilindradas, 02 passageiros, monocilindro, ON/OFF ROAD, partida elétrica, na cor branca

Rio do Sul, 13 de agosto de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Edital de Contribuição de Melhoria nº 0016/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Administração 2009 - 2012

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 0016/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, na(o) RUA AMBROSIO SIMIONE, Bairro SANTA RITA, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores lindeiro aderentes e não aderentes da referida rua decorrente a pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da(o) RUA AMBROSIO SIMIONE tem extensão de 443,40 metros e área a ser pavimentada de 3.596,27 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 A pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua de acordo com o projeto, com tubos de concreto de 30 e 40 cm de diâmetro, assentados sobre brita e rejuntados com argamassa. A vala será preenchida com material proveniente da escavação de jazida, devendo ser compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras, dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico.

2.2 A sub-base será de rachão com 15,00 cm de espessura, e a base em camada única de 15,00 cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído CM 30, precede-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura de 5 cm sobre a área de 3.596,27 m². A colocação dos meio-fios em concreto numa extensão de 443,40m.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 3.596,27 m² referidos neste edital é de R\$ 316.897,13 (trezentos e dezesseis mil oitocentos e noventa e sete reais e treze centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 62,80 (sessenta e dois reais e oitenta centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

AUGUSTO ROBERTO SCHLEMPER	17015.1	35,00	140,00	8.792,00
ELIZABETE HAEINZ	17020.8	5,26	21,04	1.321,31

Proprietário	Cadastro	Testada	Área Pav.	Valor R\$
AUGUSTO ROBERTO SCHLEMPER	17015.1	35,00	140,00	8792

ELIZABETE HAEINZ	17020.8	5,26	21,04	1.321,31
EVAIR SACANI	17023.2	198,96	795,84	49.978,75
GENECIR PONTEL SASSE	17019.4	37,00	148,00	9.294,40
GERAÇÃO MODERNA IND. E COM. CONF LTDA ME	41801.1	30,00	120,00	7.536,00
GILBERTO JOSE DA SILVA	37340.0	29,95	119,80	7.523,44
JANIO DORINI	36070.8	37,31	149,24	9.372,27
JOEL MACHADO DA SILVA	41800.1	30,00	120,00	7.536,00
ODIR RUBIN BUTZKE	17025.9	61,18	244,72	15.368,42
PATRICIA ANDREIA EYNG DOLZAN	41799.1	187,86	751,44	47.190,43
QUENTELAR IND DE AQUECEDORES LTDA ME	17024.0	100,25	401,00	25.182,80
THIAGO PAMPLONA NECKEL	41802.1	35,00	140,00	8.792,00
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				119.009,31
TOTAL GERAL				
=====>		787,77	3.151,08	316.897,13

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 15 de julho de 2010.

JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO

Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI

Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Edital de Eleição 01/2010 CMS

Edital Nº 001/2010/CMS

Abre Inscrições e Baixa Normas para a Eleição de Novos Membros do Conselho Municipal de Saúde de Rio do Sul, com base na Lei Municipal nº 4.020 de 19 de Fevereiro de 2004.

1 - DAS INSCRIÇÕES E PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Período de inscrição de 05/04/2010 a 14/04/2010

Local: Secretaria Municipal de Saúde

Endereço: Rua Tuiuti, 154, Centro - Rio do Sul - SC

Horário: 7h30min às 13h

Publicação do resultado das inscrições em 19/04/2010 - Mural Oficial - Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Período de Impugnações das Inscrições 22/04/2010 a 23/04/2010

Homologações das inscrições em 27/04/2010

2 - DA COMISSÃO ELEITORAL

A Comissão de Eleição é composta de quatro conselheiros indicados pela plenária do Conselho Municipal de Saúde

a - Os membros da Comissão elegerão entre si o Presidente da



Comissão.

b - A Comissão deverá acompanhar o processo eleitoral e julgar impugnações e recursos, podendo para tanto assessorar-se de profissional técnico, se necessário for ou achar conveniente.

3 - DAS VAGAS

I - Dos Trabalhadores do Setor:

a) Quatro representantes indicados por suas categorias.

III - Das Organizações dos Usuários:

a) Oito representantes indicados por Organizações não Governamentais legalmente constituídas e com atuação no âmbito do município, que atuem na defesa dos interesses da população e ou de classes representativas.

III - Dos Prestadores de Serviços:

a) Dois representantes, indicados por Organizações que prestem serviços para o Sistema Único de Saúde - SUS.

- Cada Instituição poderá indicar um candidato a membro Titular e um a Membro Suplente.

4 - DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA NO ATO DA INSCRIÇÃO

a) Ofício da Entidade indicando os seus Candidatos;

b) Atestado de Funcionamento;

c) Descrição sumária da atividade princípio da Instituição;

d) Considera-se prestador de serviço, aquele que estiver efetivamente contratado e atendendo aos usuários do SUS.

5 - DOS DELEGADOS

Cada Instituição deverá encaminhar ofício dirigido para o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, indicando seu delegado e o seu suplente de delegado, para manifestar a intenção de voto no dia e horário identificado neste Edital.

Cada representante, no ato de votação poderá manifestar sua vontade de voto para o número de candidatos de acordo com as vagas existentes para o segmento ao qual pertence.

a) - Oito votos para o segmento dos usuários;

b) - Quatro votos para o segmento dos profissionais com atuação na área da saúde

c) - dois votos para o segmento dos representantes dos prestadores de serviços.

(em cédula única por segmento) devidamente rubricada por um dos membros da Comissão de Eleição.

6 - DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA

a) Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos entre seus pares.

b) O critério de desempate é o de maior idade do Candidato Titular.

7 - DA ELEIÇÃO

a) A eleição será realizada no dia 06 de maio de 2010, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Tuiuti, 154, Centro - Rio do Sul - SC.

b) O Horário estabelecido para a votação compreende 9h às 16h.

c) O Ministério Público será cientificado de todo o Processo.

8 - DOS RESULTADOS

a) O resultado será divulgado no dia 10 de maio de 2010, no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sendo que os candidatos que se sentirem prejudicados terão um prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar recurso.

b) Os novos membros do Conselho Municipal de Saúde serão nomeados por Decreto do Gabinete do Prefeito Municipal.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A lista dos eleitos será fixada no mural Oficial da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, decorrido o prazo de recurso.

b) O Eleito que não assumir sua vaga na 1ª Reunião para a qual for convocada pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou dela desistir será substituído pelo candidato que se encontra na situação de suplente, de acordo com o processo de votação.

c) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral e homologados pelo seu Presidente, através de Resolução.

Rio do Sul, março de 2010.

LUIS EDUARDO MENDES ZANIS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rio do Sul

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 276/2010

DECRETO Nº 276/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 12/08/2010 a servidora pública municipal Solange Detofol, ocupante do cargo de Controladora Interna, matrícula nº 951/2 lotada na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 12 de Agosto de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

SIMONE TONELLO

Assistente Administrativo

Matricula nº 952/0

Convênio Nº 003/2010

CONVÊNIO Nº 003/2010

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E A CASA FAMILIAR RURAL DE MODELO-SC

O município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica, de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob número 01.612.847/0001-90, com sede administrativa na Av. Tancredo Neves, 337, e de outro lado a CFR- casa Familiar Rural de Modelo, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa própria, localizada na linha Salete, Modelo - SC, inscrita no CGC sob nº 01.411.151/0001-03, neste ato representado por seu presidente Srº Evandro Luis Dallagnol, doravante denominado CFR, resolvem de comum acordo celebrar o presente termo de convênio, de acordo com as disposições legais.



CLÁUSULA PRIMEIRA-DO OBJETO

O presente convênio tem como objetivo a transferência de recursos para manutenção das atividades da CFR e o estabelecimento de ações básicas de Cooperação Técnico Financeira em regime de parceria entre a CFR e o Município de Santa Terezinha do Progresso, para o regular funcionamento e desenvolvimento do programa e dos objetivos da CFR. O convênio consiste na aquisição de 50% (cinquenta por cento) de 03 (três) vagas para o ensino médio profissionalizante;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Para a execução do presente convênio o município de Santa Terezinha do Progresso - SC, transferirá em quatro parcelas mensais à CFR, a partir do mês de Setembro de 2010, o valor de R\$ 175,00 por aluno do Ensino Médio Profissionalizante (Técnico em Zootecnia). Totalizando o valor de R\$ 2.100,00 (Dois Mil e Cem Reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O município efetuará os repasses dos recursos de que trata a Cláusula Segunda à CFR, até o dia 10 de cada mês subsequente ao do vencimento.

Os recursos serão repassados, através de depósito bancário, na conta corrente da associação da Casa Familiar de Modelo.

As despesas decorrentes do presente convênio correrão a conta da dotação orçamentária própria do orçamento do exercício de 2010, conforme segue:

04.00 Secretaria de Educação

04.01 Departamento de Educação

123630018.2.0.19000 - Apoio ao Ensino Médio

3350.00.0000 - Transferências a ~Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

O presente Convênio terá vigência pelo prazo de 05 (cinco) meses, com início a partir de 12 de Agosto de 2010, podendo ser prorrogado por mediante Termo Aditivo competente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O município obriga-se a:

- Repassar mensalmente, nas datas fixadas, o valor estabelecido no convênio;
- Indicar um servidor municipal para participar do Conselho Fiscal da CFR;
- Acompanhar, analisar e emitir parecer, quando necessário, das prestações de contas e atividades da CFR;
- Efetuar através da Secretaria Municipal da Agricultura: as matrículas e definir o número de alunos para freqüentar a CFR; manter intercâmbio com os técnicos e atividades em prol do desenvolvimento do programa;
- Solicitar os relatórios devidos pela CFR e pelos alunos, conforme estabelecido na cláusula Sexta;
- Propiciar condições de boa parceira com a CFR;
- Promover política que favoreça o desenvolvimento das atividades da CFR em parceria com as metas da secretaria Municipal da Agricultura do Município;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CFR

A CFR obriga-se a:

- Promover o desenvolvimento das atividades conforme determinações legais e técnicas da CFR;
- Alocar recursos, contratar pessoal técnico e dispor de todas as condições para o bom funcionamento da CFR;
- Aplicar e prestar contas dos recursos recebidos, até 30 dias após o recebimento dos recursos, de conformidade com as normas legais e orientação do setor contábil do município;
- Constar do Conselho Fiscal da Associação da CFR, um servidor do Município, indicado pelo Executivo Municipal;
- Prestar contas trimestralmente ao Município, juntamente com o conselho Fiscal, contendo o seguinte:

- 1 - Controle do Livro Ponto;
- 2 - Controle do veículo a disposição da CFR, contendo gastos, controle de quilometragem e outros necessários;
- 3 - Relatório referente aplicação dos recursos, informando os valores recebidos no período, do Município e de outras entidades conveniadas a especificar de forma objetiva e sintetizada a aplicação dos recursos;
- 4 - Relatório das atividades desenvolvidas pela CFR, no período, de forma objetiva, progressos alcançados pelo programa, número de alunos e outros de interesse da CFR e do Município e por ele solicitado.
- Efetuar as matrículas dos alunos para a CFR, através/em parceria com a Secretaria da Agricultura do Município, observados os critérios estabelecidos com referência a tempo de residência, número de alunos, documentos e outros estabelecidos pelo município;
- Permitir a fiscalização e acompanhamento do município nas atividades da CFR;
- Promover a participação dos alunos em forma de contribuição, com alimentos (o que é produzido por eles) para a alimentação na CFR. A CFR estabelecerá com os alunos a respectiva forma a ser desenvolvida para o atendimento deste objetivo;
- Propiciar condições de boa parceria com o Município;
- Encaminhar ao Município, na assinatura do convênio, o plano de trabalho anual da CFR;
- Solicitar anualmente, dos alunos da CFR, antes do encerramento do ano letivo, relatório das atividades desenvolvidas pelos alunos com a orientação da CFR, em sua propriedade e encaminhado uma cópia para o município;
- A CFR definirá a metodologia do relatório.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O Município e a CFR, por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, poderão, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, por escrito, rescindir o presente convênio, por interesse ou por inadimplência de qualquer das cláusulas estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente convênio pelo Município estão consignadas em dotação própria do orçamento vigente e subsequentes.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo, as convenientes, em comum acordo, poderão modificar adicionar, prorrogar o tempo de vigência, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As despesas Administrativas de água, luz e telefone, são de responsabilidade da CFR, devendo as faturas estar em seu nome, podendo ser utilizados os recursos transferidos para pagamento das referidas despesas. Fica permitido o uso das instalações físicas para o funcionamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o Fórum da Comarca de Campo Erê - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 04 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Santa Terezinha do Progresso-SC, 12 de Agosto de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

EVANDRO DALLAGNOL
PRESIDENTE DA CFR

TESTEMUNHAS:

Iva Adriana Schlosser Segueto
CPF: 028.045.989-00

Gesiane Maria Secco
CPF: 021.258.669-60

Edital de Chamamento N. 015/2010

EDITAL DE CHAMAMENTO N. 015/2010

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, no uso das atribuições do seu cargo, Especialmente nos termos da Lei Orgânica do Município e do Edital de Concurso Público N. 001/2010, torna publico à Sra. GABRIELA CARLA CELLA, que se encontra aberta a Vaga de ASSISTENTE SOCIAL, para contratação em Caráter efetivo, regendo-se pelas normas do Edital de Concurso Público n.001/2010, modalidade Emprego Público homologado pelo Decreto 251/2010 de 15 de Julho de 2010.

CAPITULO ÚNICO

I.A vaga destina-se ao cargo/função de Assistente Social, 40 horas semanais, devendo ser preenchida por candidato classificado no Concurso Publico n.001/2010, modalidade emprego público.

II.Estipula-se o prazo de 15 dias, a partir da publicação deste para o comparecimento da pessoa antes mencionada.

III.O não comparecimento da pessoa convocada autoriza o Município de Santa Terezinha do Progresso a contratar o próximo classificado no referido Concurso Público; e caso não compareça nenhum dos classificados o Município está autorizado a realizar novo chamamento.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso, em 12 de Agosto de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

Edital de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 003/2009

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 48, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR N° 101/2000 DE 04/05/2000 - REFERENTE À ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial ao disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal n° 101/2000 de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - e Lei Municipal n° 322/2001 de 14/05/2001, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os Municípios que, no dia 19 de agosto de 2010, às 14:00 horas, nas dependências do Câmara de Vereadores, será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA, como instrumento de transparência da gestão fiscal do Município, em atendimento as disposições legais, discutir a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2011 e a Lei Orçamentária anual para o exercício de 2011.

Maiores informações sobre a Audiência Pública e os instrumentos de planejamento, objeto desta convocação, poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em horário normal de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 12 de agosto de 2010.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Termo Aditivo Ata do Processo 111/2009

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 111/2009, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 57/2009

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório n° 111/2009, Modalidade Pregão Presencial n° 57/2009, expedida pela Controladoria Geral do Município, para que se faça o acréscimo de 10% (dez por cento) ao valor total referente ao item de número 09 (nove), do Processo supracitado, em razão da aquisição de equipamentos de informática para uso da Controladoria Geral do Município.

CONSIDERANDO que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este termo aditivo respeita esta condição;

Fica aditado o objeto do Processo Licitatório n° 111/2009, Modalidade Pregão Presencial n° 57/2009, que trata da AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA P/ AMPLIAÇÃO DO DATA CENTER DAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAL E IMPLANTAÇÃO DA "CIDADE DIGITAL", ficando aditado o seguinte item:

Contratada: FRANCIELI DELA GIUSTINA ME;

Item	Produto	Un. Medida	Quant.	Vr. Unit.	Total em R\$
09	THIN CLIENT - - - TERMINAL MODULAR, PROTOCOLOS INTEGRADOS CITRIX ICA E RDP PADRÃO RECURSOS DO FIRMWARE: ICA E RDP, NFUSE LITE CLIENT RESIDENTE COM ARQUITETURA STATELESS	UND	02	880,00	1.760,00

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 1.760,00 (mil setecentos e sessenta reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de agosto de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal
Representante

FRANCIELI DELA GIUSTINA ME

Francieli Dela Giustina
Legal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 288/2010

DECRETO n.º 288/2010

Concede Licença para tratamento de saúde ao funcionário RAULINO KNISS ocupante do Cargo de Coordenador de Obras.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 96, da Lei Complementar 05/97,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao funcionário RAULINO KNISS, pelo período de 10/08/2010 a 08/10/2010, sendo que nesta data, realizar-se-á a perícia médica pelo Instituto Nacional de Previdência social.

Art. 2.º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de agosto de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Aviso de Licitação Avisa da abertura do Processo n°38/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo n°38/2010 MODALIDADE: Pregão Presencial.

OBJETO:

1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de Peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas da MOTONIVELADORA CAT 120H, da frota de veículos da Secretaria de Transportes e Obras da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no anexo I deste Edital

TIPO: Menor Preço Global. DATA DE ABERTURA: 30/08/2010 às 09:30h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08:00 às 17:00h, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 13/08/2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Contrato de Prestação de Serviço N.º 094/2010

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 094/2010

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 08.971.900/0001-98, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITO

TURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob n.º. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de cinco horas de som volante, para divulgação da campanha da 2ª dose de vacina contra paralisia infantil, a ser realizada no dia 14 de agosto, no período das 8:00 às 17:00 horas junto as Unidades de Saúde do município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 12/08/2010, no período das 13:00 as 18:00 horas.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de agosto de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN NENEM SOM

Prefeito Municipal Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 095/2010

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 095/2010

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JOSÉ SERGIO FLORES, inscrito no CPF sob n.º. 033.622.039-14, Pis/Pasep: 134.93966.72-4, residente a Rua José Matias Junkes, s/nº., São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto o entalhe de duas placas de madeira, para a divulgação e indicação de atrativo turístico do



município de São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato é de 13/08/2010 a 20/08/2010.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de agosto de 2010.

Município de São Pedro de Alcântara

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

JOSÉ SERGIO FLORES
Contratado

Processo Seletivo Simplificado para o Ano de 2010

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O ANO DE 2010
EDITAL n.º 002/2010

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 209, da Lei Complementar n.º 05/1997, faz saber que de 16 de agosto a 20 de agosto de 2010 estarão abertas às inscrições para o PRO-CESSO SELETIVO CLASSIFICATÓRIO DESTINADO A CRIAÇÃO DE CADASTRO RESERVA (ocupação de vagas que venham surgir no decorrer do ano de 2010) DE CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT'S. As vagas destinadas a cadastro reserva são para atuação nas áreas da Saúde e Administração, conforme quadro demonstrativo abaixo:

1 - CARGOS, ESCOLARIDADE, SALÁRIO BASE E CARGA HORÁRIA:
1.1 - O Processo Seletivo destina-se ao provimento de cadastro reserva para o ano de 2010 nas seguintes funções:

Cargo	Escolaridade Mínima Exigida	Salário Base (R\$)	Carga Horária
Agente Comunitário de Saúde – PSF	Ensino Fundamental e comprovar residência na área da inscrição. Residir na área da comunidade em que pre-tende atuar. Área 02 Micro-Área 04	R\$ 535,50	40 horas

Médico Clínico Geral	Curso Superior Completo em Medicina com registro no CRM	R\$ 2.658,45 + Gratificação de R\$ 787,50	20 horas
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental (até 4ª. Série).	R\$ 535,50	40 horas

2 - DAS VAGAS:

2.1 - O provimento das vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados. A APROVAÇÃO NÃO GARANTE A CONTRATAÇÃO, MAS SIM A CLASSIFICAÇÃO PARA CHAMADA A OCUPAÇÃO DE CARGO E CONSEQUENTE CONTRATAÇÃO QUANDO DA NECESSIDADE DO PREENCHIMENTO DA VAGA, que se dará a título discricionário do Executivo Municipal, obedecidas à legalidade, conveniência e oportunidade pública.

2.2 - Este processo seletivo destina-se ao preenchimento das vagas que abrirão durante o período de validade do presente processo seletivo.

2.3 - O prazo de validade deste processo seletivo será do dia 16/08/2010 ao dia 30/12/2010, podendo ser prorrogado por igual período.

2.4 - Os contratos serão celebrados de acordo com o art. 209, § 2.º, da Lei Complementar n.º 05, de 16 de maio de 1997.

2.5 - Os contratos serão rescindidos nos seguintes casos:

2.5.1 - prática de falta grave, de acordo com a Lei Complementar n.º 05/1997, apurada documentalmente;

2.5.2 - insuficiência de desempenho das funções;

2.5.3 - extinção do cargo ou ocupação por concursado legalmente empossado;

2.5.4 - acumulação ilegal de cargos, empregos ou função pública.

3- DA PROVA ESCRITA:

3.1- A Realização das Provas obedecerá aos seguintes critérios:

3.1.1- A Prova escrita será realizada no dia 28 de agosto de 2010, com início às 14:00h., nas dependências da Escola DR. Adalberto Tolentino de Carvalho.

3.1.1.1- A prova terá a duração máxima de 3:00h. (três horas), sendo que o candidato somente poderá sair da sala de provas depois de 30m. (trinta minutos) do início da prova.

3.1.2- Não haverá provas fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes.

3.1.3- O Gabarito Oficial das provas será publicado a partir das 08:00h. (oito horas) do dia útil posterior à realização das provas.

3.1.4- Desde já ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 45 (quarenta e cinco) minutos ao local das provas, munidas, obrigatoriamente, de caneta esferográfica azul ou preta.

3.1.5- O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar, no original, o documento de identidade que originou a inscrição.

3.1.6- Não será admitido às provas o candidato que se apresentar após o horário estabelecido.

3.1.7- Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. O não comparecimento à prova, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-2010.

3.1.8- No recinto e durante a realização da prova não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os

candidatos, nem a utilização de equipamentos de rádio tipo "walk-man" ou similar, uso de telefone celular, máquina calculadora ou qualquer outro aparelho eletrônico ou similar, livros, códigos, manuais impressos ou quaisquer anotações ou folhas de rascunho.

3.2- O caderno de questões é o espaço pelo qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO na GRADE DE RESPOSTAS.

3.3- Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na GRADE DE RESPOSTAS, estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada; que contiver mais de uma alternativa assinalada; e/ou que contiver qualquer tipo de emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

3.4- Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las. A interpretação das questões, bem como das instruções, fará parte da prova.

3.5- O candidato deverá preencher a GRADE DE RESPOSTAS cobrindo inteiramente, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à alternativa escolhida. A GRADE DE RESPOSTAS será o único documento válido para efeito de correção da prova, que deverá ser devolvido obrigatoriamente ao final da prova, devendo a mesma ser colocada dentro do envelope que se encontra sobre a mesa.

3.6- Em nenhuma hipótese haverá substituição da GRADE DE RESPOSTAS por erro do candidato.

3.7- Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco.

3.8- O candidato, ao terminar a prova objetiva, entregará ao fiscal a Folha de Respostas Definitiva e o Caderno de Questões, ficando em seu poder exclusivamente a Folha de Respostas Intermediária para fins de verificação do gabarito.

3.9- Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de assinarem o lacre do envelope das provas, juntamente com os fiscais, na coordenação do processo seletivo.

3.10- Será excluído do Concurso o candidato que:

3.10.1- Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes.

3.10.2- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como utilizando livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos.

3.10.3- Ausentar-se do recinto da prova, durante a realização desta, sem o acompanhamento do fiscal.

3.10.4- Usar telefone celular nas dependências dos locais das provas, ou qualquer outro meio de comunicação eletrônico ou afim.

3.10.5- Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos.

3.10.6- Permanecer no local das provas após a conclusão e entrega da sua prova.

3.11- Para todos os cargos haverá Prova Escrita e Prova de Títulos e a classificação dar-se-á exclusivamente através da prova de

títulos.

3.12- A nota final será calculada de seguinte maneira:

3.12.1- Prova Escrita: Peso 7 (sete);

3.12.2- Prova de Títulos: Peso 3 (três).

3.12.3- O candidato que obtiver nota zero na prova escrita será automaticamente desclassificado.

3.13- O Resultado Final será a soma das notas, que utilizará a seguinte regra matemática:

$$NPE \times 0,7 + NPT \times 0,3 = NF$$

Onde:

NPE= Nota da Prova Escrita

NPT= Nota da Prova de Títulos

NF= Nota Final

3.14- Em caso de empate, terá preferência o candidato de maior idade; persistindo o empate, o que obtiver a maior nota na prova de Língua Portuguesa.

3.15- As provas escritas, de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, valendo cada uma das questões 0,4 (zero vírgula quatro décimos) pontos, e abrangerão as seguintes disciplinas:

3.15.1- Língua Portuguesa - 10 (dez) questões.

3.15.2- Matemática - 05 (cinco) questões.

3.15.3- Conhecimentos Gerais - 05 (cinco) questões.

3.15.4- Conhecimentos Específicos da Profissão (legislação aplicada ao cargo) 05 (cinco) questões.

3.16- Os conteúdos programáticos estão no anexo I, parte integrante deste Edital.

3.17- Para os cargos em que a exigência de escolaridade mínima seja de "ensino fundamental", a prova escrita terá 20 (vinte) questões de múltipla escolha, valendo cada uma das questões 0,5 (zero vírgula cinco décimos) pontos, e abrangerão as seguintes disciplinas:

3.17.1- Língua Portuguesa - 10 (dez) questões.

3.17.2- Matemática - 05 (cinco) questões.

3.17.3- Conhecimentos Gerais - 05 (cinco) questões.

4- DA PROVA DE TÍTULOS:

4.1- A coleta de documentação para a Prova de Títulos - análise curricular - será realizada no ato da inscrição.

4.2- Os títulos serão contados segundo os seguintes critérios:

4.2.1- Nível Fundamental:

CRITÉRIOS TÍTULOS PONTUAÇÃO MÁXIMA

Cré debates	Títulos	Pontuação Máxima
-------------	---------	------------------

Experiência profissional na área de atuação	Para cada mês de serviço	1,00
---	--------------------------	------

4.2.2- Nível Superior:

CRITÉRIOS TÍTULOS PONTUAÇÃO MÁXIMA

Critérios	Títulos	Pontuação Máxima
Experiência profissional na área de atuação	Para cada mês de serviço	1,00
Pós-Graduação <i>latu sensu</i>		3,00
Mestrado		4,00
Doutorado		5,00

4.2.4- A prova de títulos será calculada da seguinte maneira:

4.2.4.1- Pontuação dos títulos vezes 3 dividido pelo maior número de pontos da sua área de inscrição.

PT = Pontuação de Títulos

> NPA = Maior número de pontos da sua área de inscrição

3 = Peso da prova de títulos

PT x 3

NPA

5- DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1- Os candidatos serão classificados por emprego - função - nível, em ordem decrescente da média aritmética obtida pelo número de acertos do Resultado Final, conforme descrito no item 3.13 supra.

5.2- A média será expressa com 2 (duas) casas decimais.

3 - DOS PRÉ-REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

3.1 - São requisitos mínimos para a contratação:

3.1.1 - ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica;

3.1.2 - ter idade mínima de 18 anos;

3.1.3 - estar quite com as obrigações eleitorais;

3.1.4 - estar quite e liberado do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;

3.1.5 - possuir documento oficial de identidade com fotografia;

3.1.6 - possuir Cadastro de Pessoa Física - CPF;

3.1.7 - possuir a escolaridade e a habilitação legal mínima exigidas para o exercício da função pre-tendida;

3.1.8 - não estar em exercício de cargo público, de acordo com o previsto nos incisos XVI e XVII, do art. 37, da Constituição Federal;

3.1.9 - não estar em débito com a Fazenda Pública Municipal;

3.1.10 - ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada mediante atestado fornecido por médico oficial da Instituição.

3.2 - Os requisitos acima deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado, quando da convocação para a contratação, sob pena de desclassificação automática, não cabendo recurso.

4 - LOCAL E HORÁRIO DE INSCRIÇÕES:

4.1 - As inscrições, que serão exclusivamente presenciais, serão recebidas entre os dias 16 de agosto a 20 de agosto de 2010, no período das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, na Secretaria Municipal de Administração (Setor de Pessoal), localizada a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, neste Município.

4.2 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.3. - Não haverá cobrança de taxa de inscrição pela instituição pública municipal.

5 - CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:

5.1 - As inscrições deverão ser feitas no período, local e hora, determinado no item 4.1, e instruídas com a seguinte documentação:

5.1.1 - ficha de inscrição devidamente preenchida (disponível no local estabelecido);

5.1.2 - comprovante de estar com 18 anos completos, ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas do artigo 12 da Constituição Federal;

5.1.3 - fotocópia da identidade, ou documento oficial com fotografia;

5.1.4 - carteira de trabalho/Pis-Pasep;

5.1.5 - título de eleitor e comprovante da quitação eleitoral;

5.1.6 - comprovante de residência;

5.1.7 - certidão de tempo de serviço, expresso em ano, mês e dias, na área afim, assinado e carimbado pelo órgão competente;

5.1.8 - certidão de casamento;

5.1.09 - certidão nascimento dos filhos (menores de 14 anos);

5.1.10 - cadastro de pessoa física (CPF);

5.1.11 - diploma de escolaridade de acordo com a área que pretende atuar, devidamente registrado no órgão competente;

5.1.12 - procuração simples e com firma reconhecida, anexa ao requerimento, caso a inscrição seja feita por terceiros.

5.2 - O candidato poderá efetuar uma única inscrição.

5.3 - A inscrição somente será realizada mediante a apresentação de todos os documentos solicitados em fotocópia autêntica ou em fotocópia simples acompanhada dos originais, para conferência e autenticidade no ato da inscrição.

6 - PUBLICAÇÃO DO RESULTADO E PRAZO PARA RECURSOS:

6.1 - O resultado final do processo seletivo será divulgado no mural da Prefeitura e no site oficial (www.pmspa.sc.gov.br), a partir de 30 de agosto de 2010.

6.2 - Os recursos serão aceitos no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da publicação do resultado do processo seletivo.

6.2.1 - Somente serão aceitos recursos por escrito, constando nome, número de inscrição do candidato e cargo pretendido.

6.2.2 - O recurso deverá ser protocolizado dentro do prazo estipulado no item 6.2, sendo o local para entrega na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - São Pedro de Alcântara. Deverá ser direcionado à Comissão organizadora, que se manifestará no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento.

6.2.3 - Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile (fax), Correios, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

6.2.4 - As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio do site da Prefeitura www.pmspa.sc.gov.br, e ficarão disponibilizadas pelo prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de sua divulgação no mural e Recursos Humanos.

6.3 - Na classificação final, onde houver empate entre candidatos serão empregados os seguintes critérios de desempate:

6.3.1 - candidato mais idoso;

6.3.2 - candidato com maior número de filhos.

7 - DA CONVOCAÇÃO:

7.1 - Ocorrendo à vaga e havendo a necessidade, conforme item 2 e seguintes deste edital, o candidato será convocado mediante Ofício e terá o prazo máximo e improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas para apresentação da documentação exigida neste edital.

7.1.1 - caso o candidato não entregue a documentação dentro do prazo ou a entregue em desconformidade as exigências deste edital, perderá automaticamente a vaga, salvo se apresentar requerimento por escrito justificando o motivo da não entrega, sendo o pedido avaliado pela Comissão Organizadora num prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.2 - O candidato que não desejar assumir a vaga de imediato deverá, mediante requerimento próprio, solicitar passar para o final da lista de aprovados, observando sempre a ordem de classificação, tempo de validade do processo e necessidade de contratação.

7.3 - O candidato que não assumir a vaga, quando chamado pela segunda vez, será eliminado da lista classificatória.

8 - DO PROCESSO SELETIVO:

8.1 - O processo seletivo far-se-á mediante a avaliação da contagem de títulos e prova na qual se-rão atribuídas pontuações de caráter classificatório.

8.2 - Para contagem de títulos, o candidato deverá apresentar certidão de tempo de serviço, na área afim, considerado até a data de 30 de julho de 2010.

8.2.1 - Não será contado tempo de serviço duplicado, ou seja, o candidato que presta serviço con-comitante em dois ou mais locais de trabalho somente terá computado como título um vínculo para cada período.

9 - PROVA DE TÍTULOS:

9.1 - Nível Fundamental:

CRITÉRIOS	TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Experiência profissional na área de atuação	Para cada mês de serviço	1,00

9.2 - Nível Superior:

Critérios	Títulos	Pontuação Máxima
Experiência profissional na área de atuação	Para cada mês de serviço	1,00
Pós-Graduação <i>latu sensu</i>		3,00
Mestrado		4,00
Doutorado		5,00

10 - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS E FINAIS:

10.1 - Será anulada sumariamente a inscrição, e todos os atos dela decorrentes se verificada, a qualquer momento, a inobservância a quaisquer das exigências desse edital pelo candidato.

10.2 - O edital do processo seletivo, na íntegra, estará afixado no local de inscrição, no site oficial (www.pmspa.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

10.3 - O candidato que tiver alteração de dados, endereço e/ou telefone, deverá comunicar a Secretaria Municipal da Administração / Setor Pessoal, sob pena de se não for encontrado no endereço e/ou telefones fornecidos, ser considerado desistente.

10.3.1 - A tentativa de localização do candidato será efetivada por duas vezes, em dias úteis alter-nados e consecutivos;

10.3.2 - Em não sendo localizado o candidato nas duas tentativas descritas acima, tal informação será registrada na respectiva ficha de inscrição e o candidato será alocado ao final da lista sendo, então, chamado o próximo na classificação;

10.3.3 - Se numa segunda tentativa de chamada ante o andamento normal da lista classificatória, o mesmo candidato não responder, novamente, as duas tentativas, será ele definitivamente excluído da lista classificatória.

10.4 - As informações prestadas são de inteira responsabilidade do candidato; O candidato que apresentar declaração ou documento falso terá sua inscrição cancelada, e anulados todos os atos dela decorrentes.

10.5 - O candidato que tiver nível superior e estiver concorrendo a uma vaga de nível fundamental ou médio não levará vantagem na pontuação, devendo enquadrar-se nos critérios de provas de títulos específicos para o nível escolhido.

10.6 - O ingresso por meio deste processo seletivo não gera, sob qualquer hipótese, direito a esta-bilidade no emprego, sendo o

cargo de livre nomeação e exoneração.

10.7 - Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela comissão organizadora.

10.8 - Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de agosto de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

ANEXO I

CONHECIMENTOS GERAIS:

1- CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL:

1.1- LÍNGUA PORTUGUESA (10 questões): Leitura e Interpretação de texto. Acentuação gráfica. Ortografia. Substantivo, adjetivo, verbo e sinais de pontuação. Pronomes: emprego, colocação e formas de tratamento. Sinônimos e Antônimos.

1.2- MATEMÁTICA (5 questões): Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais; Expressões numéricas com números naturais; Potenciação de números naturais; Divisibilidade: divi-sores e múltiplos de números naturais; Decomposição de um número natural em fatores primos; Máximo Divisor Comum; Mínimo Múltiplo Comum; Os números e o sistema decimal de medidas; Números racionais: ordinários e decimais - operações.

1.3- CONHECIMENTOS GERAIS (5 questões): Histórico Municipal (aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município). História e colonização do Município de São Pedro de Alcântara/SC.

2- CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR

2.1- LÍNGUA PORTUGUESA (10 questões): Interpretação de texto. Fonética (acentuação tônica e gráfica). Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Semântica: Significação das palavras no contexto. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas, monossímia e polissemia. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Pontuação gráfica. Vícios de linguagem. Redação Oficial. Literatura Nacional.

2.2- MATEMÁTICA (5 questões): Números inteiros, racionais (fracionários e decimais) e reais: operações e propriedades. Números e grandezas proporcionais; razões e proporções, divisão proporcional, regras de três simples e composta. Porcentagem, juros simples e compostos. Sistemas de medida: área, volume, massa, capacidade, tempo, sistema monetário brasileiro. Funções algébricas.

Equações e inequações: de 1º e 2º graus, problemas.

2.3- CONHECIMENTOS GERAIS (5 questões): Brasil: localização, área, Estados e capitais, população, limites, economia, síntese histórica (ocupação territorial, processo de independência, primeiro Império, período regencial, segundo Império, período republicano). Atualidades: questão ambiental, problemas sociais, situação econômica atual, Mercosul. Histórico Municipal (aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município). História e colonização do Município de São Pedro de Alcântara/SC.

2.4 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LEGISLAÇÃO APLICADA À PROFISSÃO (5 questões)



Nome Do Cargo	Conhecimentos Programáticos Específi-Cos
Médico Clínico Geral	Constituição Federal: Artigos 5.º, 6.º, 7.º, 29, 29ª, 30, 31, 37, 38 e 39. Resolução CFM n.º 1.246/1988 (Código de Ética): Capítulos I, II, III, IV e V.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 agosto de 2010.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Esclarecimento Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 67/2010-PMS

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 67/2010-PMS
PROCESSO Nº. 135/2010-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ESCLARECIMENTO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 67/2010-PMS

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados do Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 67/2010-PMS - Processo nº 135/2010 - PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de larvicida para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), ao longo de 12 meses, esclarece que na descrição do objeto do edital que traz a indicação do "prazo de validade mínima 18 meses", conta-se 18 meses a partir da data da entrega do produto.

Schroeder, 12 de agosto de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº. 160/2010-PMS

Extrato de Contrato nº. 160/2010-PMS
Dispensa de Licitação nº. 38/2010-PMS - Processo nº. 139/2010-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.198.164/0001-60, estabelecida na Avenida Rio Branco, nº. 1489, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01205-905.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de prestadora de seguro para Ônibus escolar, ano de fabricação 1998, placa IHI2544, Mercedes, tipo do chassi OH 1621 L, Chassi 9BM382069WB156643, carroceria modelo Svelto, marca Comil, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no período de 12 meses, sendo:

- Seguro para Ônibus escolar, ano de fabricação 1998, placa IHI2544, Mercedes, tipo do chassi OH 1621 L, Chassi 9BM382069WB156643, carroceria modelo Svelto, marca Comil, capacidade de 37 passageiros sentados e acessibilidade para dois cadeirantes acomodados.

- Valor Segurado R\$ 55,000.00
- Franquia R\$ 6,352.00
- Uso - ESCOLAR

- Cobertura - COMPREENSIVA
- D.M (n.99) R\$ 80,000.00
- D.C (n.99) R\$ 150,000.00
- Bônus único 0
- Morte R\$ 30,000.00 Nro Passag. 44
- Inv. Perm. R\$ 30,000.00
- PORTO SOCORRO ASSISTENCIA AO VEICULO Gratuita
- 5 utilizações durante vigência da apólice
- COBERTURA PARA DANOS VIDROS VEICULOS Gratuita
- Franquia Para-Brisa/Traseiro : R\$ 300.00
- 3 reposições durante a vigência
- Franquia Vidros Laterais : R\$ 100.00
- 3 reposições durante a vigência
- DANOS MORAIS R\$50.000,00

Valor: R\$ 3.355,21 (três mil trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte e um centavos).

Data da Assinatura: 13/08/2010 - Vigência: 17/08/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Convocação do Concurso Público - Maria Andreia Stanck

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA ANDREIA STANCK, inscrita no CPF sob nº. 916.041.849-49, aprovada em 5º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 13 de setembro de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 13 de agosto de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Convocação do Concurso Público - Mário Muller Junior

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. MÁRIO MULLER JUNIOR, inscrito no CPF sob nº. 534.638.709-91, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de FISCAL SANITARISTA I, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 13 de setembro de 2010, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 13 de agosto de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ADELINO ZILS
Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo



Ata de Registro de Preço Pregão Presencial N° 102/2009-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 53/2009****Número do Registro de Preços: 53/2009****Data do Registro: 16/11/2009****Válido até: 16/11/2010**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Reagente para Cloro livre DPD para realização de análise da água para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Reagente para Cloro Livre DPD, para 10ml de amostra, embalagem individual (sache) aluminizado, com reagente necessário para 01 (um) teste. Embalagem (caixa/pacote) com 1000 (mil) saches. Cada sachê deverá ser rotulado e conter data de validade do conteúdo.	CX	METROLOGICA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (10459)		862,1000	1

SCHROEDER, 16 de Novembro de 2009.

Três Barras

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Credenciamento 05/2.010

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 005/2010 - PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM ESCALA DE PLANTÕES.

O Município de Três Barras, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento (Chamamento Público) nº. 005/2010 para Prestadores de Serviços Médicos Especializados em escala de plantões presenciais e sobreavisos, de acordo com tabela de horários, locais e especialidades, constante do edital. Objeto do Contrato será executado em regime de empreitada global.

DAS INSCRIÇÕES: Os interessados no credenciamento deverão apresentar junto ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro, os documentos para habilitação indicados no edital, que poderão ser entregues a partir de 17 de agosto de 2.010. O presente edital de credenciamento universal terá prazo de vigência de 12(doze) meses, ou até que outro edital ou ato da administração venha a revogá-lo.

VIGÊNCIA DOS CONTRATOS: Os contratos firmados com os credenciados terão vigência de até 01(um) ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60(sessenta) meses, caso haja interesse da Administração, com a anuência da credenciada, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO: A formalização do credenciamento se dará através de contrato específico originado por Inexigibilidade de Licitação com base legal na Lei 8.666/93 e suas alterações e neste credenciamento, após a entrega da documentação relacionada no edital, conforme minuta constante no anexo I do edital.

RECURSOS FINANCEIROS: Recursos Próprios do Município e Recursos do MAC - Média e Alta Complexidade.

DAS INFORMAÇÕES: Informações sobre o andamento da licitação e resultados de julgamentos bem como cópias do edital poderão ser obtidas nos dias úteis, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min horas, na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro, ou através do telefone 47 3623.0121.

Três Barras - SC, 09 de agosto de 2.010.

EMÍLIO GAZANIGA NETO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

SEBASTIÃO ALTAVIR FERREIRA

Prefeito em Exercício.

Edital de Credenciamento 06/2.010

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 006/2.010

OBJETIVO: CREDENCIAMENTO DE RESTAURANTES.

O Município de Três Barras torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento (Chamamento Público) nº. 006/2.010 de prestadores de serviços para fornecimento de refeições (RESTAURANTES) com objetivo de servir almoços e ou jantas para os servidores municipais, diariamente, de segunda a sábado, através de vale refeição ao valor de R\$ 6,00 (seis reais). Os vales refeição serão colocados a disposição dos servidores que farão a opção de escolha entre as empresa credenciadas. Os credenciados deverão efetuar os serviços com obrigação de atendimento a todos os servidores municipais interessados, servindo os almoços em dependências próprias e de

acordo com a legislação pertinente.

DAS INSCRIÇÕES: Os interessados no credenciamento deverão apresentar junto ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro, os documentos para habilitação indicados no edital, que poderão ser entregues a partir do dia 17 de agosto de 2.010. O presente edital de credenciamento universal terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, ou até que outro edital ou ato da administração venha a revogá-lo.

VIGÊNCIA DOS CONTRATOS: Os contratos firmados com os credenciados terão vigência de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 (sessenta) meses, caso haja interesse da Administração, com a anuência da credenciada, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO: A formalização do credenciamento se dará através de contrato específico originado por Inexigibilidade de Licitação com base legal na Lei 8.666/93 e suas alterações e neste credenciamento, após a entrega da documentação relacionada no edital, conforme minuta constante no anexo II do edital.

RECURSOS FINANCEIROS: Recursos Próprios do Município.

DAS INFORMAÇÕES: Informações sobre o andamento da licitação e resultados de julgamentos bem como cópias do edital poderão ser obtidas nos dias úteis, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min horas, na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro, ou através do telefone 47 3623-0121.

Três Barras - SC, 09 de agosto de 2.010.

SEBASTIÃO ALTAVIR FERREIRA

Prefeito Municipal. Em exercício

SALVADOR DE MAIO NETO

Assessor Jurídico

Edital de Credenciamento 07/2.010

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 007/2.010

Objetivo: ANÁLISES CLÍNICAS E CONSULTAS.

O Município de Três Barras, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento (Chamamento Público) nº. 007/2.010 de empresas para prestação de serviços especializados de análises clínicas e consultas, ao preço da tabela SIA/SUS acrescida de valores complementares.

Os credenciados deverão efetuar os atendimentos para o Fundo Municipal de Saúde, num raio de até 100 (cem) quilômetros do município.

DAS INSCRIÇÕES: Os interessados no credenciamento deverão apresentar junto ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro, os documentos para habilitação indicados no edital, que poderão ser entregues a partir do dia 09 de agosto de 2.010. O presente edital de credenciamento universal terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, ou até que outro edital ou ato da administração venha a revogá-lo.

VIGÊNCIA DOS CONTRATOS: Os contratos firmados com os credenciados terão vigência de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 (sessenta) meses, caso haja interesse da Administração, com a anuência da credenciada, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO: A formalização do credenciamento se dará através de contrato específico originado por Inexigibilidade de Licitação com base legal na Lei 8.666/93 e suas alterações e neste credenciamento, após a entrega da documentação relacionada no edital, conforme minuta constante no anexo II do edital.

RECURSOS FINANCEIROS: Recursos Próprios do Município e Transferências de Recursos do SUS.

DAS INFORMAÇÕES: Informações sobre o andamento da licitação e resultados de julgamentos bem como cópias do edital poderão ser obtidas nos dias úteis, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min horas, na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro, ou através do telefone 47 3623-0121.

Três Barras - SC, 09 de agosto de 2.010.

EMILIO GAZANIGA NETO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

SEBASTIÃO ALTAVIR FERREIRA

Prefeito Municipal. Em exercício

Ata Registro de Preço 01 - Pregão 25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2.010.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 79/2.010.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 25/2.010.

Interessado: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

Aos 12 dias do mês de agosto do ano de 2.010, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA, CNPJ nº. 03.409.551/0001-00, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
003	3.800,00000	LITR	2,5900	9.842,00	IOGURTE INTEGRAL, EMBALAGEM PLASTICA DE 1(UM) LI TRO, SABOR MORANGO, DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 5(CINCO) DIAS.
Marca: 01 CARLITOS					
004	850,00000	QUIL	3,9700	3.374,50	SALSICHA A GRANEL, EMBALADA A VACUO COM DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 15 DIAS.
Marca: 01 FRICASA					
006	1.350,00000	QUIL	7,9600	10.746,00	CARNE BOVINA DE 2a. FRESCA, TIPO MOIDA. (POUCA GORDURA).
Marca: 01 FRICASA					
008	900,00000	QUIL	3,9800	3.582,00	MACARRAO CASEIRO TIPO TALHARIM (PACOTE DE 1 KG)
Marca: 01 TAIADELLI					
009	230,00000	QUIL	5,7000	1.311,00	MARGARINA DE MILHO, DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS. COTAR O PRODUTO EM KG. ENTREGAR EM POTE 500 GR.
Marca: 01 MILA					

010	900,00000	PACO	3,9700	3.573,00	BISCOITO DO TIPO AGUA E SAL - EMBALAGEM PLASTICA DE 400 GRAMAS (COTAR O PRECO DO PRODUTO EM KG)
Marca: 01 TODESCHINI					
012	300,00000	LATA	1,9900	597,00	FERMENTO PARA DOCES (LATA 100 GRS)
Marca: 01 APTI					
014	1.000,00000	CAIX	1,0900	1.090,00	GELATINA (CAIXA APROX.35 GRS) SABORES VARIADOS
Marca: 01 APTI					
015	200,00000	QUIL	17,8000	3.560,00	CEREAL MATINAL DE FLOCOS DE MILHO
Marca: 01 ALCAFOODS					
017	950,00000	QUIL	2,4500	2.327,50	FEIJAO PRETO TIPO 1, NOVO, EMBALAGEM PLASTICA, PACOTE 01 KG. DATA DE VALIDADE MINIMA DE 04 MESES
Marca: 01 CALDAO					
018	2.200,00000	QUIL	1,3900	3.058,00	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, EMBALAGEM DE PAPEL COM 05 KG, DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS.
Marca: 01 MIOLOROSSO					
021	300,00000	QUIL	0,9900	297,00	SAL IODADO REFINADO, EMBALAGEM PLASTICA, PACOTE COM 01 KG. DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS
Marca: 01 MARLIN					
022	400,00000	QUIL	1,4700	588,00	FUBA DE MILHO FINO, EMBALAGEM PLASTICA 01 KG. DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS.
Marca: 01 SINHA					
023	950,00000	LATA	4,4900	4.265,50	EXTRATO DE TOMATE LATA COM APROX. 870 GRAMAS
Marca: 01 DAJUDA					
024	350,00000	POTE	1,6500	577,50	BAUNILHA (POTE 40 GRS)
Marca: 01 SALETE					
025	150,00000	QUIL	1,9700	295,50	CHA MATE PARA INFUSAO, EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS. DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS. COTAR O PRODUTO EM KG.
Marca: 01 FAMA					
027	1.000,00000	PACO	3,6500	3.650,00	BISCOITO DOCE, DE LEITE, EMBALAGEM PLASTICA DE 01KG. DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS.
Marca: 01 TODESCHINI					
028	200,00000	QUIL	2,9800	596,00	ACHOCOLATADO EM PÓ (EMBALAGEM DE 500 GR) - COTAR O PRODUTO EM KG
Marca: 01 DA CASA					
029	80,00000	QUIL	6,3900	511,20	AMIDO DE MILHO (COTAR O PRODUTO EM KG - ENTREGAR EM EMBALAGENS DE 500 G).
Marca: 01 CASSAVA					

030	120,00000	FRAS	0,9800	117,60	VINAGRE DE ALCOOL BRANCO (FRASCO 900 ML)
Marca: 01 CHEMIM					
031	500,00000	QUIL	2,5600	1.280,00	CANJIQUELHA TIPO I DE MILHO, EMBALAGEM PLASTICA DE 01 KG., DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS.
Marca: 01 SINHA					
032	150,00000	CAIX	16,9800	2.547,00	CALDO DE GALINHA (CAIXA COM 24 UNIDADES DE 21 GRS)
Marca: 01 APTI					
035	100,00000	QUIL	5,6500	565,00	DOCE DE LEITE EM PASTA, ENTREGAR EM POTE DE 500 GR. DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS. COTAR O VALOR EM KG.
Marca: 01 OLIVEIRA					
039	50,00000	QUIL	2,6500	132,50	MILHO PIPOCA TIPO I (PCT 500 GR)
Marca: 01 PINDUCA					
040	50,00000	QUIL	3,4700	173,50	AMENDOIM CRU SEM CASCA - PACOTE DE 500 GRAMAS - COTAR O PRECO DO PRODUTO EM KG.
Marca: 01 PINDUCA					
042	350,00000	QUIL	2,1500	752,50	CEBOLA MEDIA DE BOA QUALIDADE
Marca: 01 IN NATURA					
045	200,00000	QUIL	1,9900	398,00	BETERRABA (COM FOLHAS FRESCAS)
Marca: 01 IN NATURA					
046	450,00000	QUIL	1,2000	540,00	CENOURA TIPO AA, IN NATURA, DE 100 A 200 MM. DE DIAMETRO (BOA QUALIDADE)
Marca: 01 IN NATURA					
047	250,00000	UNID	1,0000	250,00	REPOLHO, QUALIDADE VERDE IN NATURA (BOA QUALIDADE)
Marca: 01 IN NATURA					
048	350,00000	QUIL	1,3000	455,00	AIPIM
Marca: 01 IN NATURA					
049	500,00000	QUIL	1,3900	695,00	TOMATE TIPO PERA, DE 45 A 75 MM. DE DIAMETRO TRANSVERSAL, IN NATURA, SEMI MADURO (BOA QUALIDADE)
Marca: 01 IN NATURA					
050	500,00000	UNID	1,9900	995,00	COUVE-FLOR (APROXIMADAMENTE 1,800 KG CADA UNID.)
Marca: 01 IN NATURA					
058	500,00000	QUIL	2,6500	1.325,00	ABOBRINHA
Marca: 01 IN NATURA					
059	350,00000	QUIL	5,9000	2.065,00	PAO FRANCES
Marca: 01 DA GULA					
060	3.500,00000	QUIL	0,9900	3.465,00	BANANA TIPO CATURRA, DE 150 A 200 MM. IN NATURA, SEMI MADURA (BOA QUALIDADE)
Marca: 01 IN NATURA					

062	3.500,00000	QUIL	1,6900	5.915,00	LARANJA TIPO PERA, DE 60 A 80 MM. DE DIAMETRO TRANSVERSAL, IN NATURA (BOA QUALIDADE)
Marca: 01 IN NATURA					
064	2.000,00000	QUIL	2,9900	5.980,00	MANGA - IN NATURA
Marca: 01 IN NATURA					
Total FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA					81.492,80
Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 25/2.010 – Procedimento Administrativo nº. 79/2.010, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 12 de agosto de 2.010.

SEBASTIÃO ALTAVIR FERREIRA
Prefeito Municipal em exercício

FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA
CNPJ nº. 03.409.551/0001-00
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____ 2 _____
NILTON AVANIR HURMUS JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço 02 - Pregão 24

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2.010.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 75/2.010.
EDITAL DE PREGÃO Nº. 24/2.010.

Interessado: FUNDO MUNIIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos 09 dias do mês de agosto do ano de 2.010, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA, CNPJ nº. 81.003.097/0001-98, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:



Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	800,00000	QUIL	1,7900	1.432,00	ACUCAR REFINADO, PACOTE DE 05 KG, EMBALAGEM PLASTICA, UMIDADE MAXIMA 0,30%, DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS.
Marca: 01 ALTO ALEGRE					
003	100,00000	LATA	2,1000	210,00	FERMENTO PARA DOCES (LATA 100 GRS)
Marca: 01 FLECHMANN					
004	1.250,00000	QUIL	1,7900	2.237,50	ARROZ PARBOILIZADO, TIPO I, LONGO, FINO, EMBALAGEM PLASTICA, COTAR O PRODUTO EM KG. ENTREGAR EM PACOTE DE 5 KG.
Marca: 01 KIARROZ					
007	100,00000	PACO	2,2300	223,00	FARINHA DE MILHO TIPO BIJU, BRANCA, EMBALAGEM PLASTICA DE 01 KG. VALIDADE MINIMA DE 06(SEIS) MESES
Marca: 01 AGRICAL					
009	100,00000	PACO	3,4500	345,00	MACARRAO CASEIRO TIPO TALHARIM (PACOTE DE 1 KG)
Marca: 01 THAIDELI					
010	100,00000	LATA	4,6000	460,00	EXTRATO DE TOMATE 850 GR
Marca: 01 KERO					
012	50,00000	PACO	1,6900	84,50	CHA MATE PARA INFUSAO (PACOTE 500 GR.)
Marca: 01 FAMATE					
014	150,00000	PACO	4,4800	672,00	PREPARADO SOLIDO ARTIFICIAL PARA REFresco - SABO RES DE UVA E LARANJA (PACT DE 01 KG)
Marca: 01 IOKI					
016	50,00000	PACO	8,1500	407,50	FERMENTO BIOLOGICO SECO INSTANTANEO, (PARA MASSA SALGADA - PAO), EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 450 GR.
Marca: 01 VELLOPAN					
018	120,00000	POTE	4,3600	523,20	DOCE DE LEITE EM PASTA, ENTREGAR EM POTE DE 500 GR. DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS. COTAR O VALOR EM KG.
Marca: 01 LAR					
022	1,00000	PACO	2,2500	2,25	ACHOCOLATADO EM PO (ENTREGAR EM CX DE 500 GR) COTAR O PRODUTO EM KG
Marca: 01 BARRA					
024	20,00000	POTE	15,6000	312,00	OREGANO (PACOTE APROX. 100 GR)
Marca: 01 BRETZKE					
027	3.600,00000	CAIX	1,7900	6.444,00	LEITE LONGA VIDA, SEMIDESNATADO, CAIXA DE 1 LITRO. EMBALAGEM TETRA-PACK
Marca: 01 TIROL					

030	1.000,00000	QUIL	8,9800	8.980,00	CARNE DE GADO PARA PICADINHO DE 2a. (SEM OSSO)
Marca: 01 PAMPLONA					
034	200,00000	QUIL	2,6000	520,00	CEBOLA DE 50 A 150 MM. DE DIAMETRO TRANSVERSAL IN NATURA (BOA QUALIDADE)
Marca: 01 IN NATURA					
037	80,00000	MACO	1,4000	112,00	BROCOLIS
Marca: 01 IN NATURA					
038	60,00000	QUIL	2,2000	132,00	PIMENTAO VERDE IN NATURA
Marca: 01 IN NATURA					
040	100,00000	QUIL	2,9900	299,00	BETERRABA (COM FOLHAS FRESCAS)
Marca: 01 IN NATURA					
043	100,00000	QUIL	5,5000	550,00	FIGADO DE GADO
Marca: 01 DO VALE					
045	950,00000	QUIL	1,5000	1.425,00	MACA TIPO GALA, DE 65 A 80 MM. DE DIAMETRO TRANSVERSAL, IN NATURA (BOA QUALIDADE)
Marca: 01 IN NATURA					
047	200,00000	QUIL	1,8900	378,00	MAMAO TIPO FORMOSA, IN NATURA, SEMI MADURO (BOAQUALIDADE)
Marca: 01 IN NATURA					
051	500,00000	UNID	2,5900	1.295,00	OLEO DE SOJA REFINADO, 100% NATURAL, LATA DE 900 ML DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS.
Marca: 01 SOYA					
056	600,00000	QUIL	8,9800	5.388,00	CARNE SUINA DE 1a. (SEM OSSO).
Marca: 01 DO VALE					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 24/2.010 – Procedimento Administrativo nº. 75/2.010, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 09 de agosto de 2.010.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA
CNPJ nº. 81.003.097/0001-98
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____ 2 _____
NILTON AVANIR HURMUS JACY DE FATIMA ABUDA

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 234/2010

PORTARIA No 234/10, de 13 de agosto de 2010.
EXONERA CARGO PERMANENTE

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais de acordo com o que estabelece os itens "IX" e "XII", do art. 52, da Lei Orgânica do Município de Turvo, e

CONSIDERANDO, Relatório Final emitido pela Comissão de Processo Administrativo no 001/2010,

RESOLVE

Art. 1º. Exonerar o Servidor EVANDRO MARQUES, CPF no 828.374.309-00, ocupante do cargo permanente de Professor.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 13 de agosto de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

CONVENIO 13/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO NO 013/2010

CONVENIADA: ADIT - Assoc. dos Descendentes de Italianos de Turvo - ADIT

OBJETO: Repasse de recursos financeiros para auxiliar na realização da 6ª Festalia, que acontecerá em Turvo nos dias 20 a 22 de agosto de 2010.

Valor: R\$ 7.000,00

Vigência: Agosto de 2010

CONVENIO 14/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO NO 014/2010

CONVENIADA: Associação de Clubes de Mães do Município de

Turvo

OBJETO: Repasse de verba pecuniária, visando à confecção de teares para serem utilizados pelos clubes de mães do município.

Valor: R\$ 24.000,00

Vigência: Agosto a novembro de 2010

Decisão 2010

DECISÃO

Vistos, etc., os presentes autos,
Verifiquei que:

1- Recebido o processo, com relatório final, instaurado pela Portaria no 064/10, de 24 de fevereiro de 2010, com a finalidade de apurar a denúncias apresentadas. Ficou constatado que os trabalhos da Comissão foram desenvolvidos e concluídos com estrita observância da legislação, e dos prazos estabelecidos. A comissão instalou-se na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Turvo.

É o relatório.

2- Analisando a instrução e conforme consta do Relatório Final da Comissão processante conclui-se que o servidor cometeu os fatos descritos nas denúncias recebidas pela administração.

3- Isto posto, frente a todas as denúncias apresentadas opina esta Comissão de Inquérito Administrativo, no sentido de que seja o servidor EVANDRO MARQUES, exonerado do cargo efetivo de professor, determinando a restituição dos valores pagos à título de rescisão quando do desligamento do serviço público a pedido em 10/07/2008, bem como da rescisão paga dia 01/05/07 (fls. 114) recebida indevidamente quando da saída do cargo de comissão e continuou como efetivo, e em 30/11/08 - Exonerado do cargo de diretor do departamento de pessoal - (fls 148 e 149), portaria de 21/11/08, com pagamento de rescisão (fls. 150) e continuou como efetivo, todas devidamente corrigidas e com juros legais. Proceda-se o determinado dos presentes autos.

Turvo (SC), 20 de julho de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 2.385/10

LEI Nº 2.385/10, DE 11 DE AGOSTO DE 2.010

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.418.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e dezoito mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.033 - Manutenção do Fundeb - Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0010.0..... 1.000.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0010.0..... 200.000,00



07 - Secretaria Municipal de Educação
 03 - Departamento de Ensino Infantil
 2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.3.0001.0..... 210.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação
 03 - Departamento de Ensino Infantil
 2.037 - Manutenção do Fundeb - Ensino Infantil
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0010.0..... 673.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0011.0..... 100.000,00
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0010.0..... 180.000,00
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0011.0..... 55.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 2.418.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2009, do excesso de arrecadação do exercício de 2010 e da anulação da seguinte dotação:

07 - Secretaria Municipal de Educação
 02 - Departamento de Ensino Fundamental
 2.033 - Manutenção do Fundeb - Ensino Fundamental
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0011.0..... 1.200.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 1.200.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de agosto de 2.010.

WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de agosto de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
 Secretário de Administração em Exercício

Lei nº 2.386/10

LEI Nº 2.386/10, DE 11 DE AGOSTO DE 2.010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 542.750,00 (Quinhentos e quarenta e dois mil setecentos e cinquenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS
 01 - Fundo Municipal da Saúde
 2.063 - Atenção Básica
 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0064.10 - Aplicações Diretas ... 51.200,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0064.11 - Aplicações Diretas ... 6.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0064.12 - Aplicações Diretas ... 32.550,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS
 01 - Fundo Municipal da Saúde
 2.066 - Vigilância Sanitária
 3.1.91.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 3.000,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS
 01 - Fundo Municipal da Saúde

2.080 - Manutenção da Saúde no município
 3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 400.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas 50.000,00
 TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 542.750,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de agosto de 2.010.

WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de agosto de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
 Secretário de Administração em Exercício

Decreto nº 9.485/10

DECRETO Nº 9.485/10, DE 09 DE AGOSTO DE 2010.

Delega Responsabilidade aos Secretários Municipais e cargos equiparados e dá outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.100/09 de 20 de fevereiro de 2009 e suas alterações.

DECRETA

Art. 1º Fica delegada a responsabilidade inerente a assinatura de empenhos e ordens de pagamento, aos ocupantes dos cargos vinculados na estrutura dos órgãos e unidades orçamentárias do Município conforme quadro abaixo:

Órgão	Unidade	Descrição	Cargo
01	01	Gabinete do Prefeito Municipal	Secretário Chefe de Gabinete
01	02	Gabinete do Prefeito Municipal	Secretário Chefe de Gabinete
01	03	Gabinete do Prefeito Municipal	Secretário Chefe de Gabinete
01	04	Gabinete do Prefeito Municipal	Secretário Chefe de Gabinete
02	01	Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica	Secretária da Assessoria Jurídica
03	01	Secretaria Municipal de Administração	Secretário de Administração
03	02	Secretaria Municipal de Administração	Secretário de Administração
03	03	Secretaria Municipal de Administração	Secretário de Administração
04	01	Secretaria Municipal de Finanças	Secretário de Finanças
05	01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Secretário de Desenvolvimento Econômico
06	01	Secretaria Municipal de Planejamento	Secretário de Planejamento
07	01	Secretaria Municipal de Educação	Secretário de Educação
07	02	Secretaria Municipal de Educação	Secretário de Educação
07	03	Secretaria Municipal de Educação	Secretário de Educação



07	04	Secretaria Municipal de Educação	Secretário de Educação
07	05	Secretaria Municipal de Educação	Secretário de Educação
07	06	Secretaria Municipal de Educação	Secretário de Educação
08	01	Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social	Secretário de Saúde e Ação Social
08	02	Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social	Secretário de Saúde e Ação Social
09	01	Secretaria Municipal de Infraestrutura	Secretário de Infraestrutura
10	01	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
11	01	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	Secretário de Turismo e Cultura
12	01	Fundo Municipal p/ Reeq. Bombeiros Voluntários	Secretário de Administração
13	01	Fundo Municipal de Saneamento Básico	Gestor do Fundo
14	01	Fundo Rotativo Habitacional	Secretário de Desenvolvimento Econômico

Art. 2º Fica revogado o artigo 1º do Decreto nº 9.102/09, de 06 de janeiro de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de agosto de 2010, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.423/10, de 20 de maio de 2.010.

Videira, 09 de agosto de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de maio de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração em Exercício

Decreto nº 9.487/10

DECRETO Nº 9.487/10, DE 12 DE AGOSTO DE 2010.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09, de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 171.300,00 (cento e setenta e um mil e trezentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal
02 - Assessoria de Imprensa
2.004 - Manutenção da Assessoria de Imprensa
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0..... 28.000,00

03 - Secretaria Municipal de Administração
01 - Administração
2.007 - Manutenção do Departamento de Pessoal
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0..... 13.000,00

03 - Secretaria de Administração

01 - Administração

2.009 - Manutenção do Departamento de Compras

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0..... 5.300,00

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

2.052 - Manutenção do Departamento de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0..... 125.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 171.300,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de agosto de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de agosto de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração em Exercício

Portaria nº 1178/10

PORTARIA nº 1178/10
Nomeia Psicólogo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, resolve,

NOMEAR

LUANA BARAÚNA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, nível E-PE-ANS-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de agosto de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias de agosto de 2.010.
VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1179/10

PORTARIA nº 1179/10

Nomeia Comissão de Inquérito para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 3.556/2.010

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,



RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores NILSON DA MOTTA, SÔNIA MARIA CARDOSO e CELSO BRANCHER, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Inquérito, a fim de apurarem, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 3.556/10.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1167/10.

Videira, 12 de agosto de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de agosto de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1180/10

PORTARIA nº 1180/10

Nomeia Comissão de Inquérito para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 3988/2.010

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, MIGUEL ALBERTO VIECELLI e VILSO VANZ, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Inquérito, a fim de apurarem, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 3988/10.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de agosto de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de agosto de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração em exercício

PR 154/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2010 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 154/2010. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA COLOCAÇÃO NO CÓRREGO PARALELO A RUA BOGONI/EUGENIO MENEGAZZO PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO 3. CRE-

DENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 03 de Setembro de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 12 de Agosto de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 152/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2010 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 152/2010. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01(UMA) CARREGADEIRA COMPLETA NOVA PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 02 de Setembro de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 12 de Agosto de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 153/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2010 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 153/2010. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOR À GASOLINA PARA BETONEIRA DE USO DA EQUIPE DE MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 02 de Setembro de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 12 de Agosto de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ANEXO IV GASTOS COM SAÚDE

ANEXO IV GASTOS COM SAÚDE JULHO DE 2010

DECRETO 8.766/07**ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE JULHO DE 2010**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE			
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS		ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS	
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO			
1.1 - IPTU		2.332.384,26	
1.2 - ITBI		597.110,18	
1.3 - ISS		2.636.160,13	
1.4 - IRRF		534.942,21	
1.5 - FPM		7.347.962,87	
1.6 - ITR		4.225,73	
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO		116.952,50	
1.8 - ICMS		17.090.270,29	
1.9 - IPVA		2.450.070,36	
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO		354.746,97	
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS		224.901,56	
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS		218.577,17	
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS		33.908.304,23	
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		ACUMULADO ATÉ O MÊS	
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)		5.086.245,63	
2.2 - RECURSOS PAB		484.648,50	
2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PAB		18.051,76	
2.4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PAB		308.776,27	
2.5 - CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE		1.267.718,63	
2.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE		1.669.634,67	
TOTAL		8.835.075,46	
3. APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	LIQUIDADADA	DIFERENÇA
3.1 - Ações básicas de Saúde - Próprios	5.086.245,63	5.144.771,21	58.525,58
3.2 - Ações básicas de Saúde - PAB/Convênios (2.2+2.5)	3.748.829,83	1.189.708,98	-2.559.120,85
TOTAL	8.835.075,46	6.334.480,19	-2.500.595,27

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 13 de agosto de 2.010.

 Juliane M.C.Wartha
 Contadora CRC-SC 024015/O-6

 Sandro Antonio Caregnato
 Secretária Mun. de Saúde e Ação Social

 Wilmar Carelli
 Prefeito Municipal

Edital de Convocação nº 044/10

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 044/10

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a servidora abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de tomar posse no cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público nº 001/2008:

Servidora	Cargo	Portaria Nomeação
1. LUANA BARAÚNA	PSICÓLOGO	1178/10, DE 12/08/2010

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica.

Obs: Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 12 de agosto de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Edital de Convocação nº 045/10

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 045/2.010

PROCESSO SELETIVO Nº 11/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 011/2009:

Convocado	Cargo
1. Francieli Aparecida Pozzan	Auxiliar de Serviços Gerais
2. Nadiane Nazareth Pelintier	Auxiliar de Serviços Gerais
3. Simone Forunato Duarte	Auxiliar de Serviços Gerais

4. Vitorio de Lima Neto

Ag. Serv. Operac. - Motorista de Ambulância

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Exame Médico Admissional (Agendar no DP - 3566 9045)
- Carteira de Trabalho com Nº PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone se tiver;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso; CPF; Título de Eleitor; Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Se tiver dependentes para fins de Imposto de Renda, anexar declaração com nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração de Bens;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 12 de agosto de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Associações

EGEM

Edital Nº 27/2010 - Chamamento para inscrição Curso de Prestação de Contas

EDITAL Nº 27/2010

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. OBJETIVO DO CURSO

Orientar os participantes do curso sobre a regulamentação de repasses de recursos públicos a entidades, formas de convênios e análise das prestações de contas. Orientar os controladores internos quanto aos procedimentos para o parecer do controle interno, tomada de contas especial, bem como a guarda da prestação de contas.

2. PÚBLICO-ALVO

Controladores Internos e servidores públicos municipais responsáveis pela organização da prestação de contas de convênios nos municípios.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Chapecó - SC Auditório da UNOESC unidade de Chapecó/SC Av. Nereu Ramos, 3777-D Bairro Seminário Telefone (49) 3319-2600
Período das inscrições	De 13/08/2010 até 23/08/2010
Vencimento do boleto de cobrança	23/08/2010



Homologação das inscrições	25/08/2010
Período de realização do curso	31/08/2010
Carga horária	10 horas
Quantidade de vagas	50

4. VALOR DAS INSCRIÇÕES QUADRO I

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Servidores de municípios filiados à FECAM (a partir da segunda inscrição do município)	R\$ 100,00
Demais participantes	R\$ 300,00
Estudantes	*Consultar EGEM

5. INSCRIÇÕES

INSCRIÇÕES ABERTAS NO PERÍODO, CONFORME O ITEM 3. CALENDÁRIO.

O processo de inscrição será realizado por meio do site da Escola de Gestão Pública Municipal na internet (www.egem.org.br) e seguirá as condições descritas nos itens 3 e 4 deste Edital.

6. TAXA DE COMPROMISSO

Para participar do evento será cobrada a taxa de inscrição indicada no Item 4, Quadro I, não reembolsável. O pagamento desta taxa caracterizará o compromisso de participação no evento.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

7. PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO DA TAXA DE COMPROMISSO

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Praça XV de Novembro, 270. Centro - Florianópolis/SC
Telefone: 48 3221- 8800

Nota Fiscal: Após a realização do curso serão enviadas as notas fiscais pelos Correios, juntamente com os certificados de participação emitidos pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

8. PROGRAMAÇÃO

Primeiro dia	
8h30	Formas de repasse de recursos públicos municipais; Previsão legal; Modelo de Decreto regulamentando o repasse; Modelo de Plano de Trabalho e Termo de Convênio; Comprovação do cumprimento do objeto; Análise de Prestação de Contas.
12h	INTERVALO PARA O ALMOÇO
13h30	Parecer do Controle Interno sobre a prestação de contas; Notificação, aprovação, rejeição da prestação de contas; Guarda da prestação de contas; Tomada de Contas Especial.
17h30	ENCERRAMENTO DO DIA

9. PALESTRANTE

Sr. ALEXANDRE ALVES

Currículo Resumido: Bacharel em Ciências Contábeis e Direito, Especialista em Administração Pública e Controladoria e é Coordenador Técnico da FECAM.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.
- O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)
FIQUE ATENTO!

10. ANEXOS

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Presidente da EGEM